

ISSN 1516-8085

ANPOCS **bib**

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais**

61

Neste número:

Neo-esoterismo no Brasil

Políticas Públicas

Sociologia do Trabalho

Teoria de Coalizões Internacionais

A Sociologia de Norbert Elias

 **EDUSC**

ISSN 1516-8085

bib

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais**

BIB – *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (ISSN 1516-8085) é uma publicação semestral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais no país. A BIB é editada sob orientação de um editor, uma comissão editorial e um conselho editorial composto de profissionais vinculados a várias instituições brasileiras.

Diretoria (Gestão 2005-2006)

Presidente: Gabriel Cohn (USP); *Secretário Executivo:* Marcelo Ridenti (Unicamp); *Secretário Adjunto:* Gildo Marçal Bezerra Brandão (USP); *Diretores:* Raymundo Heraldo Maués (UFFPA); José Eisenberg (IUPERJ); Maria Eunice de Souza Maciel (UFRGS).

Conselho Fiscal: Brasilmar Ferreira Nunes (UnB); Iracema Brandão Guimarães (UFBA); Carmen Silvia Rial (UFSC).

Coordenação: Marcelo Siqueira Ridenti (Unicamp).

Editor: João Trajano Sento-Sé (UERJ).

Comissão Editorial: César Guimarães (IUPERJ); Emerson Alessandro Giumbelli (UFRJ); José Sérgio Leite Lopes (MN/UFRJ); Maria Celi Scalon (IUPERJ).

Conselho Editorial: Gustavo Lins Ribeiro (UnB); Jane Felipe Beltrão (UFFPA); João Emanuel Evangelista de Oliveira (UFRN); Jorge Zaverucha (UFPE); Lívio Sansone (UFBA); Lúcia Bógus (PUC/SP); Helena Bomeny (CPDOC-FGV/RJ); Magda Almeida Neves (PUC/MG); Paulo Roberto Neves Costa (UFPR); Roberto Grün (UFSCar).

Edição

Assistente Editorial: Mirian da Silveira Pavanelli
Preparação/revisão de textos/copidesque: Ana Lúcia Novais
Versão/tradução de resumos: Jorge Thierry Calasans e Juris Megnis Jr.
Editoração eletrônica: Hilel Hugo Mazzoni

Produção gráfica: Edusc

Appropriate articles are abstracted/indexed in:
Hispanic American Periodicals Index; DataÍndice

Impressão e Acabamento: Gráfica Bandeirantes

BIB: revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais / Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. -- n. 41 (1996) - São Paulo : ANPOCS, 1996-

Semestral

Resumos em português, inglês e francês

Título até o n. 40, 1995; BIB: Boletim informativo e bibliográfico de ciências sociais.

ISSN 1516-8085

1. Ciências Humanas 2. Ciências Sociais 3. Sociologia 4. Ciência Política 5. Antropologia
I. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

CDD 300

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – 1º andar
Universidade de São Paulo – USP
05508-900 – São Paulo – SP
Telefax.: (11) 3091-4664 / 3091-5043
e-mail: anpocs@anpocs.org.br



Editora da Universidade do Sagrado Coração
Rua Irmã Arminda, 10-50
17011-160 – Jardim Brasil – Bauru-SP
Tel.: (14) 2107 7111 – Fax: (14) 2107 7219
e-mail: edusc@edusc.com.br

Programa de apoio a Publicações Científicas

MCT



Sumário

Neo-esoterismo no Brasil: Dinâmica de um Campo de Estudos	5
<i>Elisete Schwade</i>	
Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas	25
<i>Ana Cláudia N. Capella</i>	
“A Cigarra e a Formiga”: Qualificação e Competência – Um Balanço Crítico	53
<i>Ana M. F. Teixeira</i>	
Modelos Espaciais na Teoria de Coalizões Internacionais: Perspectivas e Críticas	71
<i>Amâncio Jorge Oliveira, Janina Onuki e Manoel Galdino Pereira Neto</i>	
A Sociologia de Norbert Elias	91
<i>Tatiana Savoia Landini</i>	
Programas de Pós-Graduação e Centros de Pesquisa Filiados à Anpocs	109
Fontes de Pesquisa	113
Trabalhos Publicados: 1975-2006	119

Colaboraram nesta edição

Elisete Schwade, doutora em antropologia social pela Universidade de São Paulo (USP), é professora do Departamento de Antropologia e Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Suas linhas de pesquisa são: práticas culturais urbanas, religiosidade e gênero. E-mail: schwade@digizap.com.br.

Ana Cláudia N. Capella, doutora em ciências sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), é professora do Departamento de Administração Pública da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Araraquara), onde desenvolve pesquisas na área de ciência política e administração pública. E-mail: acapella@terra.com.br.

Ana M. F. Teixeira, doutora em ciências da educação pela Universidade Paris 8, é professora adjunta do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana. Linhas de pesquisa: trabalho e educação; juventude e sociedade. E-mail: a.f.Teixeira@terra.com.br.

Amâncio Jorge de Oliveira, doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP), é professor do Departamento de Ciência Política e pesquisador do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (Caeni-DCP/USP), na mesma instituição. E-mail: amancioj@usp.br.

Janina Onuki, doutora em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP), é professora de Relação Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pesquisadora do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (Caeni-DCP/USP). E-mail: janonuki@caeni.com.br.

Manoel Galdino Pereira Neto é mestrando do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (Caeni-DCP/USP). E-mail: manoel.galdino@caeni.com.br.

Tatiana Savoia Landini, doutora em sociologia pela Universidade de São Paulo. Defendeu tese intitulada *Horror, honra e direitos: a violência sexual contra crianças e adolescentes no século XX*, cujo objetivo principal era analisar a violência sexual sob a ótica da sociologia de Norbert Elias. E-mail: tatalan@uol.com.br.

Colaboraram nesta edição

Elisete Schwade, doutora em antropologia social pela Universidade de São Paulo (USP), é professora do Departamento de Antropologia e Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Suas linhas de pesquisa são: práticas culturais urbanas, religiosidade e gênero. E-mail: schwade@digizap.com.br.

Ana Cláudia N. Capella, doutora em ciências sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), é professora do Departamento de Administração Pública da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Araraquara), onde desenvolve pesquisas na área de ciência política e administração pública. E-mail: acapella@terra.com.br.

Ana M. F. Teixeira, doutora em ciências da educação pela Universidade Paris 8, é professora adjunta do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana. Linhas de pesquisa: trabalho e educação; juventude e sociedade. E-mail: a.f.Teixeira@terra.com.br.

Amâncio Jorge de Oliveira, doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP), é professor do Departamento de Ciência Política e pesquisador do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (Caeni-DCP/USP), na mesma instituição. E-mail: amancioj@usp.br.

Janina Onuki, doutora em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP), é professora de Relação Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pesquisadora do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (Caeni-DCP/USP). E-mail: janonuki@caeni.com.br.

Manoel Galdino Pereira Neto é mestrando do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (Caeni-DCP/USP). E-mail: manoel.galdino@caeni.com.br.

Tatiana Savoia Landini, doutora em sociologia pela Universidade de São Paulo. Defendeu tese intitulada *Horror, honra e direitos: a violência sexual contra crianças e adolescentes no século XX*, cujo objetivo principal era analisar a violência sexual sob a ótica da sociologia de Norbert Elias. E-mail: tatalan@uol.com.br.

Neo-esoterismo no Brasil: Dinâmica de um Campo de Estudos*

Elisete Schwade

Tendo como marcas emblemáticas duendes, bruxas, incensos, a chamada Nova Era constitui-se em um fenômeno; uma onda de práticas que vem caracterizando mudanças de comportamento, especialmente em segmentos médios urbanos, o que chama a atenção de cientistas sociais desde as últimas décadas do século XX.

Pretendo, neste artigo, situar perspectivas diversas de análise a respeito desse fenômeno (que se convencionou chamar *esoterismo*, *nova era*, *fenômeno neo-esotérico*, entre outras denominações), no Brasil, em particular. O balanço dos estudos realizados permite produzir um mapeamento das discussões levadas a efeito sobre o tema, considerando os aspectos que emergem como demarcadores de sua especificidade e que caracterizam suas práticas, experiências e discursos. São traçados de uma literatura que se encontra ainda em construção, desde que debruçada sobre um fenômeno que tem na dinamicidade e multiplicidade de direções uma de suas principais marcas.

Situar o *fenômeno neo-esotérico*¹ implica considerar as múltiplas possibilidades em que as ações e as representações correlatas emergem como manifestações presentes em comportamentos que, no Brasil, se tornaram visíveis no decorrer da década de 1980, acen-

tuando-se nos anos de 1990. É certo que algumas de suas características remetem a décadas anteriores, em especial a um conjunto de conteúdos veiculados no contexto da “contra-cultura”, o que é assinalado por vários autores.² No entanto, as diferentes leituras enfatizam a dinâmica do fenômeno e sua complexidade, visto que ele está relacionado ao universo da religiosidade, do consumo, do lazer, das novas apropriações/construções acerca do corpo, entre outros.

No Campo Religioso e em Outros Campos

As mudanças de comportamento, fortemente associadas às novas buscas de caminhos espirituais, foram identificadas em um primeiro momento no que diz respeito à relação com o sagrado.

Os autores familiarizados com estudos das religiões no Brasil tendem a delinear certos aspectos acerca do universo neo-esotérico no cenário brasileiro em confronto com outras vertentes religiosas mais consolidadas, como o catolicismo, os cultos afro-brasileiros, o protestantismo e o espiritismo kardecista.³ Suas análises permitem perceber que o neo-esoterismo envolve a introdução de for-

* O presente texto retoma e amplia a revisão bibliográfica efetuada para a minha tese de doutorado (Schwade, 2001).

mas inovadoras de exercício religioso, bem como a incorporação de representações preexistentes que influenciam o modo como essas novidades se apresentam. Tendo, portanto, como objeto de análise o campo religioso, trata-se de trabalhos fundamentais para se perceber tons e cores que o fenômeno neo-esotérico assume no Brasil, na interação e comunicação com vertentes religiosas preexistentes.⁴

Vários são os autores que se destacam por essa abordagem, entre eles Carlos Rodrigues Brandão (1994), Luiz Eduardo Soares (1994), José Jorge de Carvalho (1991, 1994 e 2000) e Pierre Sanchis, (1995 e 1998). Incitados a refletir sobre as características contemporâneas do campo religioso no Brasil, todos eles destacam uma certa “efervescência”, na qual o neo-esoterismo teria participação ativa. Outro aspecto mencionado é o caráter difuso desse tipo de religiosidade, o que se coaduna com a caracterização de sua clientela como pouco afeita a fidelidades institucionais.

Apesar de esses estudos terem se tornado análises referenciais, é um segundo conjunto de leituras sobre o fenômeno que permite perceber sua abrangência e ampliação na atualidade e que me interessa mais especificamente. Refiro-me a trabalhos que se debruçam sobre recortes empíricos e temáticos mais delimitados com relação a esse universo, representativos do interesse que tem suscitado o fenômeno do neo-esoterismo ou movimento “Nova Era”, como alguns o denominam. Tais trabalhos configuram uma outra vertente de análise, presente em livros, artigos publicados em periódicos, teses e dissertações de mestrado e também *papers* apresentados em congressos, dos quais se destacaram, no final do século XX, os eventos “Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina”, realizados em 1998 e 1999, em São Paulo e no Rio de Janeiro, respecti-

vamente.⁵ No caso dos *papers*, cabe destacar um interesse significativo na então virada do milênio que, embora agora compreenda outra dinâmica, ainda se mantém.⁶

Entre os trabalhos publicados destacam-se estudos como o de Vilhena (1990), sobre a adesão à astrologia em camadas médias do Rio de Janeiro; Russo (1993), sobre terapias corporais e a trajetória dos chamados “terapeutas corporais”; os trabalhos de Amaral (1994, 1998 e 1999), sobre o “trânsito religioso” no contexto do movimento “Nova Era”; o trabalho de Martins (1999), sobre as representações do corpo no contexto das terapias alternativas em Recife; Tavares (1999 e 1999a), acerca da difusão do tarô e do “holismo terapêutico”, no Rio de Janeiro; Magnani (1995, 1996, 1999 e 1999a, 2000), que discutem as práticas neo-esotéricas como produtoras de estilos de vida particulares na metrópole; D’Andrea (1996), que estuda a projecologia no Rio de Janeiro; Fortis (1997), que focaliza a experiência iniciática na Eubiose; Siqueira e Bandeira, (1997, 1998, 1998a), que versam sobre “Grupos Místico-Esotéricos” em Brasília; Maluf (1996), que trata da emergência de uma cultura terapêutica “neo-espiritual ou neo-religiosa”; Stoll (1999), que trata das relações entre expressões contemporâneas do Espiritismo no Brasil e a presença de interlocuções com correntes e conteúdos da “Nova Era” ou “neo-esotéricos”; Reis (2000), que enfoca “novas formas de religiosidade” e educação em Brasília.

Em relação aos *papers*, diferentes perspectivas de enfoque enriquecem a discussão. Eis alguns exemplos: o estudo das pré-escolas vinculadas a grupos que se relacionam com o neo-esoterismo em Brasília (Reis, 1998); a investigação da presença de práticas como o tarô em um terreiro de umbanda, em São Paulo (Souza e Souza, 1998); análise dos conteúdos veiculados pela revista Planeta acerca do corpo (Albuquerque, 1998 e 1999); análi-

se do conceito de natureza tal como apropriado por grupos ecológicos e místico-esotéricos da região de Alto Paraíso em Goiás (Lima, 1998), entre outros.⁷ Deve-se considerar ainda trabalhos dedicados à análise de religiões orientais, tema presente em diferentes congressos e eventos. Práticas específicas, como as que caracterizam as praticantes de *wicca*, chamadas *bruxas modernas*, também têm merecido a atenção de pesquisadores (Osório, 2004).

Em síntese, enquanto as primeiras interpretações mencionadas detiveram-se sobre a dinâmica do campo religioso, aí identificando a emergência de uma “religiosidade difusa”, a valorização da espiritualidade associada a práticas de “cultivo da interioridade” e a construção de uma “nova visão ecológica”, o segundo conjunto de trabalhos concentra-se na investigação de idéias e práticas de determinados segmentos do universo neo-esotérico. Dada a diversidade de questões propostas e perspectivas adotadas, poder-se-ia perguntar o que possibilita agrupá-los e considerá-los como constitutivos de um campo de estudos, ainda que em construção. O conjunto desses trabalhos não permite, porém, a constituição de um quadro empírico ou interpretativo único. No entanto, observa-se que, apesar de comportarem nuances e recortes singulares, existem certas regularidades nesses estudos, seja no modo de recortar o campo empírico quanto à de construção dos objetos, seja no plano da interpretação, se considerarmos a preocupação com o delineamento das representações coletivas presentes no universo que compõem essas práticas.

Os estudos contemplam algumas questões em torno das quais se desenvolvem diferentes argumentos.

Uma primeira questão localiza-se em recortes circunscritos do exercício da religiosidade, assinalando de modo especial *novas formas de expressões do sincretismo religioso*. A reli-

giosidade e suas manifestações plurais, entrelaçadas com práticas e conteúdos disseminados pelo neo-esoterismo, estão contempladas de diferentes formas nos estudos citados. Amaral (1994, 1998, 1999), direcionando seu enfoque sobre o trânsito religioso, seus conteúdos e práticas, argumentam um “sincretismo em movimento” sustentando que,

[...] mais do que um substantivo que possa definir identidades religiosas bem demarcadas, Nova Era é um adjetivo para práticas espirituais e religiosas diferenciadas e em combinações variadas, independente das definições e inserções religiosas de seus praticantes (1999, p. 48).

Já o estudo efetuado por Stoll (1999), em reflexão sobre duas lideranças religiosas espíritas que, por meio de sua história pessoal e carreira religiosa, personificam modos diversos de “ser espírita” no Brasil (os médiuns Chico Xavier e Luiz Gaspareto), refere-se à aproximação do médium espírita Luiz Gasparetto com algumas das expressões do universo neo-esotérico, o que significou a produção de uma nova “síntese”, “um arranjo particular de idéias e práticas que tem origens em fontes diversas – religiosas e não-religiosas – reinterpretadas, porém, a partir da tradição religiosa de origem” (p. 236).

Ainda em relação ao sincretismo, trabalhos apresentados na forma de *papers* mencionam, por exemplo, a incorporação de elementos e práticas esotéricas (realizações de palestras, cursos e meditações envolvendo estudos de técnicas terapêuticas como Reiki, cromoterapia etc.) em terreiros de Umbanda em São Paulo (Souza e Souza, 1998), trazendo elementos importantes para pensar desdobramentos singulares do entrelaçamento de práticas e conteúdos do neo-esoterismo com universos religiosos já estabelecidos no Brasil. Um outro estudo é o de Castro Martins (1999)

sobre a dinâmica do doutrina do “Vale do Amanhecer”, assinalando uma espécie de sincretismo entre elementos do cristianismo, do espiritualismo e da umbanda, organizados em uma referência efetuada na construção do *espaço sagrado* sede da comunidade, a elementos egípcios, africanos, incas, maias etc. O sincretismo é ainda alvo de reflexão sobre a construção de trajetórias espirituais no contexto da sociedade carioca (Carneiro, 1998), com o propósito de pensar a busca da religiosidade, como projeto na modernidade, e também expressão da “reflexividade” e da “destraditionalização” em contexto urbano.

Um segundo eixo de questões contempla a *construção de discursos alternativos sobre o corpo e a saúde*. Do corpo como veículo de liberação e prazer (Martins, 1999) à ênfase no corpo nas técnicas psicoterapêuticas (Russo, 1993) e novas concepções nas relações doença/cura no contexto da “neo-espiritualidade” e “neo-religiosidade” (Maluf, 1996). A ênfase no corpo vai ser mencionada ainda em trabalhos voltados para a discussão da espiritualidade terapêutica (Tavares, 1999a) e na idéia de uma “cultura corporal alternativa”, que ganha sentido diante da noção de “corpo civilizado”, conforme argumenta Albuquerque (1998 e 1999). São diferentes abordagens que remetem, de um lado, à emergência de concepções sobre o corpo e sua utilização como mecanismo de autopercepção, autoconhecimento individual; de outro, a processos históricos por meio dos quais são elaboradas diferentes ênfases no corpo, cuja reflexão aponta alternativas para o estabelecimento da condição de um corpo saudável, prazeroso.

A referência ao corpo e à saúde vem sendo mencionada em outra perspectiva, mais recente, que aponta para desdobramentos significativos do fenômeno neo-esotérico: a ênfase no que se convencionou chamar de *humanização*, em se tratando dos cuidados do corpo

e das concepções de saúde/doença. Destaca-se, sob esta ótica, o trabalho de Tornquist (2002), sobre a humanização do parto, e de Rachel Menezes (2004, 2005), sobre a humanização da morte. Essas pesquisas indicam, ainda, usos recentes do ideário associado ao neo-esoterismo, num cruzamento cada vez mais complexo de múltiplas referências, ao qual retornarei adiante.

Uma terceira questão é a referência a essas práticas como *produtoras de estilos de vida*. É sobre indicadores da configuração de estilos de vida que se evidenciam especificidades de práticas e conteúdos, o que pode ser percebido nos estudos de artes divinatórias, como a astrologia (Vilhena, 1991), o tarô (Tavares, 1999), e na abordagem das “terapias alternativas” (Maluf, 1996). Nas organizações das práticas neo-esotéricas e sua implementação espacial, Magnani (1999) defende o delineamento de comportamentos no interior da metrópole. A referência ao estilo de vida verifica-se também no campo da “experimentação religiosa”, envolvendo a emergência de grupos “místico-esotéricos”, em Brasília/DF (Siqueira e Bandeira, 1998). É ainda o estilo de vida dos pais que, de acordo com Reis (1998), demarca a opção por “escolas alternativas” para os filhos, questão identificada em estudo envolvendo escolas vinculadas a grupos místico-esotéricos, em Brasília/DF. A referência ao estilo de vida está presente também no privilégio do segmento de adeptos ao neo-esoterismo por opções selecionadas de lazer (viagens, participação em eventos, literatura, filmes, entre outros), citados com frequência em diversos estudos como demarcadores de comportamentos delineados por meio do contato e da interação com o neo-esoterismo, dando visibilidade a um fenômeno cujas expressões têm especial ressonância em segmentos médios urbanos.

No Meio Urbano: Contextualizando Pontos de Partida

Nas grandes cidades brasileiras, observa-se a presença de signos relacionados ao neo-esoterismo por meio da implementação progressiva de uma rede de produtos e serviços fundamentada na perspectiva de uma reorientação de diversos aspectos da vida cotidiana, com a finalidade de orientar e promover o “bem-estar”. A valorização de alimentações específicas, denominadas naturalista, vegetariana, macrobiótica, cujo consumo se relaciona com a concepção de que proporciona “vida mais saudável”, apresenta-se nos inúmeros restaurantes especializados e também em lojas que comercializam produtos associados a novos hábitos alimentares. A utilização de terapias consideradas “alternativas” – terapias corporais, diversos tipos de massagens, homeopatia, acupuntura etc. – associa-se à instalação de clínicas que concentram profissionais especializados nessas áreas e também a abertura de farmácias homeopáticas. As artes divinatórias despertam interesse progressivo, tanto na forma de uso como na importância atribuída ao aprendizado (curso de tarô, astrologia etc.). Lojas de produtos esotéricos disponibilizam velas, incensos, que vão ser utilizadas nas residências com fins diversos (decorativos, com o intuito de purificar ambientes, na realização de meditações, nos rituais etc.). Aulas de yoga, entendidas como um exercício alternativo que permite simultaneamente cuidar do corpo e do espírito, incorporadas nas práticas das academias de ginástica asseguram seu espaço ao lado das últimas novidades em aparelhos e tecnologias para manter a forma física.

A forma como tais signos se apresentam, vinculados a diferentes estabelecimentos e diluídos em um amplo mercado de consumo, faz com que em muitas ocasiões sejam referenciados, na mídia e também em

algumas interpretações acadêmicas, como concepções de bem-estar emergentes, como alternativa à conturbada vida moderna.

Ao lado desses signos, que têm uma relação mais direta com o consumo, menciona-se também a insatisfação generalizada em relação aos sistemas de sentido estabelecidos,⁸ atingindo mais significativamente os segmentos médios urbanos. Na dimensão religiosa, no que concerne à religião como instituição doutrinária reguladora e normativa,⁹ na organização familiar, questionando os padrões de organização familiar vigentes;¹⁰ nas relações afetivas, revelando uma preocupação com a intimidade e propondo a aproximação, a cooperação e o companheirismo como substitutos da competição e do distanciamento;¹¹ nos sistemas de intervenção terapêutica, dirigida aos tratamentos convencionais, questionando seu caráter fragmentado e racionalizante, em defesa das “terapias alternativas”.

Assim, identifica-se no meio urbano a presença de inúmeros produtos, serviços e cursos, cujos conteúdos e práticas remetem ao universo neo-esotérico. Incorporados ao estilo de vida de certos segmentos sociais, esses produtos, serviços e representações expressam-se por meio da busca de novos padrões no convívio familiar, nas relações afetivas, no cuidado com a alimentação, com o nascimento e com a morte, na expectativa de cobrir todas as dimensões da existência, tendo como eixo uma perspectiva transformadora voltada para o “cuidado de si”. Nesse universo, transitam não só adeptos, como também aqueles que esporadicamente se utilizam das artes divinatórias, das terapias alternativas e/ou adquirem produtos, como incenso, amuletos, imagens de duendes, de anjos, cds etc.

Esse modo urbano de prática do neo-esoterismo contrasta com a organização de “comunidades rurais alternativas”, as quais também veiculam práticas e idéias do universo neo-esotérico.¹² Nessas comunidades,

o questionamento da sociedade capitalista manifesta-se de forma mais radicalizada. Grupos com inspirações diversas organizam seu cotidiano numa convivência comunitária, em contato com a “natureza”, tendo como preocupação o “desenvolvimento integral” do ser humano, o que envolve os planos físico, mental e espiritual.

Apesar da diversidade e dos múltiplos direcionamentos, as práticas do neo-esoterismo apresentam alguns denominadores comuns. Primeiramente, o fato de algumas delas – como astrologia, tarô e terapias corporais – não constituírem práticas isoladas, uma vez que estabelecem diálogo com diferentes fontes culturais. Outro aspecto é que tais práticas terapêuticas, associadas a tradições culturais diversas (chinesa, japonesa, budista, hinduísta etc.), são frequentemente tonalizadas pela vivência religiosa. Importante também é a relação das práticas neo-esotéricas com a dinâmica urbana, o que se evidencia na estrutura arquitetônica dos “espaços” e no modo de constituição de suas redes e circuitos.

Tomadas em conjunto, essas práticas não caracterizam um “movimento” (“Nova Era”, “New Age”, “Esotérico”), mas um fenômeno – neo-esotérico – que se define pelo modo de sua constituição, dinâmica particular e vínculos que estabelece com outras expressões culturais de segmentos médios urbanos. De suas características, tais como aparecem em diversos estudos efetuados, trato nos tópicos seguintes.

A ênfase diferenciadora das práticas

No estudo do chamado “mundo da astrologia”, Vilhena (1990) reflete sobre as apropriações do sistema astrológico por um segmento das camadas médias urbanas do Rio de Janeiro.¹³ Salienta, assim, que não está falando dos usos da astrologia amplamente difundidos

na mídia. Trata-se de uma apropriação particular, que leva em conta o aprendizado do sistema astrológico e seu simbolismo,¹⁴ de forma que a crença e a linguagem astrológicas passam a fazer parte da interpretação do cotidiano de seus adeptos. Segundo o autor, a astrologia configura para seus adeptos “um mundo” como sistema de interpretação, associado a outros sistemas simbólicos, como a psicanálise, a religião e diversas expressões do esoterismo. Desse diálogo, emerge, porém, sua singularidade, o que lhe atribui um lugar específico no conjunto mais amplo de práticas e representações que vêm alimentando visões de mundo e estilos de vida de certos segmentos das camadas médias urbanas.

O uso do tarô, por sua vez, foi analisado por Tavares (1999). Neste caso, a especificidade de sua apropriação pelas camadas médias urbanas constrói-se em tensão com outros usos da cartomancia, cuja prática popular se volta a finalidades de ordem prática, ao passo que os “tarólogos” pretendem fazer uso das cartas como instrumento que induz ao “autoconhecimento”. O jogo, a relação com o consulente e a interpretação das cartas têm, portanto, sentido e motivação diversos daqueles que presidem a atividade da cartomante nos meios populares.

As restrições dos tarólogos às leituras efetuadas pelas cartomantes, segundo Tavares, dizem respeito à sua qualificação, isto é, consideram a leitura desorganizada, composta de frases feitas, voltada para “adivinhar” o passado e prever o futuro do consulente (*Idem*, pp. 115-116). Em contrapartida, propõem o uso do jogo de tarô como fator de aprendizado, iniciação e instrumento de autoconhecimento, estabelecendo-se um outro padrão de relacionamento entre consultor e consulente.

Atribui-se, portanto, à *forma*, ao *uso* e ao *modo de manipulação* de certos tipos de conhecimento um papel preponderante para se diferenciar práticas divinatórias populares da

prática do tarô e/ou do uso da astrologia. Distinguindo-se da prática divinatória difundida nos jornais¹⁵ e pelas cartomantes tradicionais, entendidas como vinculadas à determinação e à previsão, praticantes do jogo do tarô e adeptos da astrologia enfatizam esses sistemas simbólicos como busca de significados para eventos de sua vida cotidiana, porém considerando a sua participação efetiva nesta atribuição de sentido. Esse mesmo tipo de distinção pode ser observado no contraponto entre o “terapeuta alternativo” e a “benzedeira/curandeira” popular (Tavares, 1999a).

O que se destaca é uma nova atribuição de sentido a práticas “tradicionais” por meio do diálogo com outras formas de conhecimento, crenças e sistemas simbólicos, resultando numa elaboração que as diferencia de uma conotação pragmática, característica da utilização mais convencional da cartomancia e extensiva a outros sistemas divinatórios. Trata-se de sistemas simbólicos que não se fecham em si mesmos, mas, ao contrário, buscam referência em outras fontes culturais com as quais os adeptos dessas práticas dialogam e interagem – sistemas religiosos, áreas do conhecimento científico, o conhecimento tradicional das artes divinatórias –, referências que são ressignificadas, atribuindo sentido a essas práticas.

Um dos principais resultados, almejado por meio dessa atribuição de sentido, é a possibilidade de utilização dos diferentes sistemas simbólicos e seus entrecruzamentos para o “conhecimento de si”. Objetivo que também é mencionado em outras práticas do campo neo-esotérico, como as que dão ênfase a uma conotação terapêutica.

Conotação terapêutica

No universo neo-esotérico, a noção de terapia vem sendo apontada como portadora de um sentido próprio, pois remete à neces-

sidade de *transformação* do indivíduo em várias dimensões de sua vida. Quando se fala em *terapias alternativas*, tem-se em mente uma representação que redimensiona a noção de cura. No plano individual, a expectativa de *transformação* implica intervenção numa situação de crise, de mal-estar,¹⁶ com vistas à recuperação do equilíbrio – físico-orgânico, psíquico/mental e espiritual. Além disso, toda crise é pensada como “oportunidade”, como possibilidade de se desenvolver potencialidades, o que sugere ao sujeito “tomar posse de si” por meio do endosso do prefixo “auto”: autocura, autoconhecimento, auto-ajuda.

Esse conceito contempla também o sentido de transformação do ambiente: uma perspectiva holística, em que a constatação de mal-estar, de crises e insatisfações se associa ao questionamento de padrões e valores vigentes nas relações entre os seres humanos e com a natureza. Perspectiva que pode assumir um viés religioso quando associada à espiritualidade e à terapia. Embora não seja uma associação inovadora,¹⁷ no universo neo-esotérico assume tonalidades específicas: aponta para a necessidade de se resgatar o lugar do ser humano na criação divina, como possibilidade de compensar a destruição ambiental (uma visão ecológica) e a violência (valorizando as relações humanas). Trata-se de uma tentativa de *salvar o mundo*, perspectiva que atribui à transformação uma conotação espiritual.

É essa dimensão ampliada que remete à transformação em escalas planetária, social e de valores que estão presentes na intervenção terapêutica do meio neo-esotérico.

Os estudos sobre o tema revelam certa dificuldade em delimitar as fronteiras do campo das chamadas “terapias alternativas”. A começar pela abrangência das práticas envolvidas, como tarô, astrologia, reiki, acupuntura, florais etc., cujos especialistas se autodenominam “terapeutas”. As classifica-

ções propostas pelos autores variam nesse sentido. Tavares (1999), por exemplo, identifica um segmento específico – a categoria “terapeuta não-médico” –, que divulga uma “espiritualidade terapêutica”, cuja prática se diferencia tanto de outras práticas da chamada “nebulosa místico-esotérica” como das práticas médicas oficiais e/ou de cura com fundamento religioso (*Idem*, pp.110-112).

O estudo de Jane Russo (1993), por sua vez, chama essas mesmas práticas de “terapias corporais”. Segundo a autora, elas constituem o entrecruzamento entre dois campos distintos – “complexo alternativo”¹⁸ e campo da “psi”. Ou seja, Russo enfatiza a singularidade das terapias corporais em relação à intervenção psicológica convencional pelo fato de utilizarem o “corpo como instrumento básico de mudança e de autoconstrução”, em oposição à palavra. Sublinha a autora, porém, que as próprias terapias corporais do “complexo alternativo” são produtoras de certo modo de vida que define os chamados “terapeutas corporais, de tal forma que “práticas e personagens se confundem [e] [...] o ideário que sustenta a sua prática dá sentido à sua trajetória” (*Idem*, p. 191).

Debruçando-se especificamente sobre a forma como se cruzam os percursos dos terapeutas com a construção das terapias corporais, Russo salienta que a oposição entre as técnicas propostas em relação às intervenções fundamentadas na psicologia convencional – o corpo contra a palavra – adquire significados que extrapolam o campo terapêutico. Entre as questões desenvolvidas pela autora, interessa-me ressaltar a idéia de que terapias corporais, como técnicas, se produzem “nas margens” das instâncias legitimadas pela palavra, instrumento da racionalidade e da lógica escolar por excelência. As terapias corporais singularizam-se, portanto, pela negação da “consagração pela palavra” e pela

[...] afirmação de um outro tipo de consagração, paralela, marginal, que não depende tanto de estudo, diplomas, teoria, mas sim de “vivências”, “exercícios”, em suma, de trabalho corporal (*Idem*, p. 193).

Essas práticas, assim como o perfil desses especialistas, constroem-se, portanto, segundo a mesma lógica observada no caso das práticas divinatórias, isto é, por meio de interfaces, diálogos e conflitos com outros sistemas simbólicos de cura e de crença.

Na análise das articulações criadas pelas práticas neo-esotéricas de cunho terapêutico com um amplo espectro de “fontes” ou “tradições”, reside a principal contribuição dos estudos voltados às “terapias alternativas”.

A contribuição de Sonia Maluf (1996, 1999) a esse debate está no fato de ela qualificar as chamadas “terapias alternativas” como constitutivas de “uma cultura terapêutica neo-religiosa ou neo-espiritual”, que considera resultante do cruzamento entre novas e velhas formas de religiosidade, práticas terapêuticas e experiências ecléticas vivenciadas por camadas médias urbanas. Na tentativa de apreender os significados específicos dessa relação, Maluf (1999) enfatiza a necessidade de deslocar-se a perspectiva unilateral, que tem caracterizado o olhar para as instituições religiosas e suas doutrinas, por um lado, e as técnicas de cura, por outro, tendo em vista que é a *experiência* da articulação entre esses diferentes campos que caracteriza o neo-esoterismo. Nesse sentido, afirma: “é o sujeito portador de uma experiência ímpar que pode reunir experiências e doutrinas religiosas e espirituais tão díspares e lhes dar um sentido” (*Idem*, p. 71). Isso implica pensar *como* essas diferentes referências são assimiladas e articuladas nos “itinerários terapêuticos”.

Na construção desse argumento, a autora destaca a importância de alguns elementos do universo simbólico das camadas médias,

entre os quais a cultura psi,¹⁹ a difusão da homeopatia e outros campos em que tais segmentos sociais atuam como organizações coletivas voltadas à ecologia e/ou alinhadas à contra-cultura. Sublinha ainda a existência de certas continuidades, como a espiritualidade e a ênfase terapêutica de certos sistemas religiosos. Mas, ressalta a autora, inexistente uma vertente exclusiva de sustentação desse sistema – a “cultura terapêutica neo-espiritual ou neo-religiosa” tem como princípio o cruzamento entre diferentes fontes, sistemas religiosos, terapias convencionais oficiais e não-oficiais.

É na ressalva do aspecto da presença de diferentes fontes como possibilidades e dos cruzamentos possíveis entre elas na efetivação de experiências que reside uma das contribuições mais significativas dos diversos estudos que fazem alusão às terapias alternativas. Nesse contexto, o uso de artes divinatórias (como a astrologia e o tarô) ou a participação em sessões do Santo Daime são encarados como recursos que podem ser acionados em processos e itinerários de busca espiritual e “conhecimento de si”, entendidos como portadores de uma conotação terapêutica em função do caráter que lhes é atribuído na experiência dos sujeitos. Esses trabalhos, portanto, sugerem que o cruzamento de diferentes referências implica uma atribuição de sentido a essas práticas que não está dada *a priori*, mas que se organiza pela circulação de pessoas, informações e da assimilação de diferentes saberes na interpretação das experiências cotidianas.

O deslocamento do eixo de referência das instituições e dos sistemas simbólicos para o campo da experiência dos sujeitos abre também outras possibilidades interpretativas. Por exemplo, a discussão sobre a formulação, no seio das camadas médias urbanas, de novas representações sobre corpo e saúde. O trabalho de Martins (1999) é sugestivo nesse sentido. O argumento do autor gira em torno da

possibilidade que tais práticas abrem no sentido de uma mudança do imaginário do corpo na sociedade ocidental. Uma vez que se veiculam, por meio das práticas terapêuticas alternativas, novas concepções acerca do corpo, estas vêm se confrontar, de um lado, com a noção de “corpo perfeito” e, de outro, com a imagem do “corpo culposo”.

Para além das terapias que incidem sobre o corpo, mudando a imagem que dele possuímos, interpretações recentes de conteúdos veiculados pelo neo-esoterismo têm ressonância em novas alternativas propostas para o nascer e o morrer, limites da consciência do humano, cunhados como *humanização*, como apontam os estudos de Carmem Suzana Tornquist (2002) e Rachel Aisengart Menezes (2004), que tratam, respectivamente, da humanização do parto e da humanização da morte. Ambos os trabalhos sublinham a presença da noção do *alternativo* e o *retorno à natureza* como norteadores de práticas que se institucionalizam em hospitais, envolvendo, portanto, não somente a geração considerada *alternativa*, mas especialmente equipes de profissionais (médicos, psicoterapeutas, enfermeiros entre outros) que integram suas atividades propondo tais alternativas.

Tais imagens se difundem e são reinterpretadas no processo de circulação, o que reflete uma outra característica do fenômeno neo-esotérico, qual seja, a tendência à implementação progressiva de redes e circuitos através dos quais circulam especialistas/terapeutas, adeptos com diferentes graus de envolvimento e informações sobre as práticas das diversas especialidades.

Redes, circuitos, espaços

Para além da doutrina e do templo, associados à disseminação do neo-esoterismo, assinala-se a emergência progressiva de “espa-

ços” cujas ações têm uma conotação que os singulariza em relação a outros núcleos em que se desenvolvem práticas semelhantes. Além das práticas mencionadas – de cura e divinatórias –, esses “espaços” patrocinam atividades educativas (cursos, palestras, edição de livros), rituais (da lua cheia, de ano novo etc.) e de lazer (projeção de filmes, viagens etc.), como assinala Magnani (1999) em estudo realizado em São Paulo. Esses espaços apresentam, portanto, regularidades na forma de organização e nas atividades que desenvolvem, o que é extensivo também a outras atividades, como a organização de congressos e “feiras místicas”, que congregam espaços holísticos, constituindo redes que articulam diversas regiões do país, bem como redes de relações internacionais.

Assim, as práticas que conciliam, por exemplo, espiritualidade e terapia não se limitam mais aos “consultórios”, lugar onde se estabelecem relações entre especialista e consultente. Progressivamente, têm-se implementado “espaços” que, a exemplo de algumas clínicas, promovem diversas atividades: consultas de tarô e/ou astrologia, massagens, cursos, palestras, encontros coletivos, “vivências” e *workshops*. Nessa ambientação, as práticas se cruzam, estabelecem intercâmbios de conteúdos que lhes dão sustentação. Fato que pode ser observado também em “feiras místicas”, congressos etc.²⁰

Na trama da cidade, tais práticas vêm adquirindo visibilidade, desde que associadas a uma rede de serviços e de consumo. Além de clínicas, consultórios e suas técnicas alternativas, de restaurantes, cujo propósito é oferecer alternativas alimentares, nos últimos anos têm proliferado os espaços holístico-alternativos, onde se atende à demanda por produtos e práticas e se discute os conteúdos que as alimentam. Alguns desses espaços têm-se tornado pontos de referência no circuito dos adeptos, uma vez reconheci-

dos pelos seus fins específicos. Mas, há singularidades que podem ser percebidas na forma de implementação e organização das atividades, bem como no modo de circulação de pessoas.

A pesquisa de Magnani (1999) em São Paulo caracteriza esses espaços como “pontos de referência estáveis no circuito neo-esotérico”, uma vez que “constituem lugares de encontro e sociabilidade para pessoas cujos gostos, formação, preocupações espirituais e estilos de vida se assemelham” (p. 34). O estudo concentra-se na relação das práticas neo-esotéricas com a dinâmica da sociabilidade na metrópole e demonstra que existem articulações entre essas práticas, levando em consideração a distribuição espacial associada à movimentação dos adeptos. Para caracterizar o movimento entre espaços neo-esotéricos da cidade Magnani utiliza-se da categoria *circuito*, que consiste em identificar conjuntos de estabelecimentos que têm em comum determinada prática ou serviço no meio urbano, mas que não são contíguos, e sim reconhecidos pelos usuários habituais (*Idem*, p. 68). Esta categoria permite, portanto, observar o conjunto de práticas, grupos e espaços com suas diferentes orientações e propósitos, dotados de sentido, “sem no entanto dissolvê-los no interior de um mesmo caldeirão” (*Idem*, p. 41).

Se, por um lado, a distribuição geográfica dos espaços confere visibilidade ao fenômeno, por outro, é a circulação de adeptos e agentes entre e através deles que concretiza as redes e os circuitos. Em outros termos, é a circulação que dá vida aos circuitos e redes, fazendo com que as práticas adquiram “carne e osso” (Carneiro, 1998). Nessa perspectiva torna-se proeminente a análise de trajetos, trajetórias, itinerários e processos que promovem a adesão a essas práticas, a formação de terapeutas e a delimitação de especialidades. A circulação permite perce-

ber também que existem diferentes graus de envolvimento e níveis de adesão.²¹

Caracterização do Fenômeno

Os estudos apresentados sugerem a existência de um *campo intermediário* entre o exercício esporádico de uma prática neo-esotérica orientada pelos apelos do mercado de consumo, de um lado, e o engajamento num ideal de sociedade que se pretende realizar nas comunidades rurais alternativas, de outro. Ainda que não possua contornos e fronteiras claramente definidas, esse *campo intermediário* apresenta certas especificidades que se delineiam no confronto com outras práticas e representações, como exemplificam estudos sobre a astrologia e o tarô. Também contribuem para isso o modo de organização dos espaços e de suas atividades; o fluxo dos atores sociais e o modo como eles, com base nas suas experiências, atribuem sentido às práticas ditas “alternativas”; e o delineamento de campos semânticos, como é o caso das “terapias corporais”, que definem o seu nicho no interior do campo mais amplo das alternativas terapêuticas.

As ações e as representações concernentes ao universo neo-esotérico consolidam-se progressivamente no meio urbano mediante referências objetivas – espaços holístico/alternativos instalados nas cidades e organização de feiras e/ou congressos, nos quais se promovem atividades especializadas, envolvendo práticas de cura, cursos, organização de rituais, vivências, *workshops* etc. Essas atividades dinamizam campos semânticos atualizados e/ou ressignificados e mobilizam a circulação de “especialistas”. Em todas essas dimensões, operacionalizam-se cruzamentos de conhecimento de origens diversificadas, promovendo-se diálogos com algumas áreas do conhecimento científico, o recurso a con-

teúdo de mitos, de saberes vistos como tradicionais, associados ou não a diversas doutrinas e experiências religiosas.

Essa forma de expressão, que não converge para a institucionalização nos moldes de uma doutrina, de uma religião, de um partido político ou de uma disciplina, suscita um esforço de construção de estratégias de análise que desloquem referenciais estabelecidos – por exemplo, os institucionais, como a religião –, privilegiando o processo de construção, fluxos e movimentos.

Nos estudos sobre o tema há duas concepções principais: primeiro, de que o universo neo-esotérico se torna visível para além das referências religiosas institucionais, exigindo a elaboração de estratégias de análise que permitam a apreensão das ressonâncias na dinâmica cultural e na mudança social; segundo, estes trabalhos questionam a idéia de que as ações e as representações que definem o universo neo-esotérico simplesmente espelham a fragmentação do mundo moderno e a tendência à proliferação de bens de consumo simbólicos, cuja escolha seria individual e a finalidade, a satisfação de necessidades imediatas.

Entre as diferentes estratégias evidenciadas nos estudos citados destacam-se a ênfase nas experiências dos sujeitos e a referência aos “espaços”, ampliando, assim, as perspectivas de apreensão do processo de difusão de conhecimentos e práticas do universo neo-esotérico. Evidencia-se também a emergência de comportamentos coletivos, que surgem da troca/comunhão de experiências em atividades desenvolvidas nesses “espaços”.

Argumenta-se frequentemente que a demanda pelas intervenções terapêuticas alternativas e outras práticas estariam associadas à insatisfação de certos segmentos sociais (especialmente as camadas médias urbanas) em relação a instituições consolidadas, como o sistema biomédico, a família e a religião. De-

manda que, no entanto, não se traduz em propostas de transformação social, uma vez que as transformações almeçadas se circunscrevem na busca e promoção do bem-estar individual.²²

Por seu caráter fragmentário, tais práticas não se organizam na forma de um “movimento” estruturado. Mas, alguns estudos apontam para certas possibilidades organizativas, como é o caso dos “espaços” neo-esotéricos, cujas formas de sociabilidade permitem momentos de partilha e o reconhecimento de que há uma coletividade constituída pelos adeptos, à medida que estes se reconhecem como tal pelo endosso de determinadas linguagens e no modo de partilha de suas experiências de busca espiritual.

Referindo-se à formação de uma “sensibilidade neo-esotérica”, a noção de comunidade é utilizada por Magnani (1999) para questionar a forma pela qual convencionalmente se tem retratado esse universo, qual seja, a idéia de indivíduos trilhando solitariamente seus caminhos espirituais.²³ Considerando os processos de comunicação entre essas práticas e a consolidação dos “espaços”, em torno dos quais se definem *circuitos* e *trajetos*, Magnani assinala a presença na metrópole de um “tipo” de comunidade que se define por ser “efêmera, de fim de semana” (p. 108). Trata-se, portanto, de uma comunidade singular, que propicia uma sociabilidade alimentada por troca de pontos de vista, leituras, experiências de viagens... “no contexto do “pedaço” de cada um – aquele contexto onde os laços de lealdade são mais fortes – mas principalmente nos “circuitos”, ao longo dos quais se recortam os “trajetos” personalizados” (*Idem, ibidem*). Assim, utilizando-se da categoria “circuito” para caracterizar uma forma específica de articulação entre os adeptos, Magnani afirma que os espaços e as atividades neo-esotéricas constituem uma forma particular de prática cultural e comportamento, permitindo a formação de pequenos grupos e redes:

As vivências, palestras, cursos e celebrações multiplicam-se ao longo do circuito, estabelecendo relações de proximidade e de trocas próprias de comunidade. Não, porém, aquelas das comunidades biológicas, institucionalizadas, permanentes, mas de um tipo que se dissolve ao término da atividade, podendo ser reeditada no próximo evento, em algum outro ponto do circuito- com os mesmos ou outros participantes, não importa, pois todos conhecem o código ou ao menos o jargão básico (*Idem*, p. 134).

Também Maluf (1996) sustenta que nas expressões da cultura terapêutica neo-religiosa no Brasil há uma concepção de indivíduo que não é mera continuidade do “individualismo” ocidental, pois muitos adeptos pertencentes à classe média urbana ao se identificarem com certos movimentos culturais e políticos – como a contra-cultura, o feminismo, o movimento ecológico, entre outros – passam a ter uma visão crítica da sociedade, ainda que não organizados em torno de um movimento.

O modo de difusão predominante do fenômeno neo-esotérico contempla ordenamentos processados em meio à circulação de pessoas e de informações com a assimilação de diferentes saberes apreendidos no cotidiano. Assim, na atribuição de *sentido* às práticas e aos conteúdos veiculados, em estreita dependência dos diferentes processos de difusão, ganha destaque o movimento dos atores que desenvolvem participação ativa nos significados conferidos. A abertura constante para novas práticas constitui-se parte de uma lógica de organização que pode ser observada buscando, não possíveis sínteses, mas o processo e a dinâmica de elaboração do sentido.

Localizando na especificidade de sua manifestação os mecanismos da sua dinâmica, o universo neo-esotérico, seus conhecimentos e ações correlatas, pode ser situado

como um projeto em construção, cujas possibilidades de abrangência vêm se ampliando e diluindo, sem perder de vista lógicas internas próprias de uma difusão não localizada, mas

ordenada no decorrer de sua evidência empírica. É o que se observa nas diferentes e sempre inovadoras dimensões sugeridas pelas leituras e interpretações do fenômeno.

Notas

1. No decorrer deste trabalho, refiro-me a este conjunto pelo termo *neo-esotérico*, seguindo as distinções apontadas por Magnani (1999), na expectativa de reconhecer singularidades e simultaneamente considerar uma ampla gama de propósitos tomados como características do conjunto de práticas em questão.
2. Sobre as relações com a “história” da constituição dessas práticas, ver, entre outros, Heelas (1996), Carozzi (1999). Magnani (2000).
3. Para exemplos de diferentes direções desse debate, ver Carvalho (1991 e 1994); Brandão (1994), Sanchiz, (1995 e 1998), Soares (1994). Esses estudos apontam entrelaçamentos singulares, em que o exercício religioso, relacionado a “escolhas” e “sínteses individuais”, merece destaque.
4. O que não significa que sejam adaptadas de maneira simplista. Nesse sentido, é importante a observação de Carvalho de que “não se pode passar dos búzios para a astrologia sem que os transformemos em outros búzios, próprios deste meta-circuito e não mais característico da tradição afro-brasileira” (1994, p. 95).
5. Alguns desses artigos estão publicados na coletânea organizada por Carozzi (1999), que contém também dois artigos sobre práticas esotéricas na Argentina.
6. As diferentes versões que assumem as práticas relacionadas ao neo-esoterismo continuam em evidência na programação de seminários, congressos e encontros acadêmicos. Como exemplo, a “XIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina”, realizada em Porto Alegre, em setembro de 2005. Ver o *site*: www.pucrs.br/eventos/xiii/jornadas/.
7. Nesses congressos, além de trabalhos especificamente dedicados ao fenômeno, são frequentes as menções ao neo-esoterismo em textos sobre a religião e a religiosidade, com referências ao pluralismo religioso e a novas formas de sincretismo.
8. Questão discutida por Soares (1994), que se refere ao “alternativo” e ao “experimentalismo cultural” contextualizados em um grau crescente de insatisfação em face de instituições como a religião e a família.
9. No plano da vivência religiosa e espiritual, as alternativas evidenciam a valorização da escolha em detrimento da afiliação em função de vínculos familiares; escolha que se caracterizará também em oposição à conversão, fazendo emergir a possibilidade de novos arranjos de conteúdos e práticas religiosas, distanciando-se da fidelidade a uma doutrina, a uma instituição, a uma Igreja.
10. Refiro-me às considerações acerca da família nas camadas médias urbanas. Ver, entre outros autores, Salem (1989) Figueira (1985).
11. Sobre novos parâmetros nas relações afetivas, remeto o leitor à discussão de Giddens (1992).
12. Uma das experiências citadas com frequência é Esalem, na Califórnia, que também se constitui em espaço de formação e disseminação (ver Heelas, 1996; Amaral, 1998;

- Carozzi, 1999). No Brasil, essas comunidades possuem características particulares, conforme sublinhado por Magnani (2000, pp. 22ss.).
13. O autor entende a a astrologia como uma “fronteira simbólica” que influencia a formulação de estilos de vida e visões de mundo de um segmento dessas camadas, ou seja, uma maneira de “pensar a familiaridade e a prática da astrologia como um critério útil para produzir tais fronteiras” (p. 82).
 14. A noção de simbolismo foi formulada por Vilhena com base na recorrência em que aparecia nas entrevistas realizadas pelo autor: “assume um papel estratégico, contribuindo para sua autodefinição [dos praticantes da astrologia]” (p. 135).
 15. Embora a mídia em algumas ocasiões também se preocupe em divulgar os “simbolismos”, como sublinha Maluf (1996) em relação à forma em que se apresenta a coluna “Horóscopo” da *Folha de São Paulo*.
 16. Como sublinha Maluf (1996), nas “narrativas terapêuticas” prefere-se falar em “mal-estar” e não em “doença” para se referir à crise que desencadeia a busca de processos terapêuticos singulares.
 17. Especificamente no caso brasileiro, relações entre espiritualidade e cura estão presentes nas diferentes versões dos cultos de origem africana, em segmentos do espiritismo e, mais recentemente, no movimento neo-pentecostal e carismático católico.
 18. Como “complexo alternativo”, Russo entende “uma filosofia difusa [...] criando uma espécie de amálgama a partir do qual as práticas se revelam passíveis de um uso concomitante, tornam-se intercambiáveis ou combinam-se de diversas maneiras” (1993, p. 113).
 19. Trata-se da referência à disseminação de uma linguagem psicanalítica que teria extrapolado o espaço da clínica e a relação do terapeuta com seu cliente, constituindo-se em uma linguagem partilhada por segmentos médios urbanos. “Cultura psi” remete às análises de Figueira (1985, *apud* Maluf, 1996).
 20. O contexto da “feira esotérica” como espaço que amplia essa relação foi sublinhado por Guerreiro (1998). Em relação aos Congressos, ver descrição de Amaral (1998), Schwade (2001); Para espaços holísticos, ver Magnani (1999) e Schwade (2001).
 21. Como exemplo, Vilhena (1990) destaca, em relação aos adeptos da astrologia, praticantes com vínculos diferenciados. Magnani (1999) classifica-os em diferentes grupos – erudito, participativo, ocasional.
 22. Nesse caso remete-se ao universo simbólico no qual as camadas médias urbanas estão inseridas, que teria no “individualismo” uma de suas principais marcas. A referência concentra-se, entre outros autores, em Dumont (1995), Giddens (1992) e Simmel (1983). A contextualização sociológica contempla ainda outras questões: a ausência de instituições, de doutrina ou de filosofias exclusivas de referência (seja religiosa seja política); a fragmentação do cotidiano e as inúmeras referências disponíveis, associadas a uma condição presente especialmente nas grandes cidades, algumas vezes assinalada como “pós-moderna”.
 23. Referência que o autor remete às afirmações de Russo (1993).

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Leila Marach Basto. (1998), "Revista Planeta: imagens do corpo, imagens da alma". Trabalho apresentado nas VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, São Paulo, USP, 22-25 set.
- _____. (1999), "Orientalização e novas gestões do corpo". Trabalho apresentado no Encontro Anual da Anpocs, Caxambu (MG), out.
- AMARAL, Leila. (1998), *Carnaval da alma: comunidade, essência e sincretismo na Nova Era*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro.
- _____. (1999), "Sincretismo em movimento: o estilo Nova Era de lidar com o sagrado", in Maria Julia Carozzi, *A Nova Era no Mercosul*, Petrópolis, Vozes.
- AMARAL, Leila et al. (1994), *Nova Era: um desafio para os cristãos*. São Paulo, Paulinas.
- BARROSO, Maria Macedo. (1998), "'Deus é diferente mas não desigual de mim': a produção da imanência nas práticas de meditação da Siddha Yoga". Trabalho apresentado nas VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, São Paulo, USP, 22-25 set.
- BELLAH, Robert N. (1986), "A nova consciência religiosa e a crise da modernidade". *Religião e Sociedade*, 13 (2): 18-37, Rio de Janeiro, Iser.
- BIZERRIL, José. (1998), "'Dois sentados sobre a terra': corpo e espírito na experiência do Tao". Trabalho apresentado nas VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina. São Paulo, USP, 22-25 set.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (1994), "A crise das instituições tradicionais produtoras de sentido", in A. Moreira e R. Zicman (orgs.), *Misticismo e novas religiões*, Petrópolis, Vozes.
- CAMURÇA, Marcelo A. (1998), "Sombras na catedral: a influência *New Age* na Igreja Católica e o holismo da teologia de Leonardo Boff e Frei Betto". *Numen – Revista de Estudos e Pesquisa da Religião*, 1 (1): 85-125, Juiz de Fora, Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, jul-dez.
- CARDOSO, Alexandre. (1998), "Pés na terra e cabeça nas nuvens: contornos do misticismo contemporâneo". Trabalho apresentado nas VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, São Paulo, USP, 22-25 set.
- CARNEIRO, Sandra. (1998), "Trajetórias espirituais enquanto projeto da modernidade". Trabalho apresentado nas VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, São Paulo, USP, 22-25 set.
- CAROZZI, Maria Julia. (1999), "Introdução", in _____, *A Nova Era no Mercosul*, Petrópolis, Vozes.
- CARVALHO, José Jorge. (1991), "Características do fenômeno religioso na sociedade contemporânea". *Série Antropologia*, 114: 1-46, Brasília, Universidade de Brasília.

- _____. (1994), "O encontro de velhas e novas religiões: esboço de uma teoria dos estilos de espiritualidade", in A. Moreira e R. Zicman (orgs.), *Misticismo e novas religiões*, Petrópolis, Vozes.
- _____. (2000), "A religião como sistema simbólico: uma atualização teórica". *Série Antropologia*, 285: 1-16, Brasília, Universidade de Brasília.
- CASTRO MARTINS, Maria Cristina. (1999), "O amanhecer de uma nova era: uma análise do espaço sagrado e simbólico do Vale do Amanhecer". Trabalho apresentado nas XIX Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, Rio de Janeiro, set.
- D'ANDREA, Anthony. (1996), *O self perfeito e a nova era: individualismo e reflexividade em religiosidades pós-tradicionais*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, IUPERJ.
- DUMONT, Louis. (1993), *O individualismo: uma perspectiva antropológica da antropologia moderna*. Rio de Janeiro, Rocco.
- FIGUEIRA, Sérvulo (org.). (1985), *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar.
- FONSECA, Alexandre Brasil. (1998), "Nova Era evangélica, confissão positiva e o crescimento dos sem religião". Trabalho apresentado nas VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina. São Paulo, USP, 22-25 set.
- _____. (1999), "O jardim mágico brasileiro". Trabalho apresentado no Encontro Anual da Anpocs, Caxambu (MG).
- FORTIS, Antônio Carlos. (1997), *O buscador e o tempo: um estudo antropológico do pensamento esotérico e da experiência iniciática da Eubiose*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP.
- GIDDENS, Anthony. (1992), *As transformações da intimidade*. São Paulo, Editora da Unesp.
- GUERREIRO, Silas. (1998), "Encontro de magia, mito e ciência na consulta aos oráculos: o espaço da feira mística". Trabalho apresentado nas VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, São Paulo, USP, 22-25 set.
- HEELAS, Paul. (1996), *The New Age movement: the celebration of the self and the sacralization of Modernity*. Oxford, Blackwell Publishers.
- LIMA, Ricardo Barbosa. (1998), "Nova consciência religiosa e ambientalismo: uma leitura em torno das representações da categoria natureza entre grupos místico-esotéricos e ambientalistas em Alto Paraíso de Goiás (GO)". Trabalho apresentado nas VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, São Paulo, USP, 22-25 set.
- MAGNANI, José Guilherme. (1995). "Esotéricos na cidade: os novos espaços de encontro, vivência e culto". *São Paulo em Perspectiva*, 9 (2): 66-72.
- _____. (1996), "Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole", in José G. Cantor Magnani e Lilian de Lucca Torres, *Na metrópole*, São Paulo, Edusp.
- _____. (1999), *Mystica urbe*. São Paulo, Studio Nobel.

- _____. (1999a), "O xamanismo urbano e a religiosidade contemporânea". *Religião & Sociedade*, 20 (2): 113-140, Rio de Janeiro, Iser.
- _____. (2000), *O Brasil da Nova Era*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- MALUF, Sônia Weidner. (1996), *Les enfants du Verseau au pays des terreiros*. Tese de doutorado, École des Hautes Études em Sciences Sociales, Paris.
- _____. (1999), "Antropologia, narrativa e a busca de sentido". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, pp.69-81.
- MARTINS, Paulo Henrique. (1999), "As terapias alternativas e a libertação dos corpos", in Maria Julia Carrozi (org.), *A Nova Era no Mercosul*, Petrópolis, Vozes.
- _____. (1999a), "Onde está a alegria". Trabalho apresentado nas XIX Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, Rio de Janeiro.
- MEDEIROS, Bartolomeu Tito Figueirôa. (1997), "Estratégias de militância na conspiração aquariana". *Revista Antropológicas*, 2 (2): 135-169, PPGAS/UFPE, Recife.
- MENEZES, Rachel Aisengart. (2004), "Dilemas de uma antropologia médica na casa da morte". Trabalho apresentado na 24ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Olinda-PE.
- _____. (2005), "O momento da morte: interpretação familiar e religiosidade". Trabalho apresentado no XXIX Encontro Anual da Anpocs, Caxambu (MG).
- OSÓRIO, Andréa. (2004), "Bruxas modernas: um estudo sobre identidade feminina entre os praticantes *wicca*". *Campus – Revista de Antropologia Social*, 5 (2): 157-171, PPGAS/UFPR, Curitiba.
- PÉREZ, Lea. (1999), "Fim de século, efervescência religiosa e novas reconfigurações societárias". Trabalho apresentado nas XIX Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, Rio de Janeiro, set.
- PEREIRA, Magda V. dos Santos. (1998), "O universo místico-religioso da obra de Paulo Coelho na ótica de seu leitor". Trabalho apresentado nas VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, São Paulo, USP, 22-25 set.
- REIS, Adriana. (1998), "Alternativas religiosas de educação infantil em Brasília". Trabalho apresentado nas VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, São Paulo, USP, 22-25 set.
- _____. (2000), "Nova religiosidade e educação em Brasília: uma nova ética em curso, in Maria Francisca Pinheiro et al. (orgs.), *Política, ciência e cultura em Max Weber*, Brasília, Editora da UnB.
- RUSSO, Jane. (1993), *O corpo contra a palavra*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- SALEM, Tânia. (1989), "O casal igualitário: princípios e impasses". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 9 (3): 24-37.

- SANCHIS, Pierre. (1995), "Sendeiros, atalhos e encruzilhadas: o campo religioso contemporâneo". Trabalho apresentado no IXX Encontro da Anpocs, Caxambu (MG).
- _____. (1988), "O campo religioso contemporâneo no Brasil", in A. Oros e Carlos A. Steil (orgs.), *Globalização e religião*, Petrópolis, Vozes.
- SCHWADE, Elisete. (2001), *Deusas urbanas: experiências encontros e espaços e neo-esotéricas no Nordeste*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (mimeo.).
- SIMMEL, Georg. (1983), "Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura e formal", in Evaristo Moraes Filho (org.), *Simmel*, São Paulo, Ática.
- SIQUEIRA, Deis. (1998), "A construção metodológica do sujeito-objeto de investigação". Trabalho apresentado nas VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, São Paulo, USP, 22-25 set.
- _____. (1999), "Psicologização das religiões: religiosidade e estilo de vida". Trabalho apresentado nas IX Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, Rio de Janeiro, set.
- SIQUEIRA, Deis & BANDEIRA, Lourdes *et al.* (1997), "O misticismo no Planalto Central: Alto Paraíso, o "chakra cardíaco do planeta", in _____, *Tristes cerrados: sociedade e biodiversidade*, Brasília/DF, Paralelo 15.
- _____. (1998), "O profano e o sagrado na construção da "Terra Prometida", in Brasilmar Ferreira Nunes (org.), *Brasília: a construção do cotidiano*, Brasília/DF, Paralelo 15.
- _____. (1998a), "Perfil dos adeptos e caracterização dos grupos místico-esotéricos no Distrito Federal". Trabalho apresentado nas VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, São Paulo, USP, 22-25 set.
- SOARES, Luiz Eduardo. (1994), "Religioso por natureza: cultura alternativa e misticismo ecológico no Brasil", in _____, *O rigor da indisciplina*, Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- SOUZA, André Ricardo & SOUZA, Patrícia. (1998), "A umbanda esotérica em São Paulo". Trabalho apresentado nas VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, São Paulo, USP, 22-25 set.
- STOLL, Sandra Jaqueline. (1999), *Entre dois mundos: espiritismo na França e no Brasil*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, USP, São Paulo.
- TAVARES, Fátima Regina G. (1999), "Holismo terapêutico no Rio de Janeiro", in Maria Júlia Carrozzi (org.), *A Nova Era no Mercosul*, Petrópolis, Vozes.
- _____. (1999a), "Tornando-se tarólogo: percepção "racional" versus percepção "intuitiva" entre os iniciantes do tarot no Rio de Janeiro". *Numen – Revista de Estudos e Pesquisa da Religião*, 2 (1): 97-123, Juiz de Fora, Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora.

- _____. (1999b), "Feiras esotéricas e redes alternativas: algumas notas comparativas entre circuitos carioca e parisiense". Trabalho apresentado nas XIX Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, Rio de Janeiro.
- TORNQUIST, Carmen Suzana. (2002), "Armadilhas da Nova Era: natureza e maternidade no ideário da humanização do parto". *Revista de Estudos Feministas*, 10 (2): 389-397, Florianópolis, jul./dez.
- VELHO, Otávio. (1998), "Ensaio herético sobre a atualidade da gnose". *Horizontes Antropológicos*, ano 4 (8): 34-52, PPGAS/UFRGS, Porto Alegre.
- VILHENA Luiz Rodolfo. (1990), *O mundo da astrologia*. Rio de Janeiro, Zahar.

- Artigo recebido em Jan/2006
- Aprovado em Jun/2006

Resumo

Neo-esoterismo no Brasil: Dinâmica de um Campo de Estudos

Este artigo faz um mapeamento das análises efetuadas acerca do fenômeno neo-esotérico, durante a última década, no Brasil em particular. Situa contornos das principais referências analíticas, apontando a disseminação do neo-esoterismo para além da sua relação com a religiosidade e espiritualidade. Por meio da caracterização de tal fenômeno como um universo em construção, destaca, como evidências na literatura, a abertura constante para novas possibilidades, a importância de sua conotação terapêutica e o modo urbano que assumem as suas práticas.

Palavras-chave: Neo-esoterismo; Mudanças de comportamento; Sociabilidade urbana.

Abstract

Neo-esotericism in Brazil: Dynamics of a Field of Study

This article traces the social and cultural analyses of the neo-esoteric phenomenon, particularly as it has developed in Brazil within the last decade. The article outlines the main analytical references, and highlights the spread of this phenomenon beyond the religious and spiritual scope. As the world we live in continues to be ever more socially dynamic, this paper stresses the constant openness for new possibilities of a neo-esoteric perspective, the importance of its therapeutic connotations, and the urban ways in which practices are adopted.

Keywords: Neo-esoteric; Behavior transformation; Urban sociability.

Résumé

Néo-ésotérisme au Brésil : Dynamique d'un Champ d'Études

Cet article fait le point sur les études qui ont été développées, particulièrement au Brésil, à propos du phénomène néo-ésotérique au cours de la dernière décennie. Les principales références analytiques sont identifiées et révèlent la dissémination du néo-ésotérisme au-delà de sa relation avec la religiosité et la spiritualité. Tout en considérant ce phénomène comme un univers en construction, l'auteur signale, par des évidences littéraires, son ouverture vers d'autres possibilités, l'importance de sa connotation thérapeutique et le mode de vie urbain assumé par ses nouvelles pratiques.

Mots-clés: Néo-ésotérisme; Changements comportementaux; Sociabilité urbaine.

Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas*

Ana Cláudia N. Capella

Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar e discutir modelos teóricos que auxiliem na compreensão do processo de formulação de políticas públicas. A análise privilegiará o processo de formação da agenda de políticas governamentais (*agenda-setting*), procurando investigar de que forma uma questão específica se torna importante num determinado momento, chamando a atenção do governo e passando a integrar sua agenda.

Dois modelos, em especial, desenvolvidos na área de políticas públicas, destacam-se por sua capacidade em explicar como as agendas governamentais são formuladas e alteradas: o modelo de Múltiplos Fluxos (*Multiple Streams Model*) desenvolvido por John Kingdon (2003) e o modelo de Equilíbrio Pontuado (*Punctuated Equilibrium Model*), de Frank Baumgartner e Brian Jones (1993).

Esses modelos representam importantes ferramentas na análise de processos de formulação de políticas e de mudança na agenda governamental, reservando grande destaque à dinâmica das idéias no processo político.

Modelo de *Multiple Streams*

Em *Agendas, alternatives, and public policies*, Kingdon procura responder à seguinte questão: por que alguns problemas se tornam importantes para um governo? Como uma idéia se insere no conjunto de preocupações dos formuladores de políticas, transformando-se em uma política pública? Kingdon considera as políticas públicas como um conjunto formado por quatro processos: o estabelecimento de uma agenda de políticas públicas; a consideração das alternativas para a formulação de políticas públicas, a partir das quais as escolhas serão realizadas; a escolha dominante entre o conjunto de alternativas disponíveis e, finalmente, a implementação da decisão. Em seu modelo de *multiple streams*, o autor preocupa-se especificamente com os dois primeiros processos, chamados estágios pré-decisórios: a formação da agenda (*agenda-setting*) e as alternativas para a formulação das políticas (*policy formulation*). A seguir, procuraremos apresentar e analisar o modelo de Kingdon, destacando suas bases teóricas, benefícios potenciais para a compreensão dos processos de formação da agenda governamental, bem como as principais críticas direcionadas ao modelo.

* Este trabalho foi apresentado no GT "Políticas Públicas" no 29º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, em outubro de 2005. Agradeço aos comentários e sugestões dos participantes do encontro e dos pareceristas anônimos do BIB.

Dinâmica do modelo: os três fluxos

Inicialmente formulado para analisar as políticas públicas nas áreas de saúde e transportes do governo federal norte-americano, o modelo de Kingdon tornou-se referência para os estudos voltados à análise da formulação de políticas governamentais (Zahariadis, 1999). Baseado em um corpo extenso de dados empíricos, obtidos em sua maior parte por meio de entrevistas com altos funcionários públicos, o modelo preocupa-se com os estágios pré-decisórios da formulação de políticas. A agenda governamental, para Kingdon, é definida como o conjunto de assuntos sobre os quais o governo e pessoas ligadas a ele concentram sua atenção num determinado momento.¹

Uma questão passa a fazer parte da *agenda governamental* quando desperta a atenção e o interesse dos formuladores de políticas. No entanto, em virtude da complexidade e do volume de questões que se apresentam a esses formuladores, apenas algumas delas são realmente consideradas num determinado momento. Estas compõem a *agenda decisional*: um subconjunto da agenda governamental que contempla questões prontas para uma decisão ativa dos formuladores de políticas, ou seja, prestes a se tornarem políticas (*policies*).² Essa diferenciação faz-se necessária, segundo o autor, porque ambas as agendas são afetadas por processos diferentes. Existem ainda agendas especializadas – como aquelas específicas da área de saúde, transportes e educação –, que refletem a natureza setorial da formulação de políticas públicas.

Para compreender como algumas questões passam a ser efetivamente consideradas pelos formuladores de políticas, Kingdon (2003) caracteriza o governo federal norte-americano como uma “anarquia organizada”³, na qual três fluxos decisórios (*streams*) seguem seu curso de forma relativamente independente, permeando toda a organização.

Em momentos críticos esses fluxos convergem, e é precisamente neste momento que são produzidas mudanças na agenda. Assim, para o modelo de Kingdon, a mudança da agenda é o resultado da convergência entre três fluxos: problemas (*problems*); soluções ou alternativas (*policies*); e política (*politics*).

No primeiro fluxo, o modelo busca analisar de que forma as questões são reconhecidas como problemas e por que determinados problemas passam a ocupar a agenda governamental. Considerando que as pessoas não podem prestar atenção a todos os problemas durante todo tempo, Kingdon parte do pressuposto de que esses indivíduos concentrarão sua atenção em alguns deles ignorando outros.

Para entender o processo de seleção, Kingdon estabelece uma importante diferenciação entre problemas e questões (*conditions*). Uma questão, para o autor, é uma situação social percebida, mas que não desperta necessariamente uma ação em contrapartida. Esse tipo de questão configura-se como problema apenas quando os formuladores de políticas acreditam que devem fazer algo a respeito. Dado o grande volume de decisões e a incapacidade de lidar com todas as questões ao mesmo tempo, a atenção dos formuladores de políticas depende da forma como eles as percebem e as interpretam e, mais importante, da forma como elas são definidas como problemas.

As questões transformam-se em problemas ao chamar a atenção dos participantes de um processo decisório, despertando a necessidade de ação por meio de três mecanismos básicos: indicadores; eventos, crises e símbolos; e *feedback* das ações governamentais. Quando indicadores – custos de um programa, taxas de mortalidade infantil, variações na folha de pagamento de servidores, evolução do déficit público, por exemplo – são reunidos e apontam para a existência

de uma questão, esta pode ser percebida como problemática pelos formuladores de políticas. Indicadores, no entanto, não determinam *per se* a existência concreta de um problema, antes são interpretações que auxiliam a demonstrar a existência de uma questão. Assim, contribuem para a transformação de questões em problemas, principalmente quando revelam dados quantitativos, capazes de demonstrar a existência de uma situação que precisa de atenção. O segundo grupo de mecanismos compreende eventos (*focusing events*), crises e símbolos. Muitas vezes, um problema não chama a atenção apenas por meio de indicadores, mas por causa de eventos de grande magnitude, como crises, desastres ou símbolos que concentram a atenção num determinado assunto. Esses eventos, no entanto, raramente são capazes de elevar um assunto à agenda, e geralmente atuam no sentido de reforçar a percepção preexistente de um problema. Finalmente, o terceiro grupo consiste no *feedback* sobre programas em desenvolvimento no governo. O monitoramento dos gastos, o acompanhamento das atividades de implementação, o cumprimento (ou não) de metas, possíveis reclamações de servidores ou dos cidadãos e o surgimento de conseqüências não-antecipadas são mecanismos que podem trazer os problemas para o centro das atenções dos formuladores de políticas.

Mesmo que indicadores, eventos, símbolos ou *feedbacks* sinalizem questões específicas, esses elementos não transformam as questões automaticamente em problemas. Essencial para o entendimento do modelo é compreender que problemas são construções sociais, envolvendo interpretação: “Problemas não são meramente as questões ou os eventos externos: há também um elemento interpretativo que envolve percepção” (Kingdon, 2003, pp. 109-110, trad. nossa).⁴ Portanto, as questões podem se destacar entre os formuladores de políticas, transformando-se em

problemas, para posteriormente alcançar a agenda governamental.

Do ponto de vista da estratégia política, a definição do problema é fundamental. A forma como um problema é definido, articulado, concentrando a atenção dos formuladores de política pode determinar o sucesso de uma questão no processo altamente competitivo de *agenda-setting*.

No segundo fluxo – *policy stream* – temos um conjunto de alternativas e soluções (*policy alternatives*) disponíveis para os problemas, ou “what to do ideas”. Kingdon (2003) considera que as idéias geradas nesse fluxo não estão necessariamente relacionadas à percepção de problemas específicos. Como afirma o autor: “As pessoas não necessariamente resolvem problemas. [...] Em vez disso, elas geralmente criam soluções e, então, procuram problemas para os quais possam apresentar suas soluções” (*Idem*, p. 32).⁶ Assim, as questões presentes na agenda governamental (que atrai a atenção das pessoas dentro e fora do governo) não são geradas aos pares, com problemas e soluções.

A geração de alternativas e soluções é explicada pelo modelo de *multiple streams* em analogia ao processo biológico de seleção natural. Da mesma forma como moléculas flutuam no que os biólogos chamam de “caldo primitivo”, o autor entende que as idéias a respeito de soluções são geradas em comunidades (*policy communities*) e flutuam em um “caldo primitivo de políticas” (*policy primeval soup*). Neste “caldo”, algumas idéias sobrevivem intactas, outras confrontam-se e combinam-se em novas propostas, outras ainda são descartadas. Nesse processo competitivo de seleção, as idéias que se mostram viáveis do ponto de vista técnico e as que têm custos toleráveis geralmente sobrevivem, assim como aquelas que representam valores compartilhados contam com a aceitação do público em geral e com a receptividade dos

formuladores de políticas. Como resultado final, partindo de um grande número de idéias possíveis, um pequeno conjunto de propostas é levado ao topo do “caldo primitivo de políticas”, alternativas que emergem para a efetiva consideração dos participantes do processo decisório.

As comunidades geradoras de alternativas (*policy communities*) são compostas por especialistas – pesquisadores, assessores parlamentares, acadêmicos, funcionários públicos, analistas pertencentes a grupos de interesses, entre outros – que compartilham uma preocupação em relação a uma área (*policy area*). No processo de seleção descrito acima, quando uma proposta é percebida como viável, ela é rapidamente difundida, ampliando a consciência dos atores sobre uma determinada idéia. Isso não significa que todos os especialistas de uma comunidade compartilhem das mesmas crenças: algumas comunidades são extremamente fragmentadas, abrigando pontos de vista bastante diversificados. A difusão das idéias tampouco se dá de forma automática, uma vez que comunidades bem estruturadas apresentam tendência a resistirem às novas idéias. A difusão é descrita pelo autor como um processo no qual indivíduos que defendem uma idéia procuram levá-la a diferentes fóruns, na tentativa de sensibilizar não apenas as comunidades de políticas (*policy communities*), mas também o público em geral, vinculando a audiência às propostas e construindo progressivamente sua aceitação. Dessa forma, as idéias são difundidas, basicamente, por meio da persuasão. A importância desse processo de difusão – chamada de *soften up* pelo autor – vem da constatação de que, sem essa sensibilização, as propostas não serão seriamente consideradas quando apresentadas.

Com o processo de difusão ocorre uma espécie de efeito multiplicador (*bandwagon*), em que as idéias se espalham e ganham cada vez mais adeptos. Assim, o fluxo de políticas

(*policy stream*) produz uma lista restrita de propostas, reunindo algumas idéias que sobreviveram ao processo de seleção. Tais idéias não representam, necessariamente, uma visão consensual de uma comunidade política a respeito de uma proposta, mas sim o reconhecimento, pela comunidade, de que algumas propostas são relevantes dentro do enorme conjunto de propostas potencialmente possíveis.

Kingdon assegura às idéias um papel importante em seu modelo, argumentando que elas são frequentemente mais importantes na escolha de uma alternativa do que a influência de grupos de pressão, por exemplo, e chama a atenção dos cientistas políticos para essa dimensão do processo decisório:

Cientistas políticos estão acostumados a conceitos como poder, influência, pressão e estratégia. No entanto, se tentarmos compreender as políticas públicas somente em termos desses conceitos, deixamos de entender muita coisa. As idéias, longe de serem meras desculpas ou racionalizações, são parte integrais do processo decisório dentro e em torno do governo (*idem*, p. 125).⁷

Abordagens que, como o modelo de *multiple streams*, destacam a centralidade das idéias, das interpretações e da argumentação no processo de formulação das políticas constituem um desafio à análise tradicional sobre a formulação de políticas públicas, auxiliando na compreensão da dimensão simbólica desse processo.⁸

Finalmente, o terceiro fluxo é composto pela dimensão da política “propriamente dita” (*politics stream*). Independentemente do reconhecimento de um problema ou das alternativas disponíveis, o fluxo político segue sua própria dinâmica e regras. Diferentemente do fluxo de alternativas (*policy stream*), em que o consenso é construído com base na persuasão e difusão das idéias, no fluxo político

(*politics stream*) as coalizões são construídas a partir de um processo de barganha e negociação política.

Nesse fluxo, três elementos exercem influência sobre a agenda governamental. O primeiro é chamado por Kingdon de “clima” ou “humor” nacional (*national mood*) e é caracterizado por uma situação na qual diversas pessoas compartilham as mesmas questões durante um determinado período de tempo. O “humor nacional” possibilita algo semelhante ao “solo fértil” para algumas idéias “germinarem”, ajudando a explicar por que algumas questões chegam à agenda enquanto outras são descartadas. A percepção, pelos participantes do processo decisório, de um humor favorável cria incentivos para a promoção de algumas questões e, em contrapartida, pode também desestimular outras idéias.

O segundo elemento do fluxo político é composto pelas forças políticas organizadas, exercidas principalmente pelos grupos de pressão. O apoio ou a oposição dessas forças a uma determinada questão sinaliza consenso ou conflito numa arena política, permitindo aos formuladores de políticas avaliarem se o ambiente é propício ou não a uma proposta. Quando grupos de interesses e outras forças organizadas estão em consenso em relação a uma proposta, o ambiente é altamente propício para uma mudança nessa direção. Mas quando existe conflito em um grupo, os defensores de uma proposta analisam o equilíbrio das forças em jogo, procurando detectar setores favoráveis ou contrários à emergência de uma questão na agenda. A percepção de que uma proposta não conta com apoio de alguns setores não implica necessariamente no abandono de sua defesa, mas indica que haverá custos durante o processo.

Finalmente, o terceiro fator a afetar a agenda são as mudanças dentro do próprio governo: mudança de pessoas em posições estratégicas dentro da estrutura governamen-

tal (*turnover*); mudanças de gestão; mudanças na composição do Congresso; mudanças na chefia de órgãos e de empresas públicas. Esses acontecimentos podem exercer grande influência sobre a agenda governamental ao desencadear mudanças que potencializam a introdução de novos itens na agenda, ao mesmo tempo em que podem também bloquear a entrada ou restringir a permanência de outras questões. O início de um novo governo é, segundo Kingdon, o momento mais propício para mudanças na agenda.

Outro tipo de mudança dentro do governo, com efeitos importantes sobre a agenda, é a mudança de competência sobre uma determinada questão. Cada setor dentro do governo, sejam agências administrativas, sejam comitês parlamentares, reivindica autoridade para atuar no seu campo de atividade. Muitas vezes uma questão envolve áreas distintas, gerando disputas sobre sua competência. Essas disputas podem levar a uma situação de imobilidade governamental, mas também à inclusão de questões na agenda. Parlamentares, por exemplo, podem disputar os créditos por um projeto com impacto popular e, nessa disputa, o assunto pode se tornar proeminente e ganhar espaço na agenda. Por outro lado, algumas questões podem ser sistematicamente ignoradas devido à sua localização na estrutura administrativa. Pesquisando a área de saúde dentro do governo norte-americano, Kingdon percebeu que muitas questões faziam parte de agendas especializadas sem, no entanto, integrarem a agenda de decisão mais ampla do setor. Isto acontecia porque o conjunto de especialistas preocupados com essas questões estava reduzido a uma área específica dentro da estrutura do Poder Executivo, restringindo a difusão desses assuntos para outras comunidades.

Grupos de pressão, a opinião pública, as pressões do Legislativo e das agências administrativas, os movimentos sociais, o processo

eleitoral, entre outros fatores, determinam o clima político para a mudança da agenda governamental, podendo tanto favorecer uma mudança, como restringi-la. Entre os elementos considerados no fluxo político, Kingdon destaca as mudanças no clima nacional (*national mood*) e as mudanças dentro do governo (*turnover*) como os maiores propulsores de transformações na agenda governamental.

Em determinadas circunstâncias, estes três fluxos – problemas, soluções e dinâmica política – são reunidos, gerando uma oportunidade de mudança na agenda. Neste momento, um problema é reconhecido, uma solução está disponível e as condições políticas tornam o momento propício para a mudança, permitindo a convergência entre os três fluxos e possibilitando que questões ascendam à agenda.

As circunstâncias que possibilitam a convergência dos fluxos – denominadas por Kingdon (2003, p. 165) como *policy windows* – são influenciadas, sobretudo, pelo fluxo de problemas (*problems stream*) e pelo fluxo político (*politics stream*). De acordo com o autor, uma oportunidade para a mudança surge quando um novo problema consegue atrair a atenção do governo (por meio de indicadores, eventos ou *feedback*), ou quando mudanças são introduzidas na dinâmica política (principalmente mudanças no clima nacional e mudanças dentro do governo). O fluxo de soluções (*policy stream*) não exerce influência direta sobre a agenda: as propostas, as alternativas e as soluções elaboradas nas comunidades (*policy communities*) chegam à agenda apenas quando problemas percebidos, ou demandas políticas, criam oportunidades para essas idéias.

Assim, ao tomarem consciência de um problema, os formuladores de políticas acionam a *policy stream* em busca de alternativas que apontem soluções para o problema percebido. Da mesma forma, ao encampar determinadas questões em suas propostas de

governo, políticos buscam alternativas nas *policy communities*. Portanto, embora a mudança na agenda seja resultado da convergência dos três fluxos, a oportunidade para que esta mudança se processe é gerada pelo fluxo de problemas e pelo fluxo político e dos eventos que transcorrem no interior desse processo. Por outro lado, a rede de soluções, embora não exerça influência sobre a formação da agenda governamental, é fundamental para que uma questão já presente nessa agenda tenha acesso à agenda decisional.

Mudanças na agenda acontecem, portanto, quando os três fluxos são unidos, processo denominado por Kingdon (2003, p. 172) como *coupling*. O *coupling*, ou a junção dos fluxos, por sua vez, ocorre em momentos em que as *policy windows* se encontram abertas. Vimos que essas janelas se abrem, sobretudo, a partir dos fluxos de problemas e políticas. No seu interior, alguns eventos acontecem de forma periódica e previsível, como em situações de mudanças no governo (transição administrativa, mudanças no Congresso, mudanças na presidência de estatais) e em algumas fases do ciclo orçamentário (momentos de inclusão de propostas, por exemplo). Outros eventos – ou janelas – desenvolvem-se de maneira imprevisível. Assim, a oportunidade de mudança na agenda pode se dar tanto de forma programada como de maneira não-previsível.

Uma característica da oportunidade de mudança – abertura das janelas – no modelo de Kingdon é seu caráter transitório. Provocadas por eventos programados ou não, as oportunidades de acesso de uma questão à agenda não perduram por longos períodos de tempo. Da mesma forma que as “janelas” se abrem, elas também se fecham. A oportunidade de mudança na agenda cessa quando um dos fluxos desarticula-se com relação aos demais. Tomando o fluxo político, por exemplo, da mesma forma como mudanças de governo (*turnover*) criam oportunidades para

o acesso de uma questão à agenda, novas mudanças, como processos de reorganização ministerial e institucional, podem “fechar a janela” para uma idéia. De forma semelhante, quando há uma percepção de que um problema foi resolvido, a atenção dos formuladores de políticas se volta para outros assuntos. No fluxo de soluções, quando as alternativas não surtem efeitos, levando os formuladores de políticas a julgar inúteis seus esforços, também há grandes possibilidades de a janela se fechar.

Afirmamos que a junção dos fluxos – *coupling* – ocorre em momentos em que as janelas (*policy windows*) se encontram abertas. Há ainda um outro componente fundamental, sem o qual esses momentos não promovem mudanças na agenda: a atuação dos *policy entrepreneurs*. Kingdon destaca a importância de indivíduos (empreendedores de políticas) que, tal como empreendedores de negócios,

[...] estão dispostos a investir seus recursos – tempo, energia, reputação, dinheiro – para promover uma posição em troca da antecipação de ganhos futuros na forma de benefícios materiais, orientados a suas metas ou solidários (*Idem*, p. 179).⁹

Esses indivíduos, dispostos a investir numa idéia, podem estar no governo (no Poder Executivo, ocupando altos postos ou em funções burocráticas; no Congresso, como parlamentares ou assessores), ou fora dele (em grupos de interesse, na comunidade acadêmica, na mídia). O empreendedor é o indivíduo especialista em uma determinada questão, geralmente com habilidade em representar idéias de outros indivíduos e grupos; ou ainda que desfruta de uma posição de autoridade dentro do processo decisório, característica que faz com que o processo de formulação de políticas seja receptivo a suas idéias. Eles são hábeis nego-

ciadores e mantêm conexões políticas; são persistentes na defesa de suas idéias, levando suas concepções de problemas e propostas a diferentes fóruns. Conseguem, além disso, “amarrar” os três fluxos, sempre atentos à abertura de janelas: “O empreendedor de políticas que está pronto não perde oportunidades”, afirma Kingdon (2003, p. 182).¹⁰ Quando as janelas abrem, os empreendedores entram em ação. Caso contrário, esses atores deverão aguardar pela próxima oportunidade e, então, promover a conexão entre problemas, soluções e clima político.

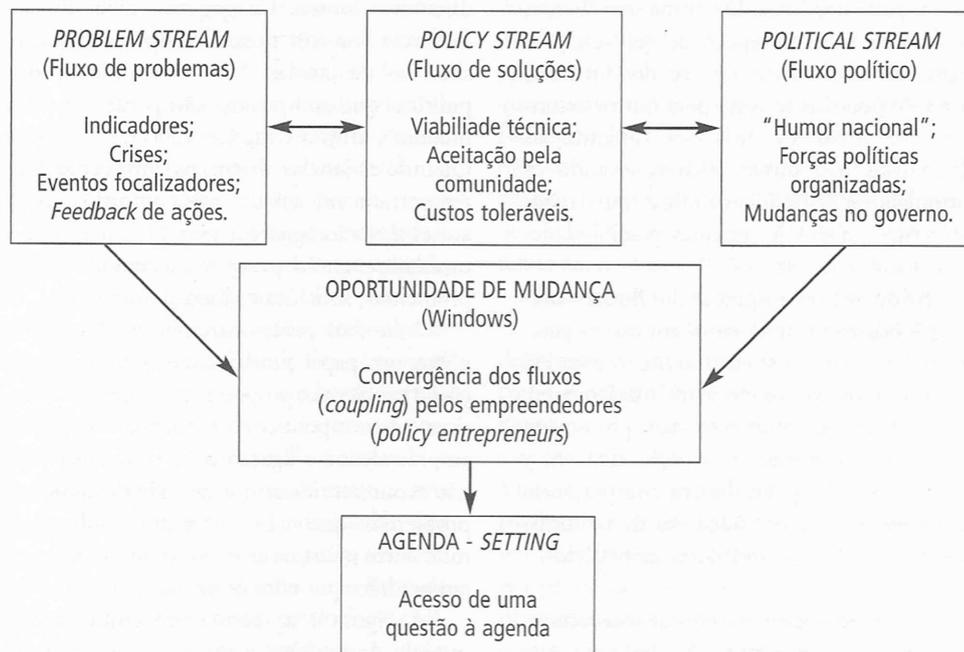
Assim, os *policy entrepreneurs* desempenham um papel fundamental, unindo soluções a problemas; propostas a momentos políticos; eventos políticos a problemas. Sem um empreendedor, a ligação entre os fluxos pode não acontecer: idéias que não são defendidas; problemas que não encontram soluções; momentos políticos favoráveis à mudança que são perdidos por falta de propostas.

A Figura 1 apresenta um esquema do modelo de *multiple streams*, no qual os três fluxos são reunidos pelos empreendedores de políticas em momentos em que as oportunidades de mudança se apresentam.

Atores no processo de definição da agenda e formulação de políticas públicas

Por que algumas questões são bem-sucedidas no processo até a agenda governamental? Até agora vimos que o modelo de *multiple streams* responde a esta questão analisando a confluência entre o fluxo de problemas (*problems stream*) e o fluxo de políticas (*political stream*). E por que algumas soluções recebem maior atenção do que outras? Kingdon explica a geração de alternativas com base na dinâmica do fluxo de soluções e alternativas (*policy stream*), por meio do processo de difusão e “amaciamento” (*soften up*) das idéias junto às

Figura 1
O Modelo de Kingdon



comunidades de políticas (*policy communities*) e ao público em geral. Mas há ainda um terceiro fator que contribui decisivamente para a chegada de uma questão na agenda e para a construção de alternativas: os atores envolvidos nesse processo.

Central ao modelo de Kingdon é a idéia de que alguns atores são influentes na definição da agenda governamental, ao passo que outros exercem maior influência na definição das alternativas (*decision agenda*). O primeiro grupo de participantes é composto por *atores visíveis*, que recebem considerável atenção da imprensa e do público; no segundo grupo estão os *participantes invisíveis*, que formam as comunidades nas quais as idéias são geradas e postas em circulação (*policy communities*).

Com relação à definição da agenda, a influência presidencial recebe especial desta-

que no modelo: "Nenhum outro ator no sistema político tem a capacidade do presidente em estabelecer agendas numa dada área de políticas para aqueles que lidam com elas" (*Idem*, 2003, p. 23).¹¹ Por manejar recursos institucionais (principalmente o poder de veto e o poder de nomear pessoas para cargos-chave do processo decisório), recursos organizacionais e recursos de comando da atenção pública, o presidente é considerado por Kingdon o ator mais forte na definição da agenda. No entanto, embora ele possa influenciar e mesmo determinar as questões presentes na agenda, não lhe é reservado o controle sobre as alternativas a serem consideradas, que se concentram nas mãos de especialistas. Portanto, embora fundamental ao modelo, este ator não tem condições de determinar o resultado final de uma política.

Também influenciam a agenda os indivíduos nomeados pelo presidente nos altos escalões da burocracia governamental, como ministros e secretários-executivos de ministérios. Além de inserirem novas idéias na agenda, esses atores podem ajudar a focalizar uma questão já existente. A alta administração, de uma forma geral, é central ao processo de *agenda-setting*, embora, de forma semelhante à atuação presidencial, tenha menor controle sobre o processo de seleção de alternativas e de implementação.

Além dos atores que fazem parte da administração, atores do Poder Legislativo também exercem influência sobre a agenda governamental. É o caso de senadores e deputados, uns dos poucos atores que, segundo Kingdon, além de exercerem grande influência sobre a agenda, também contribuem para a geração de alternativas. Isso é possível porque os parlamentares dispõem de recursos, como autoridade legal para a produção de leis essenciais à grande maioria das mudanças. Além disso, eles estão também frequentemente expostos aos outros participantes e à cobertura midiática por meio de seus discursos nas tribunas, de suas participações em grupos e comissões internas e da divulgação de textos e notas em que justificam sua atuação. Outro recurso disponível aos atores do Poder Legislativo é o acesso a informações de caráter mais generalista, ao contrário de burocratas, acadêmicos, consultores e outros atores que lidam basicamente com informações especializadas, técnicas e freqüentemente detalhadas.

Outra explicação para a grande influência desses atores reside em sua estabilidade. Embora a mudança nos quadros do Legislativo seja constante, Kingdon afirma que a alternância desses indivíduos é comparativamente menor do que entre aqueles que fazem parte dos altos escalões da burocracia governamental, como ministros de Estado,

por exemplo. Dessa forma, o papel do Congresso é central para o processo de formação da agenda, seja porque os parlamentares buscam satisfazer seus eleitores, seja porque buscam prestígio e diferenciação entre os demais congressistas, seja ainda porque defendem questões relacionadas a seus posicionamentos político-partidários.

Outro grupo de atores influente é composto pelos participantes do processo eleitoral, principalmente partidos políticos e *campaigners*. Partidos podem elevar uma questão à agenda governamental por meio de seus programas de governo; no entanto, em suas análises, Kingdon observa que nem sempre a plataforma eleitoral direciona as ações de um partido quando assume o poder: "A plataforma é um dos muitos fóruns nos quais defensores da mudança nas políticas buscam conquistar audiência" (*Idem*, p. 64).¹² Outra forma importante pela qual os partidos podem fazer questões ascender à agenda governamental está relacionada à influência de sua liderança no Congresso. Além dos partidos, os *campaigners* também podem influenciar a agenda. A coalizão construída durante a campanha é um elemento importante na definição da agenda de um novo governo:

Como forma de atrair grupos e indivíduos durante uma campanha, candidatos à presidência prometem ações em muitas frentes políticas. Uma vez eleitos, é possível que essas promessas possam afetar diretamente as agendas da nova administração, porque presidentes e seus aliados mais próximos acreditam em suas metas políticas estabelecidas e querem vê-las promovidas. Mas há também pelo menos uma troca implícita envolvida – o apoio ao candidato em troca da ação sobre a promessa. Políticos podem se sentir forçados a cumprir com sua parte da barganha, e aqueles que lhe dão suporte desejam que mantenham suas promessas (*Idem*, p. 62).¹³

As promessas feitas à coalizão de apoio, da mesma forma que os programas de governo, podem influenciar a agenda governamental, porém não asseguram que mudanças sejam promovidas. Para que as promessas se tornem ações concretas, cabe ao partido, ao assumir o poder, elevar as questões oriundas desses fóruns à agenda.

Além dos indivíduos participantes do processo eleitoral, os grupos de interesse são considerados pelo modelo atores importantes na formação da agenda governamental. Tais grupos podem se constituir de diversas formas: como grupos centrados em indústrias e negócios, categorias profissionais, grupos de interesse público e lobistas (*Idem*, p. 47). Alguns desses grupos afetam a agenda governamental de forma positiva, influenciando mudanças nas ações governamentais; outros atuam de forma negativa, restringindo as ações: “Na verdade, muitas das atividades dos grupos de interesse nesses processos consistem não apenas em ações positivas, mas em obstrução negativa”. (*Idem*, p. 49).¹⁴ Apesar dessas possibilidades, o modelo considera ser difícil relacionar a emergência de uma questão na agenda exclusivamente pela ação – positiva ou negativa – dos grupos de interesse. As questões freqüentemente emergem por meio de um complexo conjunto de fatores, envolvendo, também, a participação de outros atores.

Finalmente, o último ator visível analisado no modelo é a mídia. Embora reconheça que grande parte dos estudos sobre *agenda-setting* considere a mídia um instrumento poderoso na formulação da agenda, Kingdon afirma não ter confirmado essa expectativa em suas análises:

Apesar das boas razões para acreditar que a mídia teria um impacto substancial na agenda governamental, nossos indicadores revelaram-

se desapontadores. Os meios de comunicação de massa foram apontados como importantes em apenas 26% das entrevistas, bem menos do que os grupos de interesse (84%) ou pesquisadores (66%) (*Idem*, p. 58).¹⁵

Uma das explicações apresentadas por Kingdon para tais resultados é que a mídia transmite ao público as questões apenas depois de a agenda ser formada. Segundo ele, a mídia enfatiza um assunto por um período limitado de tempo, selecionando o que parece ser interessante para publicação e, passado algum tempo, descarta esta questão e desloca o foco de atenção para outras, consideradas mais importantes. O processo pré-decisional na formação da agenda não apresenta questões interessantes para a mídia, o que acontece geralmente apenas após o final do processo de formulação das políticas. Dessa forma, a mídia pode destacar alguns pontos de uma agenda já estabelecida, não tendo efeito direto sobre sua formulação: “A mídia informa o que acontece no governo, em vez de ter um impacto independente sobre as agendas governamentais” (*Idem*, p. 59).¹⁶ Ainda que com menor impacto sobre a formulação da agenda governamental do que inicialmente esperado pelo autor, o modelo assegura aos meios de comunicação um papel importante, principalmente na circulação das idéias dentro das *policy communities*. A focalização de uma questão pela mídia impressa e televisiva pode auxiliar na canalização da atenção de diversos atores em relação a ela. O mesmo é válido para publicações especializadas (jornais destinados a servidores, revistas acadêmicas, entre outros) que circulam entre os participantes das *policy communities*. Kingdon nota ainda que a importância da mídia, como agente focalizador, varia de acordo com o tipo de participante no processo de formulação da agenda. Para os atores que têm poder de decisão dentro da estrutura governamental, a influência da mídia é menor, quando comparados aos atores que precisam

ganhar a atenção dos formuladores ou que têm menor acesso a estes. Além disso, se a análise de Kingdon não encontra elementos para afirmar que a mídia afeta diretamente a agenda governamental, ainda assim há estudos que corroboram a hipótese de a mídia influenciar a opinião pública. Sendo assim, a mídia exerce um efeito, mesmo que indireto, sobre os participantes do processo decisório. Uma opinião pública negativa, por exemplo, pode fazer com que os atores do Poder Legislativo deixem de defender uma determinada questão. Mesmo que não desempenhe um papel preponderante no processo de *agenda-setting*, a mídia tem enorme importância ao amplificar questões relacionadas à agenda já estabelecida, por vezes acelerando seu desenvolvimento ou ampliando seu impacto. Dessa forma, como aferido em suas entrevistas, a mídia não cria questões, mas pode auxiliar a destacá-las: “A mídia pode ajudar a dar forma a uma questão e estruturá-la, mas não pode criar uma questão” (*Idem*, p. 60).¹⁷

Estes atores – o presidente, indivíduos por ele nomeados para altos postos na burocracia governamental, atores do Poder Legislativo, grupos de interesse, participantes do processo eleitoral, mídia e opinião pública – são chamados de atores visíveis, por receberem atenção da imprensa e do público e exercerem influência, em maior ou menor grau, sobre a agenda governamental. Outro grupo – os participantes invisíveis – tem influência predominante sobre a geração das alternativas e soluções. Esse grupo é composto por servidores públicos, analistas de grupos de interesse, assessores parlamentares, acadêmicos, pesquisadores e consultores.

Os servidores públicos exercem maior influência sobre a geração de alternativas e sobre o processo de implementação de políticas do que com relação ao processo de formulação da agenda governamental. A pesquisa de Kingdon atribui esse fato, em parte, à forte hierarquia organizacional que favorece

um modelo centralizador de *agenda-setting*. A formulação da agenda parte da cúpula organizacional, perpassando os diversos níveis hierárquicos, nos quais os servidores – principalmente os de linha –, concentra-se mais na proposição de soluções e alternativas e na administração de políticas já existentes do que na sua formulação. Um secretário executivo, nomeado para um ministério, por exemplo, ocupa uma posição de grande influência na formulação da agenda, mas consulta os funcionários de carreira com relação às alternativas disponíveis para uma política e solicita seu apoio para elaborar as propostas de ação, uma vez que os burocratas de carreira são especialistas nos meandros técnicos e administrativos daquele ministério. Muitos funcionários públicos, por outro lado, desenvolvem suas próprias propostas e esperam por uma oportunidade para apresentá-las.

Acadêmicos, pesquisadores e consultores formam o segundo grupo de atores invisíveis, e sua atuação é mais frequente na elaboração de alternativas. Uma vez que uma questão ascende à agenda governamental, os formuladores de políticas voltam-se para comunidades que podem ser relevantes na proposição de soluções para os problemas. Assim, idéias geradas na comunidade acadêmica são disseminadas entre os atores influentes no processo de *agenda-setting*. Esse grupo é chamado a opinar em comissões especiais no Congresso e em grupos de altos funcionários do Poder Executivo; consultorias também difundem idéias entre os formuladores de políticas governamentais.

Assessores parlamentares e assessores da presidência, da mesma forma, atuam em maior grau na geração das alternativas. Também os analistas de grupos de interesse desenvolvem estudos, gerando soluções muitas vezes à espera de oportunidades políticas para serem apresentadas.

Em suma, os atores “visíveis” têm uma atuação mais influente na definição da agenda, participando intensamente dos fluxos de problemas e de política, os quais, como vimos, são responsáveis pela criação das oportunidades de acesso à agenda governamental. Os participantes “invisíveis”, por outro lado, são determinantes na escolha de alternativas, atuando principalmente sobre a agenda de decisão.

Análise crítica do modelo

Algumas das mais significativas alterações introduzidas no modelo de *Multiple Streams* foram desenvolvidas por Zahariadis (1995; 1999). Em sua análise sobre o processo de privatização na Inglaterra e na França (Zahariadis, 1995), o autor propõe três adaptações ao modelo original. Enquanto Kingdon instrumentaliza o modelo para a análise dos processos pré-decisionais, Zahariadis amplia o alcance do modelo até a fase de implementação. Em segundo lugar, o autor aplica o modelo para o estudo comparativo de políticas públicas, estudando e relacionando políticas semelhantes em países distintos. E, finalmente, a terceira alteração consiste na mudança da unidade de análise. O modelo de *multiple streams* toma como unidade de análise toda a extensão do governo federal e analisa diversas questões que circulam por entre a estrutura de governo. Zahariadis focaliza uma única questão – a privatização – e sua movimentação no processo decisório. Uma última alteração, de caráter metodológico, promovida pelo autor consistiu na combinação das três variáveis do fluxo político – humor nacional, grupos de interesse e mudanças no governo (*turnover*) – em uma única variável, a qual nomeou “ideologia”.

Essas considerações não alteram a lógica fundamental do modelo de Kingdon, que não compreende o desenvolvimento de polí-

ticas como um processo de estágios sequenciais e ordenados, no qual um problema é inicialmente percebido, soluções são desenvolvidas sob medida para aquele problema, sendo então implementadas. O modelo focaliza a dinâmica das idéias: o desenvolvimento de políticas é visto como uma disputa sobre definições de problemas e geração de alternativas. Rompendo com esquemas interpretativos deterministas, o modelo assume uma lógica contingencial. A mudança na agenda depende da combinação entre problemas, soluções e condições políticas. A existência de um problema não determina a adoção de uma solução específica e não cria por si só um ambiente político favorável para a mudança. Tomando esta perspectiva, uma das maiores vantagens do modelo é permitir lidar com condições de ambigüidade e incerteza, fatores que seriam tratados como anomalias pelas abordagens racionalistas de formulação de políticas:

O modelo de Múltiplos Fluxos descreve uma situação que as teorias da escolha tradicionais e normativas condenam como patológica e geralmente tratam como aberração [...]. Complexidade, fluidez e falta de clareza são caracterizações apropriadas da formulação de políticas no nível nacional (Zahariadis, 1999, p. 98).¹⁸

Essas mesmas características são bastante criticadas por diversos autores. Uma das críticas mais frequentes com relação ao modelo proposto por Kingdon dirige-se à sua estrutura. Alguns autores afirmam que o modelo é muito fluido em sua estrutura e operacionalização (Sabatier, 1997), e que emprega um nível de abstração muito elevado (Mucciaroni, 1992). A estrutura fluida do modelo, que não estabelece relações mecânicas entre problemas e alternativas, deriva das características da idéia de *garbage can*, que se

propõe a trabalhar numa lógica bastante diferente do determinismo presente nas abordagens de sistemas fechados.¹⁹ Kingdon responde às críticas afirmando haver uma estrutura no modelo de *garbage can*, sendo esta, no entanto, bastante diferente das teorias convencionais:

Uma razão pela qual alguns leitores julgam difícil avaliar a estrutura nos modelos *lata de lixo* é que, nestes modelos, a estrutura não é familiar. As classes no marxismo, por exemplo, ou a hierarquia burocrática, ou a ordem constitucional, são estruturas muito mais familiares. Mas isso não significa que o tipo de modelo desenvolvido neste livro não tenha estrutura; é apenas um tipo de estrutura não familiar e não ortodoxa (Kingdon, 2003, p. 223).²⁰

A ausência de estrutura seria responsável, de acordo com Mucciaroni (1992, pp. 473-474), por um tipo de explicação que caminha por entre uma sucessão de eventos fortuitos e aleatórios, além de tornar o modelo inviável para a previsão de mudanças na agenda: “A questão aqui é que, para desenvolver explicações significativas e prever mudanças na agenda, precisamos ir além da formulação abstrata presente no *modelo da lata de lixo*” (*Idem*, pp. 464-465).²¹ Enquanto Mucciaroni recomenda a criação de variáveis intermediárias para complementar as variáveis apresentadas por Kingdon – problemas, soluções e política – “muito abrangentes e amplas”, segundo ele, e assim habilitar o modelo a prever mudanças na agenda, Sabatier propõe o desenvolvimento de um modelo explícito de ação individual²²: “Os fatores causais não são determinados em parte porque não há um modelo claro do indivíduo” (1997, p. 7).²³

Quanto à estrutura, embora o modelo reserve espaço para eventos acidentais, essa característica não reflete sua essência. Há certo

padrão na dinâmica interna de cada um dos fluxos, não sendo estes totalmente aleatórios. No fluxo de problemas, por exemplo, nem todos os problemas são igualmente passíveis de chamar a atenção dos formuladores de políticas. Para que um problema seja entendido como tal, vimos que o modelo aponta alguns pré-requisitos, como indicadores, eventos focalizadores e *feedback*, caso contrário esses problemas não passarão de questões. Da mesma forma, no fluxo de alternativas (*policy stream*), nem todas as propostas são igualmente possíveis. Propostas viáveis do ponto de vista técnico, congruentes com os valores compartilhados pela comunidade, pelo público mais geral e pelos políticos, por exemplo, têm maiores chances de sobreviver. Finalmente, no fluxo político, nem todos os eventos são igualmente prováveis. Algumas mudanças no “humor nacional” são mais prováveis do que outras num determinado contexto, da mesma forma que determinadas mudanças nas forças políticas organizadas e dentro do governo são melhores aceitas e mais prováveis do que outras. Podemos pensar nessas condições como variáveis intermediárias, agindo dentro de cada fluxo.

Quando observamos o mecanismo pelo qual os fluxos são reunidos (*coupling*), também podemos perceber que o modelo não é exclusivamente aleatório. Algumas possibilidades de junção dos fluxos são mais prováveis do que outras. Dependendo do momento em que uma questão chega a um determinado fluxo, temos maiores ou menores chances de convergência. Uma oportunidade pode surgir enquanto uma solução não está disponível na *policy stream* e, neste caso, a janela (*policy window*) se fecha sem a junção dos três fluxos. Ou, por outro lado, uma solução pode estar disponível na *policy stream* sem encontrar condições políticas favoráveis. Novamente, as possibilidades de mudanças são limitadas. Dessa forma, “nem tudo pode interagir com tudo”, segundo Kingdon (2003, p. 207).²⁴

Respondendo às críticas sobre a estrutura de seu modelo, Kingdon afirma: “Na minha visão, o modelo [...] é estruturado, mas há também espaço para uma aleatoriedade residual, como acontece no mundo real” (*Idem*, p. 222).²⁵ Esta “aleatoriedade residual” garante que o modelo assuma o processo de formulação de políticas como sendo imprevisível (mesmo que não completamente). Assim, o modelo procura fornecer ferramentas para a compreensão e o entendimento desse processo, mais do que se concentrar na previsão de eventos futuros. Compreender por que algumas questões chegam à agenda enquanto outras são negligenciadas é mais importante para o modelo de *multiple streams* do que prever mudanças na agenda. Assim como entender por que algumas alternativas recebem mais atenção do que outras também é mais importante do que prever quais serão as alternativas disponíveis ou quais delas serão finalmente adotadas. Zahariadis (1999), no entanto, assinala que o modelo também pode prever mudanças na agenda, levando em consideração os eventos que se desenrolam no interior de cada fluxo e da participação dos atores no processo de *agenda-setting*:

O modelo teórico prevê, por exemplo, que a ideologia dos partidos políticos será um fator importante na elevação de questões para o topo da agenda do governo [...]. E prevê que burocratas tenderão a escolher soluções em vez de manipular a agenda governamental (*Idem*, p. 87).²⁶

Outro ponto controverso reside na interdependência dos fluxos. O modelo baseia-se em três fluxos independentes, que perpassam todo o sistema decisório. É central ao modelo a independência dos fluxos, o que significa que cada um segue sua dinâmica própria em relação aos demais. Soluções não dependem de problemas para serem

desenvolvidas; a dinâmica política segue seu próprio curso, independentemente das soluções produzidas pelos especialistas. Apenas em momentos críticos, os *policy entrepreneurs* conectam problemas a soluções, e estes ao contexto político, unindo, portanto, os fluxos (*coupling*).

Embora os fluxos sejam independentes, eles parecem se conectar mesmo antes desses momentos críticos. Entre os critérios de sobrevivência das idéias nas comunidades (*policy communities*), por exemplo, figura a antecipação, pelos especialistas, de aceitação política, o que revela algum grau de conexão entre o fluxo político (*politics stream*) e o de soluções e alternativas (*policy stream*). Mudanças de pessoas-chave no governo e mudanças do “humor nacional” (*political stream*) podem estar relacionadas a preocupações com um problema específico.

Mucciaroni (1992, pp. 473-474) sustenta que a manutenção da idéia de independência dos fluxos deve ser abandonada em benefício de uma visão de interdependência dos fluxos, o que, segundo ele, contribuiria para reduzir o caráter aleatório do modelo e torná-lo mais estratégico e intencional. Dessa forma, sugere que o modelo procure mostrar como os eventos em um fluxo influenciam os acontecimentos nos demais fluxos, investigando convergências durante o processo e não apenas no estágio final da formação da agenda. Por outro lado, Zahariadis afirma que a vantagem da independência dos fluxos é fundamental para preservar a lógica do modelo de *garbage can* e assim manter uma perspectiva diferenciada com relação aos modelos racionalistas: “A vantagem da independência é que ela possibilita aos pesquisadores revelar a racionalidade, mais do que assumi-la, isto é, não se supõe que soluções sejam sempre desenvolvidas em resposta a problemas claramente definidos” (Zahariadis, 1999, p. 82).²⁷

Em suas reflexões mais recentes²⁸, Kingdon rediscute a idéia de independência dos fluxos inicialmente proposta. Mantém fiel ao modelo de *garbage can*, mas aceita a hipótese da existência de conexões entre os fluxos em momentos diferentes daqueles em que as janelas (*policy windows*) se abrem e se opera a união dos fluxos (*coupling*), tal como sugerido por Zahariadis (1999).

Penso que uma correção [...] é razoável. Existem ligações entre os fluxos em outros momentos que não apenas na abertura de janelas ou nas convergências finais. [...] As convergências são empreendidas sempre, não somente perto do momento final. Mas a independência dos fluxos é ainda evidente no mundo real e ainda é útil para a construção de teorias (Kingdon, 2003, p. 229).²⁹

Além dessa ponderação, Kingdon também, recentemente, passou a reconhecer a importância das instituições no processo de formulação de políticas, embora não proponha alterações substantivas ao modelo a esse respeito. Essa questão já havia sido levantada por Mucciaroni (1992), que chamou a atenção para a necessidade de incorporar a dimensão institucional no modelo de *agenda-setting* proposto por Kingdon:

Mesmo supondo que exista um processo que lembre o *modelo da lata do lixo*, ainda precisaremos investigar especificamente quais os tipos de estruturas institucionais que facilitam ou limitam os diversos problemas e soluções em seu caminho até a agenda [...] deve haver uma capacidade institucional pré-existente que sirva como base para os esforços dos reformadores quando as variáveis situacionais (problemas, soluções e condições políticas) forem favoráveis a suas idéias (*Idem*, p. 467).³⁰

Embora Kingdon não se aprofunde na reflexão sobre as instituições, um outro modelo de *agenda-setting*, também desenvolvido no campo das políticas públicas, pode lançar luzes sobre essa questão. O modelo do equilíbrio pontuado (*Punctuated Equilibrium Model*), de Baumgartner e Jones (1993), que consideraremos a seguir, traz proposições importantes sobre a relação entre a formulação da agenda e a dinâmica institucional, complementando as idéias de Kingdon.

Baumgartner e Jones e o Modelo de *Punctuated Equilibrium*

Com esse modelo, os autores procuraram criar um mecanismo que permitisse a análise tanto de períodos de estabilidade, como aqueles em que ocorrem mudanças rápidas no processo de formulação de políticas públicas:³¹

A teoria do *equilíbrio pontuado* procura explicar uma observação simples: os processos políticos são muitas vezes guiados por uma lógica de estabilidade e incrementalismo, mas às vezes produzem também mudanças em grande escala (Baumgartner e Jones, 1999, p. 97).³²

Nesse modelo, longos períodos de estabilidade, em que as mudanças se processam de forma lenta, incremental e linear, são interrompidos por momentos de rápida mudança (*punctuations*). Essa idéia é aplicada às agendas que mudam de forma rápida devido ao que os autores chamam de *feedback* positivo: algumas questões se tornam importantes, atraindo outras que se difundem como um efeito cascata (*bandwagon*), tal como descreve Kingdon no processo de difusão das idéias dentro das *policy communities*. Quando isso acontece, algumas idéias tornam-se populares e se disseminam, tomando o lugar antes ocu-

pado por antigas proposta e abrindo espaço para novos movimentos políticos.

Tal difusão de políticas pode ser descrita como uma curva de crescimento, ou uma curva em forma de S. No início, a adoção da política é lenta e depois muito rápida e novamente lenta à medida que o ponto de saturação é atingido. Durante a primeira fase, enquanto as idéias são testadas e descartadas, a adoção pode ser bastante lenta. Em seguida, enquanto as idéias se difundem rapidamente, inicia-se para alguns programas uma fase de reação positiva. Por fim, restabelece-se a reação negativa no ponto de saturação (Baumgartner e Jones, 1993, p. 17).³³

Desenvolvido originalmente para a análise do processo político norte-americano, esse modelo procura explicar de que forma se alternam momentos de rápida mudança e estabilidade, tomando como base dois eixos: estruturas institucionais e processo de *agenda-setting*.

Considerando que os indivíduos operam com racionalidade limitada, para lidar com a multiplicidade de questões políticas, os governos delegam autoridade para agentes governamentais, em subsistemas políticos. Esses subsistemas processam as questões de forma paralela, enquanto os líderes governamentais (macrossistema) ocupam-se de questões proeminentes de forma serial. Assim, segundo Baumgartner e Jones (1993), algumas questões permanecem nos subsistemas, formados por comunidades de especialistas (à semelhança das *policy communities*), ao passo que outras acabam por integrar o macrossistema, promovendo mudanças na agenda. Quando um subsistema é dominado por um único interesse, os autores o caracterizam como monopólio de políticas (*policy monopoly*), no qual os participantes do pro-

cesso decisório compartilham as idéias sobre uma determinada questão:

Todo interesse, todo grupo, todo empreendedor de políticas tem um interesse básico em estabelecer um monopólio – monopólio sobre o entendimento político relativo à política de interesse, e um arranjo institucional que reforce tal entendimento (*Idem*, p. 6).³⁴

Duas características fundamentais definem e constituem os monopólios, tal como mencionado pelos autores no trecho supracitado: estrutura institucional definida, pela qual o acesso ao processo decisório é permitido (ou restringido); e uma idéia fortemente associada com a instituição e com os valores políticos da comunidade. Assim, a chave para a compreensão dos períodos de estabilidade e mudança, segundo Baumgartner e Jones, reside na forma como uma questão é definida, considerando que essa definição se desenvolve dentro de um contexto institucional que pode favorecer determinadas visões políticas em detrimento de outras.

Para instrumentalizar a análise, os autores criaram o conceito de *policy image*: “A forma como uma política é compreendida e discutida é sua imagem” (*Idem*, p. 25).³⁵ As *policy images* são idéias que sustentam os arranjos institucionais, permitindo que o entendimento acerca da política seja comunicado de forma simples e direta entre os membros de uma comunidade, e contribuindo para a disseminação das questões, processo fundamental para a mudança rápida e o acesso de uma questão ao macrossistema. “A criação e a manutenção de um monopólio de políticas está intimamente ligadas com a criação e a manutenção de uma imagem de apoio” (*Idem*, p. 26).³⁶ Isso significa que quando uma imagem é amplamente aceita, o monopólio se mantém. Por outro lado, quando há divergências em relação ao entendimento de uma política, defensores de

uma idéia focalizam determinadas imagens ao passo que seus oponentes podem se concentrar num conjunto diferente de imagens, o que pode levar ao colapso do monopólio.

As *policy images* são desenvolvidas com base em dois componentes: informações empíricas e apelos emotivos (*tone*). O *tone* é considerado pelos autores um fator crítico no desenvolvimento das questões, uma vez que mudanças rápidas no campo dos “apelos emotivos” da imagem podem influenciar a mobilização em torno de uma idéia. A imagem criada em torno da potência norte-americana é um exemplo desse tipo de situação: enquanto predominava uma imagem associada a progresso econômico e científico, existia um *policy monopoly*; no entanto, a partir do momento em que ameaças de segurança e degradação ambiental a transformaram, houve, pois, um esgotamento do monopólio. Novas imagens podem atrair novos participantes (ou afastá-los), bem como criar oportunidades para promover determinadas questões (ou desencorajar outras).

Da mesma forma que Kingdon (2003), Baumgartner e Jones entendem que questões políticas e sociais não se transformam, necessária e automaticamente, em problemas. Para que um problema chame a atenção do governo, é preciso que uma imagem, ou um consenso em torno de uma política, efetue a ligação entre o problema e uma possível solução (1993, p. 27). A criação de uma imagem é considerada um componente estratégico na mobilização da atenção do macrossistema em torno de uma questão. Quando há consenso de que questões indesejadas são causadas por elementos como catástrofes naturais, por exemplo, não se espera a atuação governamental; no entanto, se as mesmas questões são atribuídas à negligência governamental, cria-se uma demanda pela intervenção estatal, e a questão passa a ter grandes chances de emergir na agenda.

Assim, a imagem de uma política intervém fortemente na transformação de questões em problemas.

A disputa para a criação de consenso em torno de uma política – ou da *policy image* – é considerada pelos autores um elemento crucial na luta política. Os formuladores empenham-se na construção de imagens calculando os ganhos advindos da consolidação de um determinado entendimento. No entanto, eles não têm controle sobre os impactos dessas imagens no sistema político, nem sobre as possíveis soluções que podem ser apresentadas para os problemas.

Os diversos estudos de caso desenvolvidos por Baumgartner e Jones (1993, pp. 150-171) corroboram a idéia de Kingdon (2003) de que soluções e problemas percorrem caminhos diferentes. Os autores mostram também que a focalização de um problema não garante que uma solução específica seja selecionada: a conexão entre soluções e problemas precisa ser assegurada por um *policy entrepreneur* para que, dessa forma, mudanças sejam produzidas na agenda. Nesse processo, os autores chamam a atenção novamente para a importância da argumentação e da criação de um novo entendimento sobre uma questão:

A formulação de políticas é fortemente influenciada não apenas pela mudança nas definições de quais questões sociais são sujeitas a uma resposta do governo [...] mas também, e ao mesmo tempo, pela mudança nas definições de quais seriam as soluções mais efetivas para um dado problema público (Baumgartner e Jones, 1993, p. 29).³⁷

A *policy image* é central, portanto, não só para a definição de problemas mas também para a seleção de soluções no modelo proposto pelos autores, devendo, assim, ser considerada no contexto institucional em que é desenvolvida. A autoridade para deci-

dir sobre as questões pertence às instituições, o que os autores chamam de *policy venue*: “As arenas políticas são locais institucionais em que as decisões oficiais sobre uma determinada questão são tomadas” (*Idem*, p. 32).³⁸ Algumas questões estão associadas à competência de uma única instituição, ao passo que outras podem estar submetidas a várias competências ao mesmo tempo. Além disso, os autores mostram que, no sistema de governo norte-americano, as mudanças na definição das competências para lidar com uma questão são bastante frequentes e envolvem também os níveis federativos. Dadas essas características, ao mesmo tempo em que os formuladores de políticas procuram assegurar um entendimento comum sobre as questões com as quais estão lidando, procuram também influenciar as instituições que têm autoridade sobre essas questões. Enquanto uma instituição pode ser refratária aos argumentos desenvolvidos para dar suporte a uma política, outra pode aceitar a imagem. A busca de arenas favoráveis para a difusão de problemas e soluções (*venue shopping*) e a criação de *policy images* estão, portanto, fortemente vinculadas.

Assim, nos subsistemas, prevalecem mudanças lentas, graduais e incrementais, configurando uma situação de equilíbrio, reforçada pela constituição de um monopólio de políticas, uma imagem compartilhada e *feedback* negativo (questões que não se difundem para além dos limites deste subsistema). As decisões, em muitos subsistemas, são dominadas por um número pequeno de participantes que compartilham um entendimento comum sobre uma questão e criam monopólios, limitando o acesso de novos atores e restringindo o surgimento de novas idéias. Subsistemas são caracterizados pela estabilidade, e propostas de mudanças são desencorajadas pelo *feedback* negativo – pouco ganho dos atores políticos em relação

aos investimentos –, resultando em equilíbrio e mudança incremental.

Em alguns “momentos críticos”, o equilíbrio pode ser pontuado por períodos de rápida mudança. Esses momentos têm início quando a atenção a uma questão rompe os limites do subsistema e chega ao macrosistema político (ou à agenda governamental, no modelo de Kingdon). Mudanças na percepção das questões (que as transformam em problemas), em eventos que focalizem atenção (*focusing events*), ou na opinião pública, por exemplo, podem levar uma questão de um subsistema para o macrosistema. Ao contrário dos subsistemas, os macrosistemas políticos caracterizam-se por intensas e rápidas mudanças, diversos entendimentos sobre uma mesma política (diferentes *policy images*) e *feedback* positivo: “A macropolítica é a política da pontuação – a política de mudanças em larga escala, das imagens que competem, da manipulação política e da reação positiva” (Baumgartner e Jones, 1999, p. 102).³⁹ Quando uma questão ascende ao macrosistema, o subsistema, por sua vez, torna-se propenso à mudança, já que a atenção dos líderes governamentais e do público pode levar à introdução de novas idéias e de novos atores naquele subsistema. Além disso, os “momentos críticos” podem estabelecer novas *policy images* e reorganizações institucionais (novas *policy venues*) que reestruturam o subsistema. Essas novas idéias e instituições tendem a permanecer no tempo (*policy legacy*), criando um novo estado de equilíbrio no subsistema que, após um período, tende a voltar à estabilidade.

Temos, assim, no modelo de equilíbrio pontuado, uma explicação tanto para a estabilidade como para a mudança no sistema político, que enfatiza, ao mesmo tempo, o processo de *agenda-setting* e a dinâmica institucional na qual as idéias são geradas e difundidas.

Similaridades e Diferenças entre os Modelos

Tanto o modelo de *multiple streams* como o de *punctuated equilibrium* compartilham muitas características com relação ao processo de *agenda-setting*. Ambos entendem que a definição de uma questão, expressa numa imagem ou símbolo, é central ao estudo da formação da agenda. Com o conceito de *policy image*, Baumgartner e Jones (1993) enfatizam a definição da questão como a força que impulsiona a mobilização de atores previamente indiferentes, ocasionando mudança da agenda. A manipulação das imagens, com efeitos diretos sobre a mobilização de indivíduos e grupos, liga o equilíbrio dos subsistemas às mudanças repentinas no macrosistema. Kingdon (2003), por outro lado, enfatiza as estratégias dos *policy entrepreneurs* na tentativa de chamar a atenção de indivíduos influentes no governo e nas comunidades em geral.

Kingdon (2003) denomina “eventos focalizadores” (*focusing events*) as imagens relacionadas a uma política. Fazem parte desses eventos crises, desastres, símbolos e a experiência pessoal dos formuladores de políticas. Baumgartner e Jones (1993) destacam os componentes empíricos e valorativos (*tone*) desses eventos. O processo de argumentação, a criação de histórias causais e a utilização de números e estatísticas são citados como formas de representar problemas e, mais tarde, ligá-los a soluções.

Tal elo também é analisado pelos dois modelos, que consideram não haver necessariamente um vínculo entre esses dois momentos. Vimos que, para Kingdon, a abertura de uma “janela” cria possibilidades de junção dos fluxos de problemas, soluções e políticas. O *punctuated equilibrium model* relaciona a definição de um problema à sua imagem e a seu contexto institucional. Essas

duas características são então ligadas à solução, num processo aparentemente menos fluido do que o imaginado por Kingdon.

Com relação à participação dos atores no processo de *agenda-setting*, os modelos reservam grande influência ao papel desempenhado pelo presidente, uma vez que este ator tem à sua disposição recursos institucionais, organizacionais e de atenção pública. O modelo de *multiple streams*, como vimos, considera o presidente o ator de maior influência sobre a formação da agenda; Baumgartner e Jones, embora mais preocupados em mostrar a forma pela qual arenas institucionais se relacionam a imagens, sendo a estrutura do Poder Executivo apenas uma, entre as diversas arenas existentes, também afirmam o presidente como o ator de maior preponderância sobre o processo de *agenda-setting*: “Nenhum outro ator pode focalizar a atenção de forma mais clara, ou mudar as motivações de um grande número de atores, como o presidente” (Baumgartner e Jones, 1993, p. 241).⁴⁰

Mudanças no governo são vistas por Kingdon (2003) como fatores que influenciam, no fluxo político, a mudança na agenda governamental. A eleição de novos membros para o Congresso e para os cargos eletivos do Poder Executivo, bem como a nomeação de altos funcionários e assessores nessas duas esferas criam condições para que algumas questões cheguem à agenda, restringindo, em consequência, a entrada de outras. A visão de ciclos políticos como elemento crítico no processo de *agenda-setting* não é compartilhada por Baumgartner e Jones (1993). Embora os estudos conduzidos por esses autores apontem, em alguma medida, para a idéia de ciclos políticos, o modelo rejeita essa idéia, devido ao “legado institucional” do processo de *agenda-setting*.

Na medida em que os subsistemas são criados, novas instituições também o são, e estas estruturarão a futura formulação de políticas e a influência de grupos externos. Essas mudanças institucionais guardam pouca semelhança com aquelas existentes há uma ou duas gerações, porque cada uma delas envolve a definição de questões políticas [...]. Um modelo de equilíbrio pontuado do sistema político difere drasticamente do tipo de dinâmica de equilíbrio implícito em qualquer discussão de ciclos (*Idem*, pp. 244-245).⁴¹

Além das mudanças no governo, a questão da autoridade ou da competência sobre uma política é outro fator influente no fluxo político, segundo o modelo de *multiple streams*. Uma mudança na delimitação da competência sobre uma política pode levar a uma situação de imobilidade governamental, mas Kingdon (2003) avalia que essas alterações levam à inclusão de questões na agenda principalmente quando tratam de uma questão com grande apelo popular. Nesse caso, a competição sobre as competências retoma outras forças já em ação. Vimos que a questão da competência também é crítica no modelo de Baumgartner e Jones (1993), embora, diferentemente de Kingdon, os autores enfatizem o aspecto institucional (*policy venues*) na mudança da imagem de uma questão.

Alguns atores desempenham papéis muito diferentes nos modelos em análise. Os grupos de interesse, por exemplo, são considerados por Kingdon (2003) um dos atores mais importantes fora da estrutura governamental. No entanto, sua atuação se dá mais no sentido de bloquear questões do que de levá-las à agenda. Mesmo que atuem de forma positiva, Kingdon afirma ser difícil relacionar a emergência de uma questão na agenda exclusivamente à ação dos grupos de interesse. Baumgartner e Jones (1993), por outro lado, acreditam que os grupos de inte-

resse desempenham papel importante na definição de questões, especialmente quando elas afetam a opinião pública; determinam os termos do debate e as *policy venues* (*Idem*, p. 190). Analisando as políticas de pesticidas e tabaco, por exemplo, os autores concluíram que grupos de interesse mobilizados formaram uma coalizão de defesa (*advocacy coalition*) em torno dessa questão, atraindo novos atores e pressionando por mudanças na agenda: “A mobilização de grupos de interesse desempenha um papel importante na determinação da imagem, nas arenas e nos resultados” (*Idem*, p. 184).⁴²

A mídia é outro ator que recebe ênfases diferentes nos dois modelos analisados. Enquanto para Kingdon os meios de comunicação geralmente retratam questões que já estão presentes na agenda governamental, não tendo grande influência em sua estruturação, Baumgartner e Jones enfatizam a capacidade da mídia em direcionar a atenção para diferentes aspectos de uma mesma questão ao longo do tempo, e também em mudar a atenção dos indivíduos de uma questão para outra. E mudanças na atenção também podem contribuir para conectar as diferentes *policy venues*:

Muitas vezes, as arenas são fortemente articuladas, e mudanças na atenção em uma delas são rapidamente seguidas por mudanças nas demais. A mídia ajuda a unir todas as outras arenas, porque é um meio de comunicação privilegiado, a forma pela qual atores desarticulados conferem a atuação dos demais e consideram a opinião pública. Essas características ajudam a explicar por que os empreendedores de políticas têm incentivos para influenciar o que é apresentado na mídia (*Idem*, p. 107).⁴³

As principais características de ambos os modelos de *agenda-setting* que fundamen-

tam nosso estudo estão sintetizadas no quadro (abaixo) (na página seguinte).

Considerações Finais

Os modelos analisados neste estudo apresentam, como vimos, muitas similaridades, complementando-se em alguns pontos como, por exemplo, na análise da dinâmica institucional destacada por Baumgartner e Jones (1993) e ausente no modelo de Kingdon (2003). Ambos tratam do processo decisório numa perspectiva que podemos chamar de “pós-positivista” (Faria, 2003), enfatizando idéias, tratadas de forma independente (sem relação de causa e efeito), que movem soluções e problemas. É importante também o fato de que esses dois modelos abordam tanto a ação individual – na figura dos *policy entrepreneurs* – como a estrutura (sistema político e subsistemas de comunidades), permitindo vislumbrar restrições e oportunidades de mudança.

As diferenças residem nas ênfases que os modelos depositam em determinadas características do processo, o que pode estar relacionado à metodologia aplicada pelos autores na condução de seus estudos. Enquanto Kingdon buscou coletar dados principalmente por meio de entrevistas com a elite governamental, e também mediante estudos de caso em períodos de quatro anos, Baumgartner e Jones codificaram centenas de artigos publicados pela mídia e por audiências no Congresso relacionadas às políticas em estudo num período de quarenta a cem anos.

Esperamos que esses modelos possam estimular novos estudos sobre a formulação de políticas públicas e o processo de *agenda-setting*. Discutir como os problemas são conceituados no processo de formulação de políticas e as maneiras pelas quais as alternativas são apresentadas e selecionadas são questões

fundamentais para a compreensão da dinâmica da ação estatal. Focalizar a formação da agenda de um governo, compreender como questões se tornam relevantes num determinado momento, mobilizando esforços e recursos, são também questões importantes, porém ainda pouco exploradas pela produção acadêmica em ciências sociais no Brasil.

Quadro 1
Agenda-setting – Os Modelos de Kingdon e Baumgartner/Jones

	KINGDON <i>MULTIPLE STREAMS MODEL</i>	BAUMGARTNER E JONES <i>PUNCTUATED EQUILIBRIUM MODEL</i>
PROBLEMAS	<p>Não há vínculo causal entre problemas e soluções.</p> <p>Questões não se transformam em problemas automaticamente: problemas são construções que envolvem interpretação sobre a dinâmica social.</p> <p>Definição de problemas é fundamental para atrair a atenção dos formuladores de políticas.</p> <p>Problemas são representados por meio de indicadores, eventos, crises e símbolos que relacionam questões a problemas.</p>	<p>Não há vínculo causal entre problemas e soluções.</p> <p>Questões não se transformam em problemas automaticamente: problemas são construídos (<i>policy images</i>) e difundidos.</p> <p>Definição de problemas é essencial para mobilizar a atenção em torno de uma questão.</p> <p>Problemas são representados por meio de componentes empíricos e valorativos (<i>tone</i>): números, estatísticas, argumentação, histórias causais.</p>
SOLUÇÕES	<p>Não são desenvolvidas necessariamente para resolver um problema.</p> <p>Geradas nas comunidades (<i>policy communities</i>), difundem-se e espalham-se (<i>bandwagon</i>) no processo de amaciamento (<i>soften up</i>).</p> <p>Soluções tecnicamente viáveis, que representam valores compartilhados, contam com consentimento público, e a receptividade dos formuladores de políticas têm maiores chances de chegar à agenda.</p>	<p>Não são desenvolvidas necessariamente para resolver um problema.</p> <p>Geradas nos subsistemas, difundem-se e espalham-se rapidamente (<i>bandwagon</i>).</p> <p>Soluções que têm imagens fortemente vinculadas a uma instituição e representam valores políticos (<i>policy images</i>) têm maiores chances de chegar ao macrossistema.</p>
DINÂMICA POLÍTICO-INSTITUCIONAL	<p>O contexto político cria o "solo fértil" para problemas e soluções.</p> <p>"Clima nacional", forças políticas organizadas e mudanças no governo são fatores que afetam a agenda.</p> <p>Idéias, e não apenas poder, influência, pressão e estratégia são fundamentais no jogo político.</p>	<p>O contexto político e institucional exerce influência sobre a definição de problemas e soluções.</p> <p>Imagens sustentam arranjos institucionais (<i>policy venues</i>), incentivando ou restringindo a mudança na agenda.</p> <p>Disputa em torno da <i>policy image</i> é fundamental na luta política.</p>
ATORES	<p>O presidente exerce influência decisiva sobre a agenda. Alta burocracia e Legislativo também afetam a agenda.</p> <p>Grupos de interesse atuam mais no sentido de bloquear questões do que de levá-las à agenda.</p> <p>A mídia retrata questões já presentes na agenda, não influenciando sua formação.</p>	<p>O presidente exerce influência decisiva sobre a agenda.</p> <p>Grupos de interesse desempenham papel importante na definição das questões.</p> <p>A mídia direciona a atenção dos indivíduos, sendo fundamental à formação da agenda.</p>
MUDANÇA NA AGENDA	<p>Oportunidades de mudança (<i>windows</i>) possibilitam ao empreendedor (<i>policy entrepreneur</i>) efetuar a convergência de problemas, soluções e dinâmica política (<i>coupling</i>), mudando a agenda.</p>	<p>Momentos críticos, em que uma questão chega ao macrossistema, favorecem rápidas mudanças (<i>punctuations</i>) em subsistemas anteriormente estáveis. <i>Policy entrepreneurs</i>, imagens compartilhadas (<i>policy image</i>) e a questão institucional são fundamentais nesse processo.</p>

Notas

1. Na definição original de Kingdon, “The *agenda*, as I conceive of it, is the list of subjects or problems to which governmental officials, and people outside of government closely associated with those officials, are paying some serious attention at any given time” (2003, p. 3).
2. No original, “We should also distinguish between the *governmental* agenda, the list of subjects that are getting attention, and the *decision* agenda, the list of subjects within governmental agenda that are up for an active decision” (Kingdon, 2003, p. 4).
3. O processo de *agenda-setting* de Kingdon tem suas raízes no “modelo da lata do lixo” (*garbage can model*). Este modelo foi desenvolvido para a análise de organizações que se configuram como “anarquias organizadas”, operando em condições de grande incerteza e ambigüidade (como universidades e governos nacionais), nas quais estão presentes três características principais: participação fluida, preferências problemáticas e tecnologia pouco clara. Sobre o modelo de *garbage can* e a idéia de “anarquias organizadas”, ver James March, P. Olsen Johan e M. D. Cohen (1972).
4. No original: “Problems are not simply the conditions or external events themselves: there is also a perceptual, interpretative element”. Todas as traduções que se seguem são de nossa autoria.
5. O fluxo de políticas governamentais é onde são desenvolvidas diversas alternativas, ou soluções. Empregaremos esses termos como sinônimos, seguindo a utilização de Kingdon.
6. No original: “people do not necessarily solve problems. [...] Instead, what they often do is generate solutions, and then look for problems to which to hook their solutions”.
7. No original: “Political scientists are accustomed to such concepts as power, influence, pressure and strategy. If we try to understand public policy solely in terms of these concepts, however, we miss a great deal. The content of the ideas themselves, far from being mere smokescreens or rationalizations, are integral parts of decision making in and around government”.
8. Essas abordagens, que incluem os modelos de *agenda-setting* que utilizamos neste estudo, procuram mostrar que o processo de formulação de políticas está mais próximo do campo das idéias, da argumentação e da discussão do que de técnicas formais de solução de problemas. Uma reflexão aprofundada sobre esse tema é desenvolvida por Majone (1989). Faria (2003) denomina tais abordagens como perspectivas “pós-positivistas”, destacando o fato de a produção acadêmica brasileira não incorporar, ainda, essa orientação em suas análises.
9. No original: “are willing to invest their resources – time, energy, reputation, money – to promote a position in return for anticipated future gain in the form of material, purposive or solidary benefits”.
10. No original: “the policy entrepreneur who is ready rides whatever comes along”.
11. No original: “No other single actor in the political system has quite the capability of the president to set agendas in given policy areas for all who deal with those policies”.
12. No original: “Rather, the platform is one of many forums in which advocates for policy change attempt to gain a hearing”.
13. No original: “As a part of attracting groups and individuals during a campaign, presidential candidates promise action on many policy fronts. Once in office, it is possible that

- these promises rather directly affect the agendas of new administrations, partly because presidents and their close aides believe in their stated policy goals and want to see them advanced. But there is also at least an implicit exchange involved – support for the candidate in return for action on the promise. Politicians may feel constrained to deliver on their part of the bargain, and supporters attempt to hold them to their promises”.
14. No original: “Actually, much of interest group activity in these processes consists not of positive promotion, but rather of negative blocking”.
 15. No original: “Despite good reasons for believing that media should have a substantial impact on the governmental agenda, our standard indicators turn out to be disappointing. Mass media were discussed as being important in only 26 percent of the interviews, far fewer than interest groups (84 percent) or researchers (66 percent)”.
 16. No original: “The media report what is going on in government, by large, rather than having an independent impact *on* governmental agendas”.
 17. No original: “Media can help shape an issue and help structure it, but they can’t create an issue”.
 18. No original: “It [multiple streams] describes a situation that traditional normative theories of choice condemn as pathological and usually treat as an aberration [...]. Complexity, fluidity, and fuzziness are particularly appropriate characterizations of policy-making at the national level”.
 19. O modelo de *garbage can* é também criticado por muitos autores, tendo sido apontado como uma “teoria do caos” (Lane, 1993) ou como uma abordagem “fatalista” (Hood, 1998).
 20. No original: “One reason that some readers find it difficult to appreciate the structure in something like the garbage can model is that its structure is not familiar. A Marxist-style class structure, for instance, or a bureaucratic hierarchy, or a constitutional order is all more familiar. But that doesn’t mean that the sort of model developed in this book has no structure; it’s just an unfamiliar an unorthodox sort of structure”.
 21. No original: “The point here is that to develop meaningful explanations and predict agenda change, one needs to go beyond the abstract formulation of garbage can model”.
 22. Sobre essa questão específica do modelo de ação individual, Kingdon afirma que o *multiple streams* não tem como objetivo principal explicar de que forma os indivíduos tomam suas decisões finais, mas apenas entender por que se preocupam com algumas questões e não com outras (Kingdon, 2003, p. 196).
 23. No original: “The causal drivers are underspecified, in part because there are no clear models of the individual”.
 24. No original: “Everything cannot interact with everything else”.
 25. No original: “In my view, the model [...] is structured, but there also is room for residual randomness, as is true of the real world”.
 26. No original: “The lens predicts, for example, that the ideology of political parties will be an important factor in raising issues to the top of the government’s agenda [...]. And it predicts that bureaucrats will be more likely to shape alternative solutions than to manipulate the government’s agenda”.
 27. No original: “The advantage of independence is that it enables researchers to uncover rather than assume rationality; that is, one does not assume that solutions are always developed in response to clearly defined problems”.

28. A segunda edição de *Agendas, alternatives, and public policies*, lançada em 2003, e que utilizamos neste estudo, traz um capítulo adicional, no qual Kingdon apresenta suas reflexões posteriores à primeira edição, de 1984.
29. No original: "I think that one amendment [...] is reasonable: There are some links between these streams at times other than the open windows and the final couplings. [...] Couplings are attempted often, and not just close to the time of final enactment. But the independence of the streams is still noticeable in the real world, and postulating that independence in building theories still has its uses".
30. No original: "Even if we assume the existence of a process that resembles garbage can model, we still need to trace out specifically what kinds of institutional structures facilitate or constrain various problems and solutions from reaching the agenda [...] there had to be a pre-existing institutional capacity that underpinned the efforts of reformers when the situational variables (problems, solutions, and political conditions) were favorable for pushing their ideas forward".
31. O termo "equilíbrio pontuado" é tomado emprestado, pelos autores, da teoria da evolução. No modelo de Darwin, a diferenciação entre as espécies é compreendida como um processo lento, com evoluções graduais. No início dos anos 1970, dois paleontólogos, Stephen Gould e Niles Eldredge, sugeriram uma nova abordagem – *punctuated equilibrium theory* – na qual introduzem a idéia de que mudanças poderiam acontecer de forma rápida em determinados períodos geológicos, com extinções de espécies em pequenas populações e substituição destas espécies por outras.
32. No original: "Punctuated-equilibrium theory seeks to explain a simple observation: political processes are often driven by a logic of stability and incrementalism, but occasionally they also produce large-scale departures from the past".
33. No original: "Such policy diffusion can be described by a logistic growth curve, or an S-shaped curve. Policy adoption is slow at first, then very rapid, then slow again as the saturation point is reached. During the first phase, adoption may be very slow as ideas are tried out and discarded. Then a positive feedback phase takes place for some programs, as they rapidly diffuse. Finally, negative feedback is reestablished as the saturation point is reached".
34. No original: "Every interest, every group, every policy entrepreneur has a primary interest in establishing a monopoly – a monopoly on political understandings concerning the policy of interest, and an institutional arrangement that reinforces that understanding".
35. No original: "How a policy is understood and discussed is its *policy image*".
36. No original: "The creation and maintenance of a policy monopoly is intimately linked with the creation and maintenance of a supporting policy image".
37. No original: "Policymaking is strongly influenced not only by changing definitions of what social conditions are subject to a government response [...] but also and at the same time by changing definitions of what would be most effective solution to a given public problem".
38. No original: "Policy venues are the institutional locations where authoritative decisions are made concerning to a given issue".
39. No original: "Macropolitics is the politics of punctuation – the politics of large-scale change, competing policy images, political manipulation, and positive feedback".

40. No original: "No other single actor can focus attention as clearly, or change the motivations of such great number of those actors, as the president".
41. No original: "As subsystems are created, new institutions are created that structure future policymaking and the influence of outside groups. These institutional changes need bear no resemblance to those that existed a generation or two previously because each involves a fresh definition of political issues [...]. A punctuated equilibrium model of the political system differs dramatically from the type of dynamic equilibrium model implicit in any discussion of cycles".
42. No original: "Mobilization of interest groups appears to play an important role in determining policy images, venues and outcomes".
43. No original: "Venues are often tightly linked, and shifts in attention in one are likely quickly followed by shifts in others. The media help link all the other venues together, for they are the privileged means of communication, the way by which disjointed actors keep tabs on each other and on what they consider the 'public mood'. These features help to explain why policy entrepreneurs have such incentives to influence what is presented in the media".

Bibliografia

- BAUMGARTNER, Frank R & JONES, Bryan D. (1993), *Agendas and instability, in American politics*. Chicago, University of Chicago Press.
- _____. (1999). "Punctuated equilibrium theory: explaining stability and change in American policymaking", in Paul A. Sabatier (ed.), *Theories of the policy process*, Oxford, Westview Press.
- CAPELLA, Ana C. N. (2004), *O processo de agenda-setting na reforma da administração pública (1995-2002)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, UFSCar.
- FARIA, Carlos A. P. (2003), "Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18 (51): 21-29, fev.
- HOOD, Christopher. (1998), *The art of State: culture, rhetoric and public management*. Oxford, Oxford University Press.
- KINGDON, John. (2003 [1984]), *Agendas, alternatives, and public policies*. 3 ed. Nova York, Harper Collins.
- LANE, Jan-Erick. (1993), *Public sector: concepts, models and approaches*. Londres, Sage.
- MAJONE, Giandomenico. (1989), *Evidence, argument & persuasion in the policy process*. New Haven/Londres, Yale University Press.

- MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. & COHEN, M. D. (1972), "A garbage can model of organizational choice". *Administrative Science Quarterly*, 17: 1-25.
- MUCCIARONI, Gary. (1992), "The garbage can model and the study of policy making: a critique". *Polity*, 24 (3): 459-482.
- SABATIER, Paul A. (1997), "The status and development of policy theory: a reply to hill". *Policy Currents*, 7 (4): 1-10, dez.
- _____ (ed.). (1999), *Theories of the policy process*. Oxford, Westview Press.
- ZAHARIADIS, Nikolaos. (1995), *Markets, states, and public policies: privatization in Britain and France*. Ann Arbor, University of Michigan Press.
- _____. (1999), "Ambiguity, time and multiple streams", in Paul A. Sabatier (ed.), *Theories of the policy process*, Oxford, Westview Press.

- Artigo recebido em Mai/2006
- Aprovado em Jun/2006

Resumo

Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas

Este artigo pretende contribuir para os estudos sobre o processo de formulação de políticas públicas, destacando o importante momento de construção da agenda governamental (*agenda-setting*). Para tanto, apresentamos dois modelos teóricos que apresentam a dinâmica das idéias e da representação simbólica na formulação de políticas públicas. Sustentamos que ambos os modelos apresentam similaridades e podem ser considerados complementares, constituindo-se em importantes ferramentas para a análise do processo de formulação de políticas públicas.

Palavras-chave: Políticas públicas; Agenda governamental; Processo decisório; Processo político.

Abstract

Theoretical Perspectives on the Process of Public Policies Formulation

This article seeks to contribute towards studies on the process of formulating public policies, highlighting the important current stage of government agenda-setting situation. We there-

fore present two theoretical models which emphasize the dynamics of ideas and symbolic representation when formulating public policies. We argue that both models present similarities and might be considered complementary, being also important tools in analyzing the policy formulation process.

Keywords: Policy formulation; Governmental agenda; Decision making; Political process.

Résumé

Perspectives Théoriques sur le Processus de Formulation des Politiques Publiques

Cet article propose une contribution aux études sur le processus de formulation des politiques publiques. Il met en avant le moment important de construction de l'agenda gouvernemental (*agenda-setting*). Deux modèles sont, ainsi, proposés. Ils présentent la dynamique des idées et de la représentation symbolique dans la formulation des politiques publiques. L'auteur défend que les deux modèles présentent des similitudes et peuvent être considérés complémentaires, constituant d'importants outils pour l'analyse du processus de formulation de politiques publiques.

Mots-clés: Politiques publiques; Agenda gouvernemental; Processus décisionnel; Processus politique.

“A Cigarra e a Formiga”: Qualificação e Competência – Um Balanço Crítico

Ana M. F. Teixeira

Ao longo das últimas décadas, o debate sobre os nexos entre trabalho e educação vem ganhando maior visibilidade nos discursos dos diferentes setores da sociedade.

Certamente as explicações apontadas para esse interesse nada têm de novidade, entretanto, observando a conjuntura histórica atual, razões particulares emprestam novas cores aos significados anteriormente atribuídos a esta relação.

A retórica dominante encarrega-se de apontar, mais uma vez, o déficit educacional como elemento de estrangulamento do crescimento econômico. Todavia, o destaque atribuído à capacidade e à qualidade do trabalho, como fatores centrais ao atendimento dos parâmetros de produtividade e competitividade, ganhou o *status* de argumento superior para, inclusive, justificar a eliminação de postos de trabalho.

Neste estudo são identificados apenas alguns dos elementos que podem apontar para a complexidade do debate e a necessidade, urgente, de desmistificar afirmações aparentemente carregadas de obviedade que, ao valorizarem o papel social da educação, acabam por submetê-la a enfoques que vão do reducionismo ao discurso apologético, ambos camufladores de contradições mais amplas.

É inegável que as sociedades vêm passando por um conjunto de transformações vinculadas às mutações técnico-organizacionais no mundo do trabalho, estimulando com muito vigor a retomada dos debates relacio-

nados a temáticas e questões vinculadas às articulações entre trabalho, educação, qualificação, competência e, mais recentemente, empregabilidade. O debate nacional e internacional mostra-se fértil, envolvendo não apenas diferentes campos das ciências sociais como também pesquisadores de outras áreas, como engenheiros de produção, médicos do trabalho, psiquiatras, educadores, advogados etc. A relevância do tema acaba por inseri-lo na cena principal quando o interesse se dirige ao trabalho humano. Exatamente por isso o debate está presente no rol de preocupações e compromissos dos principais envolvidos – trabalhadores, empresários e governos.

Entretanto, o fato de tratar-se de um debate fértil não é sinônimo de consensos incontestes em torno de noções como qualificação, competência e empregabilidade. Ao contrário, trata-se de terreno carregado de polêmicas não raras vezes submetidas às análises mais generalizantes. É importante, portanto, observar que, em verdade, esses termos, largamente utilizados por diferentes instituições, em discursos e tribunas de variados matizes e em literatura múltipla, acabam por aparecer indistintamente como conceitos originais, novos, recentemente forjados sem que se faça referência ao caráter polissêmico dessas expressões. Esquece-se que esses conceitos advêm de visões e matrizes epistemológicas diversas, induzindo à idéia de que são unívocos, politicamente neutros e consensuais.

Decorre desse panorama a necessidade, fundamental, de distinguir as especificidades das distintas abordagens, dentro de uma perspectiva histórico-crítica, como estratégia para evidenciar que tais conceitos se referem a sentidos e intenções diferentes, explicitados tanto no plano teórico como no político. Partindo desse viés, o campo da definição de sentidos acaba se revelando como campo de clara disputa histórica, o que torna ainda mais urgente decifrá-los a fim de que possamos considerar possibilidades e limites, estabelecer diferenças e exclusividades entre distintos projetos sociais.

Por outro lado, não é possível desprezar o fato de que as discussões em torno de conceitos como qualificação, competência e empregabilidade estão intimamente relacionadas ao que se convencionou chamar de perfil do “novo” trabalhador.

De fato são visíveis as intensas transformações que atingem o mundo do trabalho, repercutindo no processo de globalização e reestruturação produtiva que marcam a crise do padrão fordista. Trata-se da irrupção de um novo momento do capitalismo marcado pela hegemonia do capital financeiro, da flexibilização do trabalhador e do trabalho, da precarização do trabalho e do emprego, acompanhados pela expansão do mercado de trabalho informal e pelos índices crescentes de desemprego. Assim, não parece surpreendente o discurso insistente de alguns setores sociais sobre a “necessidade de um trabalhador de novo tipo”, afinal o cenário descrito demonstra exigir criatividade redobrada para sobreviver.

Portanto, tomando as contribuições elaboradas no âmbito da sociologia do trabalho, da economia da educação e da economia política, pretende-se discutir a construção social dos significados que têm sido atribuídos aos conceitos de qualificação, competência e empregabilidade. A necessidade de res-

tringir a análise a algumas áreas deve-se à existência de uma considerável diversidade de concepções baseadas em diferentes enfoques e modelos teóricos e à impossibilidade de tratar aqui da questão em suas mais variadas visões, abarcando uma extensa gama de abordagens e pesquisas que tratam do tema. Assim, tem-se como referência alguns estudos mais expressivos, sem pretender com isso esgotar a bibliografia existente.

A Matriz Econômica: Capital Humano e Qualificação Formal

As concepções sobre qualificação têm uma longa trajetória no campo teórico, tributária da contribuição de diferentes áreas das ciências humanas, o que deu origem a uma farta literatura nacional e internacional. O que chama atenção é que, em geral, essas diferentes concepções encontram-se relacionadas a uma matriz de desenvolvimento socioeconômico hegemônica em certas conjunturas.

Assim, uma primeira noção de qualificação aparece referida à *teoria do capital humano*. Nos anos de 1950 e 1960, essa concepção aparece vinculada a uma idéia de desenvolvimento socioeconômico que se sustentava na necessidade de planejar e racionalizar os investimentos do Estado no que se refere à educação escolar, visando a assegurar um maior ajustamento entre as necessidades dos sistemas ocupacionais e o sistema educacional. Baseado em Schultz (1973a) e Harbinson (1961 *apud* Manfredi 1999), a teoria do capital humano apresenta-se sob duas perspectivas articuladas. Num primeiro aspecto, defende que a melhor capacitação do trabalhador opera como fator de aumento de produtividade. A qualidade da mão-de-obra obtida pela formação escolar, profissional e pelo progresso do conhecimento potencializaria a capacidade de trabalho e produção –

de recursos humanos –, requisitos fundamentais ao processo de modernização. Entenda-se modernização como sinônimo de adesão ao modelo industrial capitalista como referência de consumo, de estilo de vida e integração no padrão de desenvolvimento adotado nos países capitalistas centrais.

Numa segunda perspectiva, destacam-se as estratégias individuais no que diz respeito a meios e fins relacionados à constituição do “capital pessoal” de cada trabalhador. Mediante um cálculo, com base no princípio custo-benefício, seria possível avaliar se o investimento e o esforço empregados na formação seriam compensados em termos de uma melhor remuneração no futuro.¹

Harbinson refere-se à formação de capital humano como:

[...] processo de formação e incremento de número de pessoas que possuem as habilidades, a educação e a experiência indispensáveis para o desenvolvimento político e econômico de um país. A criação de capital humano se assimila, desse modo, a uma inversão em benefício do homem e de seu desenvolvimento como um recurso criador e produtivo [...]. Tais inversões possuem elementos qualitativos e quantitativos, isto é, a formação de capital humano implica não apenas gastos de educação e adestramento em sentido estrito, mas também o cultivo de atitudes favoráveis à atividade produtiva (1961 *apud* Manfredi, 1999, p. 18).

No Brasil tais idéias inspiraram vários autores vinculados aos governos militares. Predominou, nesse período, o pensamento de que por meio de políticas educacionais impostas de forma tecnocrática seria possível promover o desenvolvimento econômico. Esse tipo de raciocínio embasou a implementação de sistemas de formação profissional profundamente atrelados às necessidades téc-

nico-organizacionais dos setores mais estruturados do capital, dentro da lógica da qualificação como preparação de mão-de-obra especializada ou semi-especializada para atender ao mercado formal. Nessa lógica, a equação emprego-escolaridade parece encerrar o sentido da noção de qualificação.

Seguindo na mesma direção, nos anos de 1960 e 1970 a noção de *qualificação formal* é adotada como parâmetro para a definição de políticas macrossociais, sendo considerada índice de desenvolvimento socioeconômico agregado às taxas médias de escolarização da população e à ampliação do tempo médio de permanência na escola. Lembremos que, nesse período, esses índices alcançam um crescimento expressivo nos países capitalistas centrais e são adotados, progressivamente, pelas agências de desenvolvimento como referência internacional de avaliação e replanificação das políticas educacionais dos países subdesenvolvidos.

A noção de qualificação formal aparece fortemente informada pela capacidade de atuação dos Estados em equacionar as vinculações entre estruturação de sistemas educacionais nos diferentes níveis (garantindo expansão qualitativa e quantitativa) e demandas do sistema ocupacional. Resulta daí uma lógica em que o planejamento da educação se volta diretamente a atender as demandas de determinados setores profissionais. Neste aspecto, a relação custo-benefício dos investimentos em educação é medida pelos diferenciais vinculados à combinação entre anos de estudo, aquisição de diploma e média salarial como indicador de desenvolvimento socioeconômico.

Esse tipo de concepção, em que a noção de qualificação se encontra atrelada à lógica do capital humano, também se relaciona com as atuais redefinições do padrão de gestão do trabalho. A urgência da competitividade, agora em dimensão internacional, obriga as empresas a desenvolverem estratégias visando à

qualidade total. Para tanto, torna-se fundamental conquistar o comprometimento dos trabalhadores, sobretudo quando se trata da operação de equipamentos sofisticados e caros. A contribuição da mão-de-obra qualificada, até então depreciada no sistema taylorista-fordista, passa a ser valorizada.

Entretanto, o discurso sobre a necessidade de mão-de-obra mais qualificada, recorrente em épocas de crise, colide nos limites concretos da produção, nos interesses particulares das empresas e na lógica excludente e seletiva do mercado (Frigotto, 1995). O que acontece no Brasil, nos últimos quarenta anos, é a comprovação desse desencontro: os recursos alocados na educação foram muito inferiores aos anunciados nos discursos e nos planos empresariais e governamentais. A perspectiva crítica aponta, também, a estratégia utilitarista adotada pelas empresas no que diz respeito à formação profissional. A valorização do capital humano expressa a apropriação de qualidades sociopsicológicas do trabalhador, buscando o consenso e o espírito de lealdade à empresa, diante da possibilidade remota de participação autônoma e livre no processo produtivo.

No âmbito da sociologia do trabalho, as questões da organização da produção e do trabalho embasam outros fundamentos analíticos para a discussão dos significados da qualificação.

Produção e Organização do Trabalho: Referências para a Qualificação

No campo marxista da sociologia do trabalho, a discussão sobre qualificação/desqualificação está diretamente associada ao conceito de alienação do trabalho. A separação entre trabalho manual e trabalho intelectual como base fundante da organização do trabalho capitalista subordina o trabalho ao capital como requisito indispensável à consumação da mais-valia. A cisão entre concepção e exe-

cução indica o interesse do capital em monopolizar o saber e o conhecimento produzido no e pelo trabalho. Afinal, por mais parcelado e rotinizado que seja o trabalho ele envolve alguma dose de organização conceitual. Aliado a isso, o controle, a vigilância e a disciplina garantem o respeito às regras no ambiente da produção.

Assim, fragmentação e desqualificação associam-se: o artesão é substituído pelo operador de máquinas e, à proporção em que qualificações especiais ainda são requeridas, estas se fracionam ainda mais quando são distribuídas para um número restrito de operários. O objetivo é elevar ao máximo as possibilidades de fácil substituição de uma força de trabalho barata.

É nesse cenário que as relações de força entre trabalho e capital se explicitam e do embate nasce a possibilidade de alteração do binômio qualificação/desqualificação.

Uma outra vertente na sociologia do trabalho de base marxiana enfoca a dimensão positiva do trabalho, salientando tanto seu caráter de atividade social e coletiva, fonte de humanização, como o potencial de resistência, transgressão e negociação dos trabalhadores.

Sob esse olhar o trabalho configura-se como ação transformadora especificamente humana, capaz de tornar o natural em social. Neste processo em que sujeito e objeto se encontram, dialeticamente, os trabalhadores constituem relações, comunicam-se e estabelecem a possibilidade de criação para além da simples repetição de movimentos prescritos. Uma vez que o trabalho se configura como prática social concreta, os trabalhadores, como sujeitos, constroem-se e qualificam-se, podendo se apropriar criticamente do conteúdo e do contexto de realização de seu trabalho, apesar do controle do capital em seu conteúdo alienante.

Nas duas vertentes a dinâmica social caracterizaria o cotidiano do espaço do traba-

lho em seus conflitos, disputas e negociações, possibilitando o rompimento com a lógica da desqualificação presente na organização do trabalho capitalista. É importante enfatizar que essas duas dimensões do trabalho não devem ser tomadas de modo excludente, posto que uma parcela significativa da análise sociológica de inspiração marxista parte dessa dualidade para evidenciar as contradições inerentes à relação capital *versus* trabalho.

A discussão sobre a concepção de qualificação sob os paradigmas da análise marxista do trabalho implica pelo menos três pressupostos centrais que rompem com uma leitura dicotomizada em que qualificação e desqualificação aparecem numa relação de oposição, apontando para o movimento de qualificação/desqualificação/requalificação inerente ao trabalho. São eles: a noção de qualificação como processo social, histórico e cultural; a noção de determinação e de sua superação como resultado da intervenção dos sujeitos envolvidos no processo; e a noção de qualificação como movimento dialético em que se combinam elementos desqualificantes e qualificantes que ultrapassam as tarefas prescritas.

Além da preocupação dos críticos do capitalismo, a noção de qualificação do trabalho e dos trabalhadores também tem sido, desde há muito, objeto e interesse dos gestores do capital, tal como se pode observar na natureza da abordagem proposta no âmbito do modelo taylorista-fordista de organização da produção e do trabalho e no debate em torno da noção de competência, como veremos a seguir.

Sob a ótica do modelo *taylorista-fordista*, a concepção de qualificação tem como referência o modelo trabalho/aprendizagem (*job/skills*), determinada a partir da posição a ser ocupada no processo produtivo e antecipadamente estabelecida pelas normas organizacionais da empresa. Qualificação refere-se direta e exclusivamente ao posto de trabalho

e não a um conjunto de atributos intrínsecos ao trabalhador.

Ora, se a questão passa a ser considerada a partir do posto/função definido pela inserção no mercado formal de trabalho, a qualificação é tomada de forma privatizada/individualizada: torna-se um bem “adquirido” de forma privada que se constitui em um conjunto de conhecimentos técnicos, científicos, habilidades e experiências acumuladas ao longo de uma trajetória escolar e profissional, consideradas de forma individualizada, sem qualquer vinculação com o contexto sociocultural. A formação para o trabalho passa a ser reconhecida, tal como assinala Kuenzer (1985), como treinamento básico e conhecimento escolar necessário para desempenhar a função. O treinamento e o conhecimento podem, por sua vez, ter sido adquiridos por meio de instrução formal ou treinamento anterior em trabalhos mais simples ou, ainda, pela combinação dos dois mecanismos. Assim, o que interessa são trabalhadores prontos a desempenhar exclusivamente as tarefas específicas e operacionais.

Formar para o trabalho significa então privilegiar as dimensões técnico-operacionais que garantirão trabalhadores aptos a desenvolver tarefas específicas. Ensinar e aprender tarefas se processa num contexto comportamental rígido que obedece a uma seqüência lógica e instrumental no intuito de reproduzir as etapas a serem executadas no processo produtivo numa visível desvalorização de um embasamento mais abrangente da própria função.

Assim, o que se observa no interior das empresas ou no mercado de trabalho formal é a definição de uma estrutura hierárquica de postos de trabalho que se organiza a partir dos níveis hierárquicos de escolaridade e da certificação escolar oficial, legitimando, dessa forma, a “velha” equação: os que chefiam, decidem e ocupam posição elevada na hierar-

quia são os mais “competentes” e aqueles que transitam na esfera da execução, da prática, são os “incompetentes”. Nenhuma novidade: os níveis hierárquicos de qualificação associados aos níveis hierárquicos de escolarização explicam, justificam e legitimam a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Uma relação mecânica entre teoria/prática e competência. A qualificação, então, passa a ser representada como questão de mérito que se evidencia numa trajetória (escolar/profissional) de responsabilidade estritamente individual e numa noção de competência limitada à ocupação/função atribuída a cada trabalhador (*Idem*).

Em tal moldura de representação social temos terreno fértil em que se articulam dois discursos apologeticos e acriticos: a panacéia da força da educação escolar e a neutralidade da educação, da ciência e da tecnologia. De um lado, a educação escolar aparece como passaporte capaz de garantir o acesso às hierarquias superiores/qualificadas, dissimulando todos os outros mecanismos sociais e organizacionais que regulam o acesso e a permanência no mercado formal de trabalho; de outro, a despolitização da produção e a distribuição da riqueza, da cultura, dos direitos, das possibilidades.

Explicita-se mais uma evidência dos nexos entre educação e trabalho: a lógica da organização do sistema escolar em níveis aos quais corresponde a hierarquia das qualificações acaba funcionando menos como mecanismo de acesso ao sistema de *status* profissional e muito mais como mecanismo de legitimação dos níveis hierárquicos de especialização que se definem a partir do universo do trabalho. O grau de escolaridade formal é, ao mesmo tempo, ingrediente importante do processo, mas tem valorização variável a depender do setor econômico.

Não parece surpreendente a ambigüidade entre a realidade e o discurso sobre a reali-

dade. Enquanto no plano da retórica ocorre uma valorização da educação formal associada a uma supervalorização do conhecimento científico (o que, de fato, é exigido para os cargos elevados da hierarquia), acarretando uma desvalorização do conhecimento prático, no cotidiano, no plano real, é exatamente esse conhecimento prático, construído com base na experiência, na prática de trabalho, que se valoriza.

Por mais de trinta anos a concepção de qualificação sustentou-se apoiada na engrenagem do modelo taylorista-fordista de organização da produção e do trabalho. Somente entre os anos de 1970 e 1980 essa referência passa a ser contestada diante da emergência de outras formas de organização do trabalho e da difusão de sistemas de produção pautados na integração e na flexibilidade.

Qualificação versus Competência

As transformações técnicas e organizacionais associadas aos padrões de competitividade, pautados no processo de globalização da economia, intensificado ao longo das últimas décadas do século passado, vão, simultaneamente, produzir reflexos sobre as noções de qualificação dominantes, bem como a difusão da noção de competência como parâmetro para a formação profissional.

Em lugar da produção em massa padronizada emerge a produção diferenciada, em que a combinação entre custo, qualidade e agilidade na introdução de inovações técnicas e organizacionais é um fator central aos parâmetros de competitividade do cenário econômico mundial (Antunes, 1995, 1999; Forrester, 1997; Ianni, 1992, 1995; Harvey, 1992).

Nesse contexto, a qualidade do produto aparece como diferencial efetivo, a qualificação profissional ressurgue como fator impor-

tante de competitividade entre economias, instituições e indivíduos. Ocorre, segundo Frigotto (1995), uma reedição da teoria do capital humano, levando alguns países a investirem significativamente na qualificação, requalificação, reconversão de sua força de trabalho e a editarem mirabolantes planos e programas destinados a capacitar os indivíduos para lidar com os renovados parâmetros tecnológicos e/ou para que se tornem capazes de desenvolver, por conta própria, estratégias de sobrevivência.

Uma vez que a internacionalização da economia e a difusão de “novas” modalidades de trabalho não garantiram a ampliação dos postos de trabalho nem a mobilidade dos trabalhadores no mercado formal, nota-se uma oscilação entre desemprego e emprego precário. Portanto, essa nova lógica reduz o número daqueles que teriam disponíveis as condições ideais para negociar seu conhecimento de forma autônoma e para delinear uma carreira.

Em contrapartida, as qualificações exigidas pelo modelo de organização renovado, flexível e integrado deslocam-se das atividades ditas concretas em direção às atividades simbólicas e que exigem grau elevado de abstração. Essa reconfiguração acaba por originar uma quase instantânea “desqualificação” de parte considerável da força de trabalho que não encontra possibilidade de reinserção em outros segmentos da economia. Resultado: estabelece-se um consenso quanto à necessidade de um “surto” de ações direcionadas à reconversão e à qualificação profissional como se todos os problemas relacionados ao mercado de trabalho como desemprego, terceirização, precarização das contratações pudessem ser assim solucionados. É uma questão polêmica sobre a qual não nos deteremos aqui.

De fato, grande parte dos estudiosos do tema aponta para a emergência de um novo modelo de qualificação profissional que

rompa com o paradigma anterior no que se refere à especialização e ao comportamento requerido. Em lugar da fragmentação e do silêncio se vislumbraria a comunicação e a interatividade. O *savoir-faire* dos trabalhadores e a subjetividade do sujeito ganham destaque.

No novo modelo produtivo, fortemente inspirado no modelo empresarial japonês, a organização do trabalho estaria baseada no espírito cooperativo de equipe e na ausência de demarcação de tarefas definidas a partir do posto de trabalho, implicando um funcionamento fundado na polivalência e na rotação de tarefas. Assim, as qualificações exigidas estariam baseadas em alguns atributos individuais, tais como capacidade de raciocínio, iniciativa, dinamismo, criatividade, responsabilidade, interatividade etc.

Observa-se, desde então, que mesmo em setores com fraca tradição em inovações tecnológicas e organizacionais ocorre a elevação do patamar de qualificação dos trabalhadores em virtude do inter-relacionamento direto (ou indireto) entre cadeias produtivas que acabam por irradiar reconfigurações para o mercado interno.

Os setores modernos da economia, conectados mais dinamicamente às inovações, tendem a manter um núcleo de trabalhadores qualificados (que gozam do estatuto de formalidade), aos quais são asseguradas oportunidades e condições de qualificação continuada, proteção e assistência social. Aprofundam-se os dispositivos de seletividade que deixam à margem trabalhadores menos privilegiados na divisão social do trabalho, na medida em que a orientação das empresas e do mercado de trabalho tende a beneficiar determinados setores/trabalhadores tidos como estratégicos (Desaulniers, 1998).

Para Deluiz (1994), o que ocorre é um processo de exclusão do conhecimento num cenário em que a capacidade do sujeito em

mobilizar sua experiência profissional e socio-cultural para agregar conhecimento à organização ocupa lugar central no mundo do trabalho. O aumento da qualificação profissional passa a atuar mais como parâmetro de seleção para o emprego do que como elemento de maior qualificação do posto de trabalho.

Segundo Stroobants (1993), a certificação (o diploma) vai deixando de ser elemento de excelência no mundo do trabalho, passando à condição de suplemento à medida que cresce o número de diplomados. As empresas e as organizações em geral passam a demandar qualificações que adicionem valor ao diploma e que possam ser aplicadas nas situações de trabalho. Exige-se que o indivíduo esteja apto a mobilizar suas qualificações para gerar conhecimento dentro da empresa e exatamente essa capacidade vai se constituindo no indicador de sua competência e eficiência.

Uma vez que a valorização da polivalência e da flexibilização funcional favorece uma dissociação entre posto de trabalho e tarefa, a descrição dos cargos aparece mais calcada nas qualificações tácitas do que nos conhecimentos advindos da qualificação profissional e rompe-se a relação entre qualificação profissional e salário (Ropé e Tanguy, 1997).

Ainda para Stroobants (1997), a valorização do conhecimento tácito dos trabalhadores indicaria a busca de capacidades humanas complementares à máquina, apesar dos avanços tecnológicos já assegurados.

A sofisticação da base tecnológica também é identificada por Coriat (1979) como propulsor de uma alteração da qualificação. A automação articula tarefas e rotinas permitindo a redução do trabalho direto (repetitivo com manuseio direto de ferramentas) e a intensificação do trabalho indireto (maior responsabilidade com a qualidade e a gestão do processo de trabalho). Essa alteração explicaria a exigência por trabalhadores com maior qualificação profissional e envolvimento pessoal.

O aumento do trabalho abstrato, segundo Coriat (1979), não é diretamente proporcional à complexificação do trabalho, o que daria origem a dois grupos distintos de trabalhadores no que se refere à qualificação profissional. Um grupo vinculado ao desenvolvimento de tarefas mais complexas, abstratas, sem que isso implique necessariamente um enriquecimento no conteúdo do trabalho ou uma maior autonomia para sua realização, estando subordinado ao que Coriat chama de “tempo informático de essência taylorista”. Outro grupo, composto por trabalhadores mais qualificados, vinculados a funções que exigem maior abstração e complexidade dos conteúdos, para o qual se estabelecem estratégias de incentivo, motivação e treinamento.

Num padrão produtivo que valoriza os atributos individuais, reforçando a tese da requalificação dos trabalhadores, emerge o modelo das competências que se mostraria mais apropriado. Segundo Hirata (1996), a origem do termo competência encontra-se em estudos econômicos sobre desemprego e trabalhadores regulares, sendo assimilado, posteriormente, pelas empresas de acordo com suas políticas de recrutamento, seleção e treinamento e, principalmente, de organização do processo de trabalho.

Ainda conforme as análises de Hirata (1997), competência e empregabilidade são termos que, em casos específicos como o francês, podem ser usados como sinônimos, já que se direcionam ao indivíduo. Contudo, numa abordagem mais crítica a empregabilidade estaria estreitamente vinculada à responsabilização do indivíduo pela situação de desemprego, posto que este teria efetuado escolhas equivocadas/inadequadas no terreno de sua capacitação, competindo somente a ele os prejuízos de sua exclusão do mundo do trabalho e, por extensão, da vida social.

Ao mesmo tempo em que a qualificação se refere ao posto de trabalho e às tarefas, a

competência se refere à multifuncionalidade e à subjetividade. A remuneração diz respeito não ao cargo, mas ao desempenho do indivíduo. A lógica da competência permite romper com a noção de posto de trabalho e com a remuneração correspondente, estabelecendo um agudo componente de individualização direcionado às gratificações, ao alcance de metas ou à resolução de problemas que interessem aos objetivos da organização.

Competência e Empregabilidade: aprofundando o debate

É importante observar que a difusão do modelo das competências não provoca seus desdobramentos exclusivamente no campo da produção, mas se ramifica socialmente. Para ficarmos no campo da educação, poderíamos assinalar alguns elementos que vêm se tornando mais evidentes: a exigência por um padrão educacional que valorize o aprendizado autônomo e a mobilização do conhecimento individual, em consonância com a dinâmica da competitividade; a evidência de que os estudos sobre cognição são insuficientes para permitir que o indivíduo se desloque autonomamente entre campos de conhecimento; a tendência à desvalorização da certificação escolar diante da valorização dos conhecimentos tácitos (Dugué, 1998; Ropé e Tanguy, 1997; Stroobants, 1997).

A valorização do saber do trabalhador e de sua ação no local de trabalho é considerada por alguns estudiosos um ganho. Entretanto, é oportuno destacar que a avaliação da atuação do trabalhador passa a se apoiar nas situações específicas e pontuais, tomando como referência elementos dificilmente codificados e hierarquizados: motivação, iniciativa, disponibilidade etc.

Dubar (1996) chama atenção para a questão das identidades coletivas/identidades pro-

fissionais. À medida que se rompe o sistema de classificação salarial por qualificação profissional com a aparente superação do padrão escolar e a individualização salarial, questiona-se a afirmação de uma identidade coletiva nos moldes do paradigma anterior. Isso não significa eliminar a possibilidade de novas articulações identitárias que se apropriem dos componentes privilegiados pelo modelo em curso, tais como a comunicação e a integração funcional.

É importante assinalar que o caráter polissêmico do termo competência acaba por favorecer uma homogeneização das situações, mesmo quando o termo refere-se a realidades distintas. Assim é que Isambert-Jamati (1997) considera que a noção de competência se constrói de forma desvinculada da formação profissional, remetendo ao sujeito e à sua capacidade de cumprir tarefas, deixando, assim, de ser atributo exclusivo daqueles que ocupam posição de direção.

Conforme Desaulniers (1998), competência pode ser definida como a capacidade para resolver um problema em certa situação, só podendo ser mensurada, basicamente, a partir dos resultados alcançados.

Segundo Stroobants (1997), ação, velocidade, movimento e realização são os elementos que sustentam a noção de competência. Esse tipo de abordagem implica a articulação de, pelo menos, duas dimensões complementares: a valorização da experiência profissional resultante da vivência pessoal no trabalho e a valorização das atitudes comportamentais em contraposição aos saberes obtidos na escola. A avaliação da competência, então, se explicita em situações específicas, estando a progressão do indivíduo vinculada não ao cargo/posto, mas sim à avaliação e à recompensa de sua *performance* individual.

Por outro lado, Tanguy (1997) salienta que na medida em que se trata de uma lógica baseada nas capacidades dos indivíduos em mobilizar seus conhecimentos no ato do tra-

balho, incluindo, necessariamente, disposições particulares, fica evidenciado o caráter desigual dessa concepção. Trata-se da impossibilidade de objetivação de critérios e de estratégias de julgamento por um sistema de regras aplicáveis a todos para avaliar: autonomia, iniciativa, criatividade e comunicação sem resvalar na subjetividade. Evidencia-se, portanto, na perspectiva analítica de Tanguy (1997) um aspecto importante que se refere ao caráter desigual embutido na “lógica das competências”. Procura-se definir um comportamento homogêneo para o que é subjetivo em cada situação de trabalho, desconsiderando as diferenças nas trajetórias formativas dos indivíduos. Procura-se, independentemente do método utilizado, tornar socialmente admissível as diferenças salariais à medida que estas aparecem como resultado de “propriedades e de ações individuais”, uma vez que a avaliação é apresentada como resultado de uma auto-avaliação.

Observando outros aspectos, Dugué (1998) ressalta que em lugar dos conteúdos das atividades e do conhecimento formal requerido para sua execução, a questão da mobilidade no emprego aparece como elemento mais diretamente relacionado às práticas da competência. Seriam, segundo suas análises, as exigências por mobilidade funcional que levariam à valorização de saberes não-profissionais, como criatividade, sociabilidade etc., deslocando o foco da qualificação profissional para o que chama de “comportamentos úteis à empresa”. A valorização da ação do trabalhador representaria o “avanço” trazido pelo modelo da competência. Entretanto, atuações específicas e limitadas no ambiente de trabalho não podem ser consideradas contextos favoráveis à sedimentação de saberes, particularmente quando se referem a trabalhadores menos qualificados, que encontram mais dificuldades em manter comportamentos considerados competentes.

Nessa dinâmica, enquanto os trabalhadores lutam para permanecer competitivos mediante o investimento individual e contínuo em qualificação, as empresas tendem a definir suas contratações a partir de perfis profissionais cada vez mais abstratos, desvinculados de uma qualificação profissional específica. Estabelece-se assim uma “tensão”: de um lado, o setor produtivo demanda profissionais habilitados a atuar em conformidade com o novo padrão de organização da produção; de outro, em seus sistemas de recrutamento e seleção, privilegia saberes relacionados à história de vida dos indivíduos e à sua capacidade de transferi-los para a empresa. Em contrapartida, o interesse das empresas em multiplicar as ações voltadas a incrementar a participação não viabiliza a transferência de saberes concretos aos trabalhadores de modo a possibilitar a reconstrução do conhecimento profissional.

Numa outra perspectiva, Dubar (1996) considera que um novo padrão de identidade, reconhecimento e valorização do trabalho é constituído a partir do modelo das competências, tanto no que se refere à identidade funcional e salarial, como no que se refere à qualificação profissional numa direção profundamente personalizada.

Entretanto, quando mobilidade, flexibilidade, inovação e adaptabilidade são tomados como capacidades individuais, a lógica das competências desconsidera que não contamos com a sistematização e a difusão de modelos pedagógicos que permitam ao trabalhador desenvolver essa versatilidade no trânsito entre áreas de conhecimento correlatas, potencializando sua capacidade de mobilizar diferentes saberes em diferentes situações de trabalho. Além disso, despreza-se o fato de que o trânsito entre diferentes campos de conhecimento não está exclusivamente definido pelo empenho individual, mas também por um investimento organizado em qualificação e reconversão profissional.

É exatamente em função da complexidade desse cenário, em que o econômico e o social aparecem num confronto potencializado pela profunda escassez de postos de trabalho, que as experiências e as estratégias de alguns países europeus merecem nosso olhar, ainda que breve, sem desconsiderar suas especificidades histórico-culturais.

Qualificação e Mercado de Trabalho: Experiências Européias

De um modo ou de outro, o setor produtivo tem, reiteradamente, demandado um modelo de educação que atenda à nova configuração do mundo do trabalho. Nessa busca por um modelo que possa ser considerado “adequado”, as experiências alemã, francesa e japonesa têm sido apontadas como bem-sucedidas em que pese suas especificidades.

O modelo educacional alemão e o modelo de qualificação japonês têm sido considerados referenciais exitosos quando se trata da conformação de um modelo de educação em sintonia com as exigências do mercado de trabalho. Ainda que essas experiências estejam fortemente calcadas em bases socioculturais específicas que se articulam a um projeto de sociabilidade negociada, envolvendo o setor privado, a sociedade e o Estado, a capacidade desses países em formar trabalhadores que atendam ao setor produtivo associado ao favorável desempenho econômico funciona como atrativos (Georg, 1994).

Segundo as análises de Georg (1994), Market (1994) e Lojkine (1995),² o ponto determinante para a classificação profissional e a remuneração dos trabalhadores alemães está no reconhecimento da competência (certificação) que decorre da credibilidade dos certificados e dos diplomas emitidos pelo sistema educacional alemão. Esse sistema estrutura-se de forma dual: organiza-se e é finan-

ciado pelo Estado e pelo setor privado. Os saberes práticos são desenvolvidos no espaço da empresa, ao passo que os saberes teóricos ficam a cargo das escolas. Ao mesmo tempo em que essa dinâmica acaba por assegurar ao empresariado uma forte influência sobre o sistema de formação profissional, garante ao trabalhador uma formação de qualidade, posto que o modelo se baseia na qualificação do trabalhador e não da empresa, o que lhe garante certa mobilidade.

No caso do Japão, não é o sistema educacional a base da qualificação e sim a empresa. Entretanto, em lugar de desvalorizar o sistema escolar, o modelo japonês organiza-se a partir de uma hierarquização fundada no desempenho escolar, elemento definidor da contratação por uma grande empresa, como a Toyota, a Nyssan, entre outras. A profissionalização e a qualificação do trabalhador ocorrem no âmbito da empresa, a partir dos interesses e das estratégias da organização, sem que seja oferecida qualquer certificação capaz de atestar seus conhecimentos. Assim, a perspectiva de êxito na vida profissional associada à inserção em empresas que possibilitem o desenvolvimento profissional contínuo aparece com forte determinação do sucesso na carreira escolar. Por outro lado, o Estado japonês tem influência restrita na formação profissional, limitando-se a uma ingerência pontual relacionada à integração de jovens e idosos desempregados no mercado de trabalho e ao apoio às pequenas empresas.

Ainda que os dois modelos respondam positivamente às demandas da produção, os índices crescentes de desemprego têm funcionado como fatores de questionamento sobre a capacidade de o modelo alemão atender as demandas por mão-de-obra flexível e as possibilidades de o sistema japonês manter a cultura do emprego permanente, embora este atinja unicamente um terço da população economicamente ativa.

Mesmo que os questionamentos existam e até se intensifiquem em determinadas conjunturas, não se deve desconsiderar o fato de que os dois modelos contemplam aspectos que atendem às exigências do padrão produtivo, tais como equipes de trabalho, mobilidade, flexibilidade funcional, qualificação na empresa etc.

As especificidades dos dois modelos restringem as possibilidades de transposição, mas não se pode desconsiderar sua ressonância. No campo produtivo, por exemplo, pode ocorrer uma reconfiguração da cultura organizacional mesmo que não exista um compromisso com o projeto social e educacional da sociedade, sem que isso signifique desconsiderar totalmente os ganhos em qualificação (requalificação, aperfeiçoamento) mesmo que se apresentem limitados. Em contrapartida, pode-se observar, com reservas, a existência de certa convergência entre empresários e trabalhadores no que se refere à demanda por uma educação/formação mais teórica em que pese os diferentes significados disso para esses atores sociais. Contudo, de um modo ou de outro, essa "convergência" acaba se refletindo na multiplicação de programas, projetos e campanhas que visem à qualificação/requalificação profissional e a alterações no sistema educacional.

As exigências do modelo econômico contemporâneo têm levado vários países a reformularem seu sistema educacional, como é o caso da França e da Inglaterra. De modo geral, as reformulações visam a aproximar o sistema escolar do sistema produtivo, ampliar o nível de escolaridade da população e multiplicar a oferta de educação continuada (Rapkiewicz, 1995).

No caso inglês, em que a educação desfruta do estatuto de recurso estratégico para competitividade e desenvolvimento econômico, parte significativa do sistema é financiada pelo Estado que se responsabiliza pela educa-

ção obrigatória, pelo incentivo à permanência em tempo integral dos estudantes no ensino complementar, além de significativos subsídios para a educação superior (controlada pelo setor privado). O incentivo à educação continuada em todos os níveis de certificação também é objeto dos investimentos governamentais (Souza, 1996). No modelo inglês não é apenas a formação profissional formal ou a experiência profissional que viabilizam o acesso à certificação. Além disso, a capacidade de o indivíduo comprovar sua competência na ação do trabalho é reconhecida, valorizando espaços formativos alternativos que estimulem o aprendizado autônomo.

Na França, nota-se que as adequações no sistema educacional, inclusive no ensino superior, já vêm sendo feitas desde meados dos anos de 1970, visando a ajustamentos em relação ao sistema produtivo. Nesse caso a educação formal tem um papel importante. É o desempenho escolar ao longo dos dez anos do ensino obrigatório que definirá as possibilidades de ingresso no ensino superior. No decorrer do período escolar, o estudante é submetido a várias avaliações que permitem, simultaneamente, assegurar certo grau de uniformidade e qualidade do ensino e avaliar os conhecimentos do aluno. A lógica do modelo francês acaba por favorecer uma visão geral de que o ensino profissional está associado ao fracasso escolar, uma vez que acaba por aparecer como o "refúgio" para aqueles estudantes que não obtiveram desempenho escolar satisfatório (Rapkiewicz, 1995). Tentando alterar esse tipo de percepção sobre o ensino profissional, o governo francês tem desenvolvido diferentes ações que visam a revalorizar a profissionalização, seja como alternativa para inserção de jovens no mercado de trabalho, como forma de elevar a qualificação em geral, seja ainda como uma via para requalificação de empregados e desempregados (Tanguy, 1991).

Em que pese as especificidades desses dois países, o conjunto das reformas empreendidas reitera o papel importante de uma sólida educação geral, seja como requisito central à capacidade dos indivíduos em enfrentar a flexibilidade e a mobilidade no mundo do trabalho, seja como pré-requisito à educação continuada e à capacidade de aperfeiçoar processos de aprendizagem autônoma.

Particularmente, no que se refere à educação continuada, a França, por meio de sua legislação trabalhista, garante ao trabalhador a possibilidade de formação profissional sem interrupção dos vínculos empregatícios mediante uma licença específica. Paralelamente, o Estado francês também se faz presente em programas de requalificação profissional de jovens e desempregados por meio de uma articulação com o setor privado, mediante subsídios e isenções tributárias (Dubar, 1990).

Comentários Finais

A pluralidade das questões relativas às transformações no mundo do trabalho aponta para a continuidade do debate e o aprofundamento de seus impactos concretos sobre os que vivem do trabalho. Não se trata de diletantismo acadêmico a preocupação em torno das questões relativas à qualificação e à competência numa contemporaneidade em que o léxico exhibe sua força.

O que se mostra no mínimo curioso, ao nos aproximarmos desse campo de investigação, é que a exigência por trabalhadores tacitamente mais qualificados como fator determinante para sua inserção e permanência no mercado de trabalho ocorre justamente num momento em que o compromisso capital/trabalho, centrado no vínculo formal do emprego, se dilui.

Por essa ótica, torna-se possível assinalar que a qualificação e a carreira profissional não

podem mais ser analisadas como trajetórias lineares. De fato, o modelo da competência subverte a lógica da qualificação estritamente profissional como elemento definidor de postos de trabalho e salários. A dimensão individual avança sobre o coletivo e a eficiência e produtividade do indivíduo se define a partir de sua identificação com os objetivos das organizações. De um lado, a noção de qualificação enquanto parâmetro para definição de cargo e remuneração em que o trabalho/trabalhador ocupa o centro das negociações; de outro lado, o território da competência onde os objetivos e metas da empresa são protagonistas e definidores das capacidades individuais.

É importante também assinalar que ao lado do que pode parecer uma desvalorização da qualificação profissional formal como passaporte para o mundo do trabalho, o papel do sistema educacional na qualidade de formador de mão-de-obra emerge reconfigurado como instância responsável por estimular e desenvolver qualificações tácitas e as características comportamentais adequadas ao novo modelo de produção.

Mas, como seguimos acreditando na capacidade das supostas minorias subverterem e se apropriarem da lógica dominante, é possível pensar que o aumento da qualificação média dos trabalhadores crie terreno fértil a uma reflexão crítica ao padrão de sociabilidade de nossos dias e ao modelo econômico, possibilitando novas alternativas, já que toda a valorização atribuída ao conhecimento pelo setor produtivo preserva a subordinação de uma estrutura verticalizada. Portanto, falar em qualificação, competência, empregabilidade, autonomia, flexibilidade e criatividade comporta significados profundamente diversos para os sujeitos envolvidos, muito distante de parecerem sinônimos ou de expressarem uma comunhão de interesses incompatível à lógica do confronto capital/trabalho.

Notas

1. Em 1973 Keneth Arrow, prêmio Nobel de Economia, tal como T. Schultz, contestou a existência de ligações positivas entre educação e salários. Em sua Teoria do Filtro demonstrou que a educação atuaria, principalmente, como um processo de seleção dos indivíduos, reforçando a estratificação social. Sob outros aspectos, essa posição aparece também nos trabalhos de Bourdieu e de Passeron (1966 e 1970).
2. Particularmente Lojkin atribui o sucesso destes modelos (alemão e japonês) a uma cultura patronal que privilegia a “cooperação entre novos saberes tecnológicos e antigos saberes da experiência” (1995, p. 294).

Bibliografia

- ANTUNES, R. (1995), *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez/Unicamp.
- _____. (1999), *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo.
- BOURDIEU, P. & PASSERON, J. C. (1966). *Les héritiers*. Paris, Minuit.
- _____. (1970), *La reproduction*. Paris, Minuit.
- CORIAT, Benjamin. (1979), *L'atelier et le robot*. Paris, Christian Bourgois.
- DELUIZ, Neise. (1994), “Formação do trabalhador em contexto de mudança tecnológica”. *Boletim Técnico do Senac*, 20 (1), jan./abr., Rio de Janeiro.
- DESAULNIERS, Julieta Beatriz Ramos. (1998), *Formação & trabalho & competência: questões atuais*. Porto Alegre, EDIPUCRS.
- DUBAR, C. (1990). *La formation professionnelle continue*. Paris, La Découverte (col. Repères).
- _____. (1996), “La sociologie du travail face à la qualification et à la competence”. *Sociologie du Travail*, 2: 179-191.
- DUGUÉ, Elisabeth. (1998), “A gestão das competências: os saberes desvalorizados, o poder ocultado”, in J. B. R. Desaulniers (org.), *Formação & trabalho & competência: questões atuais*, Porto Alegre, EDIPUCRS.
- ENGUITA, Mariano E. (1991), “Tecnologia e sociedade: a ideologia da racionalidade técnica, a organização do trabalho e a educação”, in M. F. Enguita, *Trabalho, educação e prática social*, Porto Alegre, Artes Médicas.
- FORRESTER, V. (1997), *O horror econômico*. São Paulo, Editora da Unesp.
- FRIGOTTO, G. (1995), *Educação e crise do capitalismo real*. São Paulo, Cortez.

- GEORG, Walter. (1994), *Formação profissional: teses a partir das experiências alemã e japonesa*. São Paulo, Ildesfes.
- HARBINSON, Frederick H. (1947), "Mão-de-obra e desenvolvimento econômico: problemas e estratégia", in L. Pereira (org.), *Desenvolvimento, trabalho e educação*. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar.
- HARVEY, D. (1992), *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola.
- HIRATA, Helena. (1996), "Da polarização das qualificações ao modelo da competência", in C. J. Ferretti et al., *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*, Petrópolis, Vozes.
- _____. (1997), "Os mundos do trabalho: convergência e diversidade num contexto de mudança dos paradigmas produtivos", in A. Casali et al., *Educação e empregabilidade: novos caminhos da aprendizagem*, São Paulo, Educ.
- IANNI, O. (1992), *A sociedade global*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____. (1995), "Globalização: novo paradigma das ciências sociais", in Sergio Adorno (org.), *A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade*, Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- ISAMBERT-JAMATI, Viviane. (1997), "O apelo à noção de competência na revista: 'L'orientation scolaire et professionnelle' da sua criação aos dias de hoje", in Françoise Ropé e Lucie Tanguy, *Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa*, Campinas, Papirus.
- KUENZER, A. (1985), *Pedagogia da fábrica*. São Paulo, Cortez.
- LOJKINE, Jean. (1995), *A revolução informacional*. São Paulo, Cortez.
- LOPE, Andreu & MARTIN ARTILES, A. (1998), "Las relaciones entre formacion y empleo: ¿que formacion, para que empleo?", in J. B. R. Desaulniers (org.), *Formação & trabalho & competência: questões atuais*, Porto Alegre, EDIPUCRS.
- MANFREDI, S. M. (1999), "As metamorfoses da qualificação: três décadas de um conceito". Trabalho apresentado no Encontro Anual da Anpocs, Caxambu.
- MARKET, Werner (org.). (1994), *Teorias de educação do iluminismo, conceitos de trabalho e do sujeito*. Rio de Janeiro, Biblioteca Tempo Brasileiro.
- RAPKIEWICZ, Clevi Elena. (1995), *Sistema de educação geral e de formação profissional comparados: o caso da França*. Rio de Janeiro, Senai-DN/Ciet.
- ROPÉ, Françoise & TANGUY, Lucie. (1997), *Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa*. Campinas, Papirus.
- SCHULTZ, T. (1973a), *O capital humano*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (1973b), *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro, Zahar.
- SOUZA, D. B. de. (1996), *Aspectos gerais do sistema inglês de qualificações profissionais nacionais*. Rio de Janeiro, Senai-DN.

- STROOBANTS, Marcelle. (1993), *Savoir-faire et competences au travail: une sociologie de la fabrication des aptitudes*. Bruxelles, Institut de Sociologie, Université de Bruxelles.
- _____. (1997), "A visibilidade das competências", in F. Ropé e L. Tanguy (orgs.), *Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa*, Campinas, Papirus.
- TANGUY, L. (1991), *L'enseignement professionnel em France: des ouvriers aux technicien*. Paris, PUF.
- _____. (1997), "Competências e integração social na empresa", in. F. Ropé e L. Tanguy (orgs.), *Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa*, Campinas, Papirus.

- Artigo recebido em Out/2005
- Aprovado em Jun/2006

Resumo

"A cigarra e a formiga": Qualificação e Competência – Um Balanço Crítico

O objetivo central deste texto é apresentar uma revisão crítica da literatura que trata dos conceitos de qualificação e competência a partir do debate nacional e internacional, buscando evidenciar os diferentes referenciais em torno dos quais se têm constituído os distintos conteúdos para esses conceitos. A autora apresenta, dessa forma, a polissemia que perpassa o debate, salientando a impossibilidade de considerar os conceitos em questão sinônimos e politicamente neutros.

Palavras-chave: Qualificação; Competência; Empregabilidade; Sociologia do trabalho.

Abstract

"The Cicada and the Ant": Qualification and Competence – A Critical Balance

The aim of the text is to present a critical review on the literature which deals with the concepts of qualification and competence. Starting from the Brazilian and French discussions, this article emphasizes different approaches in which distinct contents have been constituted in relation to such concepts. Thus, this essay evidences the polysemy which emerges from the discussions, highlighting the impossibility of regarding the concepts as politically neutral synonyms.

Keywords: Qualification; Competence; Employability; Work sociology.

Résumé

“La cigale et la fourmi” : Qualification et Compétence – Un Bilan Critique

L'objectif principal du texte est de présenter une révision critique de la littérature brésilienne et française qui traite des concepts de qualification et de compétence, mettant en évidence les références à partir desquelles les différentes acceptions de ces deux concepts ont été construites. En démontrant la polysémie qui traverse les débats, l'article met en avant l'impossibilité de considérer les concepts en question comme des synonymes politiquement neutres.

Mots-clés: Qualification; Compétence ; Employabilité ; Sociologie du travail.

Modelos Espaciais na Teoria de Coalizações Internacionais: Perspectivas e Críticas

Amâncio Jorge Oliveira
Janina Onuki
Manoel Galdino Pereira Neto

Introdução

Em praticamente todos os campos das relações internacionais o processo de formação de coalizões interestatais tem adquirido relevância crescente. Em que pese a heterogeneidade quanto à natureza e aos objetivos, os esquemas de ação coletiva internacional ganharam centralidade no âmbito da segurança internacional, do comércio e dos esforços de constituição de regimes internacionais sobre novos temas da agenda, tais como regimes de meio ambiente e direitos humanos, a ponto de ser válido afirmar que a ação individual dos países está mais para exceção do que regra em matéria de dinâmica internacional.

Cada qual ao seu modo, as distintas matrizes analíticas das relações internacionais procuram teorizar sobre as bases da formação das coalizões entre os Estados nacionais. Nos grandes centros estrangeiros, particularmente nos Estados Unidos, os modelos explicativos formais, no campo da escolha racional, têm conquistado espaço nesse esforço de teorização.

Segundo Milner (2004), a formalização significa uma transformação explícita do problema de tomada de decisão dos atores em um esquema analítico matemático-dedutivo. Modelos formais utilizam como fundamento da análise a função utilidade dos atores, os *payoffs* do jogo, as opções disponíveis aos ato-

res a cada estágio da interação e suas informações e crenças. Ainda segundo essa autora, esses modelos geralmente são apresentados em linguagem matemática ou lógica, de modo que as deduções possam ser facilmente reproduzíveis.

Sprinz e Wolinsky-Nahamias (2004) mostraram que a proporção de trabalhos utilizando métodos quantitativos e/ou formais, publicados na revistas especializadas com maior fator de impacto na área internacional, cresceram de 26%, na década de 1970, para 43%, no final da década de 1990. A ausência de *surveys* dessa natureza no Brasil não permite comparações adequadas. Uma avaliação do perfil da produção nacional indica a quase inexistência de trabalhos no Brasil intensivos em formalização.

Aqui, os esforços analíticos sobre esse tema substantivo concentram-se no campo do construtivismo, da teoria crítica ou no marco do institucionalismo normativo. Há trabalhos também no campo realista e neo-realista da teoria de alianças internacionais, cuja ênfase recai sobre o papel das assimetrias de poder como elemento-chave explicativo da ação coletiva, a exemplo da Teoria da Estabilidade Hegemônica. Raramente,¹ contudo, e em forte contraste com o que ocorre no campo da ciência política brasileira (a exemplo de estudos sobre coalizões partidárias no Legislativo), esquemas analíticos derivados da escolha racional mais formaliza-

dos são mobilizados pela literatura brasileira como instrumentos explicativos do fenômeno de formação de coalizões internacionais.

Em face desse diagnóstico, este artigo objetiva apresentar um breve balanço sobre a evolução da utilização, pela literatura internacional, de modelos oriundos da escolha racional na teoria de coalizões. A seção inicial apresenta, em sua primeira parte, os aportes da literatura da ação coletiva e seus desdobramentos recentes para, em seguida, analisar os principais pressupostos e a aplicabilidade dos modelos espaciais formais aos estudos de coalizões internacionais, atribuindo ênfase especial ao segundo tema. Tradicionalmente utilizados na ciência política, em particular no campo dos estudos sobre a relação entre o Executivo e Legislativo, os modelos espaciais passaram a ser adotados também no campo das relações internacionais. A segunda parte apresenta críticas e abordagens alternativas à teoria da escolha racional.

A Escolha Racional na Teoria de Coalizões Internacionais

Teoria da ação coletiva: aportes à teoria de coalizões

A recorrência da constituição de coalizões e a centralidade dessas nos mais relevantes processos políticos concorreram para a emergência de uma “teoria das coalizões”. Originalmente, a teoria das coalizões foi fundamentada e aplicada aos estudos sobre formação de governos em sistemas parlamentares para, em seguida, voltar-se aos estudos dos outros processos, inclusive no âmbito das relações e das negociações internacionais.² Embora em seu curso evolutivo os estudos sobre coalizões tenham variado substancialmente em termos de níveis de análises,³ é

pertinente agrupá-los em i) estudos sobre o processo de formação de coalizões (*theory of coalition formation*), empenhados em compreender como e quais os tipos de coalizões são formadas e ii) estudos sobre o comportamento das coalizões, destinados a analisá-las sob a ótica da atuação dos atores participantes e, como decorrência, da estabilidade coalicional⁴ ao longo do tempo em função dos riscos de deserção dos atores; do tipo de estratégias desenvolvidas (demandantes, de veto, mistas etc); do padrão de atuação (conservadora *versus* revolucionária), da eficácia de suas ações e da distribuição dos recursos (*payoffs*).

The theory of political coalitions, escrito por William Riker em 1962, foi o trabalho de referência sobre o campo de estudos da formação de coalizões. Riker desenvolve, neste trabalho, o princípio do tamanho das coalizões (*size principle*), para o qual “em jogos de soma-zero de n-pessoas – em que concessões laterais são permitidas, os atores são racionais e as informações, perfeitas – apenas coalizões vencedoras mínimas são passíveis de ocorrer”. Invertendo-se a formulação, quando a saída de um único membro da coalizão inviabiliza a capacidade de vitória desta, tem-se a *minimum winning coalition*, cuja *rationale* deriva do fato de que os participantes tendem a evitar maior dispersão na divisão dos benefícios derivados do processo de barganha (Riker, 2003).

O trabalho de Riker acabou por abrir uma fértil agenda de pesquisa sobre formação de coalizões no campo da escolha racional, sob a influência da economia, a exemplo dos inúmeros estudos que o tomam como ponto de partida, seja no domínio da ciência política seja no campo das relações internacionais.

Outro trabalho seminal para os estudos nesse campo, também no âmbito da escolha racional e com influência da economia, foi o de Mancur Olson, *A lógica da ação coletiva*,

publicado em 1965, poucos anos depois do de Riker. Não há, nesta obra de Olson, uma preocupação de compreender o fenômeno da ação coletiva num campo específico, doméstico ou internacional, mas sim o de aportar para uma teoria geral sobre a formação de grupos políticos e a ação coletiva.

Olson rechaça a idéia de autores oriunda da filosofia política, a exemplo de Arthur Bentley, de que existiria uma “tendência natural”, instinto de formar agrupamentos. Ao contrário, a *rationale* da ação coletiva funda-se num cálculo utilitário de custo/benefício, típico dos agentes racionais do mercado, no qual a propensão dos agentes em cooperar para uma ação coletiva pressupõe a percepção de que haverá um benefício líquido marginal derivado da ação. Nesse contexto, duas dimensões são chaves nas formulações olsonianas sobre ação coletiva e formação de coalizões: o tamanho do grupo e a distinção entre benefícios coletivos⁵ e benefícios privados ou seletivos. Um benefício coletivo, para ser considerado com tal, deve preencher dois requisitos: de *não-excludibilidade* (impossibilidade de exclusão), isto é, nenhum potencial beneficiário pode ser excluído; e “*partilhabilidade*”, que assevera que a utilização de um benefício não diminui a disponibilidade desses benefícios para os outros.

No que tange ao tamanho do grupo, Olson defende haver uma relação inversamente proporcional entre a propensão em cooperar via grupo e o tamanho do mesmo. Ou seja, quanto maior o grupo, menor será a disposição de atores em arcar com custos da ação coletiva, na medida em que quanto maior for o grupo, menor será a relevância das contribuições individuais, assim como menor será o controle e a parcela dos benefícios gerados pela ação coletiva.

Há aqui uma outra distinção importante a ser feita entre benefícios inclusivos ou exclusivos. Os benefícios exclusivos são aque-

les em que a entrada de novo membro é equivalente à incorporação de um novo competidor (isto é, uma nova firma em mercados competitivos). Já os benefícios inclusivos são aqueles em que a entrada de um novo membro representa o ingresso de um novo contribuinte sem afetar a distribuição dos benefícios (isto é, o ingresso de um novo morador para o rateio dos custos condominiais). Há clara proximidade desses conceitos com a idéia de soma-zero e soma positiva utilizados na teoria do jogos. Em outros termos, quanto maior for o grupo, mais sub-ótimo será o provimento de benefícios da ação coletiva. Daí porque Olson preocupa-se fundamentalmente com uma teorização sobre os grupos grandes, em detrimento de uma reflexão mais sistemática sobre os pequenos grupos, cujos dilemas de ação coletiva são menores.

Estabelece-se, na perspectiva de Olson, um ciclo negativo como resultado da ampliação do grupo. Quanto maior o grupo, menor será a possibilidade de controle dos investimentos dos membros, o que facilita o efeito carona. Como consequência, menor será a eficácia de partição dos benefícios e a disposição dos membros em seguir investindo na ação coletiva. Esse ciclo leva Olson a concluir que a ação coletiva em grandes grupos depende do provimento de benefícios seletivos (ou privados)⁶ aos membros dos grupos, sem os quais não haverá motivação para a cooperação coletivista.

O esquema analítico de Olson referenciou a discussão sobre ação coletiva e formação de coalizões internacionais em uma gama de trabalhos substantivos. A presunção de que os Estados fazem cálculo de custo e benefício, assumida nesses trabalhos, deriva da concepção do Estado como ator unitário e racional, com preferências estabelecidas.

Outros autores aprimoraram o modelo de Olson ao incorporar o tema do poder, da liderança e da hegemonia em seus esquemas

analíticos. Russell Hardin, por exemplo, avança na teorização de Olson ao introduzir a idéia de que essa superação pode ser conquistada pela ação de um “empreendedor político” (*political entrepreneurs*), disposto a arcar de forma desproporcional com os custos da ação coletiva em troca de interesses próprios, como projeção e liderança (Hardin, 1982). Qualificação, diga-se, que muito se aproxima da Teoria da Estabilidade Hegemônica (THE) forjada no campo da economia política internacional.

Modelos espaciais nos estudos sobre coalizões internacionais

Os modelos espaciais (*spatial models*), constituídos no âmbito da teoria dos jogos, também de cunho racionalista, foram os responsáveis pelo mais substantivo salto de qualidade nos estudos sobre coalizões em nível de formalização dos estudos e introdução de análises dinâmicas, ou de processos tomando por base interesses substantivos dos atores.

Nesse campo, o trabalho de George Tsebelis, publicado em 1995, é a principal referência. A exemplo de Riker, Tsebelis, mesmo focando a atenção em processos decisórios domésticos, acabou por referenciar as discussões sobre coalizões internacionais. A tese central do autor é de que quanto maior for o número de *veto players* de um sistema político, maior será a estabilidade desse sistema. Ou seja, tanto mais difícil será empreender mudanças de política. Um *veto player* é, segundo Tsebelis, “um ator individual ou coletivo cuja concordância é necessária para que se tome uma decisão política” (1997).

Utilizando-se de modelos espaciais, o autor procura demonstrar, neste trabalho, que a estabilidade de políticas de um sistema político depende de três características relacionadas ao conceito de *veto players*: o nú-

mero (quantidade de *jogadores de veto* no sistema); a congruência, entendida como o grau das similaridades de posições entre esses jogadores de veto; e, por fim, a coesão, similaridade das posições políticas que constituem cada um dos pontos de veto.

As três figuras a seguir, extraídas de Tsebelis (1995) e com representações de “curvas de indiferenças” em contextos institucionais distintos, dão conta das formulações deste autor. Na Figura 1 evidencia-se um arranjo institucional composto por três pontos de veto no qual, tendo em vista a posição do *status quo* (SQ), torna-se impossível a mudança política. A Figura 2 mostra que o deslocamento do ponto ideal do jogador A, da posição A₁ para a posição A₂, não viabiliza a formação de um *win-set*⁷ do *status quo* capaz de promover a mudança política. A mudança ocorrerá caso o jogador A seja substituído pelo jogador D. A Figura 3 mostra, por seu turno, que o deslocamento de posição do jogador B (de B₁ para B₂) promove uma redução do *win-set*, corroborando com a tese de que a divergência de posições amplia a estabilidade política.

Embora tenha sido desenhado especificamente para a problema da formação de coalizões no jogo político doméstico, a aná-

Figura 1
Win-set do *status quo* com três atores em duas dimensões

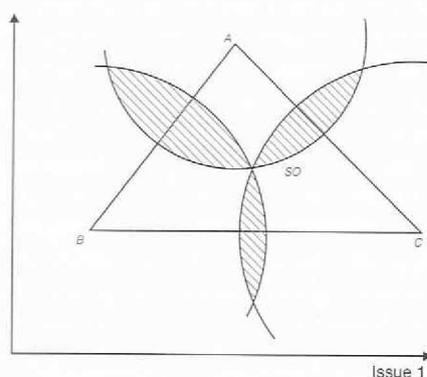
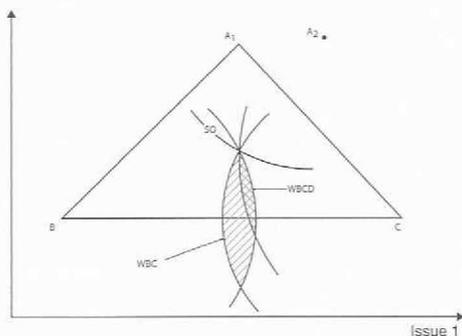
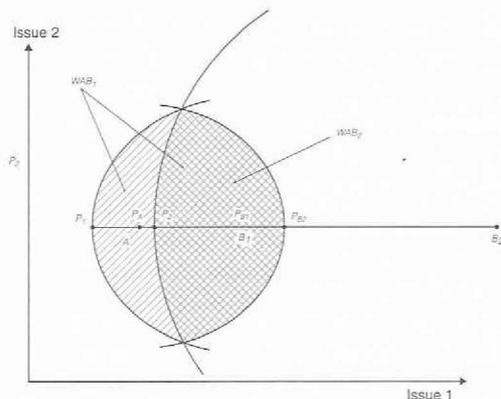


Figura 2
Mudança do *status quo* com três *veto players*



O *status quo* não pode ser modificado mesmo que A_1 mova para A_2 . Se A_2 for substituído por D, então o *status quo* pode ser substituído por qualquer ponto na área WBCD.

Figura 3
Mudança de *status quo* como função da distância entre legisladores individuais



$WAB_2 < WAB_1$ se B_2 estiver entre B_1 e A.

lise espacial de Tsebelis trouxe uma série de contribuições para a compreensão do fenômeno. Os mesmos elementos e pressupostos do modelo espacial de Tsebelis são transplantados para modelar a interação no plano internacional.

O Estado nacional ou país é tomado, nos modelos espaciais, como um ator unitário ou a unidade de análise central. Como decorrência, os países ou Estados teriam preferências⁸ e prioridades sobre temas internacionais. O que equivale a dizer que os Estados têm um “ponto ideal” (equivalente à preferência ou “interesse nacional”), “função utilidade” e “curvas de indiferença”; elementos que permitem análises espaciais em fenômenos internacionais (Mesquita, 2000).

Interesse nacional é tomado como “preferências reveladas”, em analogia ao voto. A analogia ao voto individual, utilizado como unidade de análise pelo individualismo metodológico da ciência política, tem correspondência direta nas relações internacionais, desde que os Estados sejam concebidos como unidades de análise. Para serem adotadas no campo da escolha racional, é necessário que as preferências dos Estados obedeam a dois princípios básicos, quais sejam, o da transitividade e o da possibilidade de comparação. As preferências devem, assim, fazer parte de uma relação hierarquizada, na qual fique clara a ordem das opções, além de possuírem um mesmo parâmetro (Shepsle e Bonchek, 1997). Parte-se ainda do pressuposto de que esse interesse é dinâmico, podendo variar ao longo do tempo e com o resultado do processo de barganha. Esse elemento dinâmico é captado pelo modelo espacial na medida em que, ao longo do tempo e após interações coalicionais, o “ponto ideal” pode deslocar-se no espaço euclidiano.

O pressuposto da unitariedade e da racionalidade do Estado, fundamental à teoria espacial, é, porém, fortemente questionado por outras abordagens de análise de política externa, tais como análise político-burocrática, análise cognitiva e todas as demais abordagens que estressam o papel de atores domésticos no processo de formulação de política externa.

Mesmo no campo da teoria espacial de relações internacionais, há questionamentos sobre a aplicabilidade de representações espaciais em análise de política externa e, conseqüentemente, no processo de formação de coalizões. Simon Hug (1999), por exemplo, considera a representação espacial pertinente apenas para modelos unidimensionais. A racionalidade, como lembra este autor, só pode ser garantida pela transitividade das preferências. Condição impossível de se conseguir nos esquemas bidimensionais ou quando os grupos de decisão (as unidades de análise) não estão em número ímpar. Nesses casos, quando as unidades de análise estão em número par, a transitividade das preferências não está garantida, comprometendo a aplicabilidade do modelo.

Outra formulação emprestada de Tsebelis diz respeito ao tema do grau de convergência de posicionamento dos atores à perspectiva de formação de coalizões. O nível de convergência é tomado como função direta do grau de proximidade entre os “pontos ideais” dos atores potenciais da coalizão. Quanto mais próximo, tanto maior será a possibilidade de estabelecimento de uma sobreposição de interesses (*win-set*). É função direta também do perfil dos atores. Um ator pode ser inflexível, não aceitar “curvas de indiferença” que se afastem muito do seu ponto ideal ou ser muito refratário a aceitar mudanças de posicionamento de seu ponto ideal. Ou pode, no sentido contrário, ser flexível nos dois contextos.

Martin e Vanberg (2003) demonstraram, por meio de análise espacial, que a área de sobreposição de interesses, isto é, o *win-set* do *status quo* ($W[SQ]$), é maior quando os atores X e Y são mais flexíveis (*soft*), do que quando são inflexíveis (*tough*). Em síntese, a perspectiva de formação de coalizões é função do número de jogadores de veto na formação da aliança; da disposição espacial

entre os pontos ideais dos atores e o *status quo* (SQ), bem como do grau de flexibilidade ou rigidez posicional desses atores.

No campo das relações internacionais, e mais especificamente em negociações internacionais, o subproduto dos modelos espaciais da teoria dos jogos foi o modelo dos “jogos de dois níveis”. A composição do *win-set* intergovernamental internacional depende, em última análise, da formação do *win-set* doméstico, forjado na interação entre o Executivo e o Legislativo e dotado de poder ratificador dos acordos internacionais. Contudo, os “jogos de dois níveis” não foram muito além em termos de formalização dos estudos, tendo ficado mais restrita a sua utilização como metáfora do que como esquema explicativo formal.

Para além desses jogos, um conjunto de outros trabalhos no campo internacional valeram-se, de forma profícua, dos instrumentos de modelos espaciais e das teorias dos jogos. Cabe mencionar os estudos sobre conflitos internacionais e formações de alianças no campo da segurança internacional e defesa (Morrow, 1986; Sandler, 1999); análises sobre manejo de crises internacionais (Morgan, 1984; Mesquita, 2000); estudos de economia política na formação de preferências de políticas comerciais (Milner e Yoffie, 1989); análises comparadas sobre a inter-relação entre regimes políticos e instituições domésticas e estratégias dos países no campo do comércio e das negociações internacionais (Mo, 1995; Mansfield, Milner e Rosendorff, 2000; Mesquita, 2000; Mansfield e Bronson, 1997); estudos sobre instituições políticas e processos de integração regional (Meunier, 2000); estudos estratégicos e relacionamento bilateral (Liu, 2000), entre tantos outros.

Estimação dos pontos ideais de atores

Três aspectos são fundamentais para que os modelos espaciais sejam aplicáveis ao campo das relações internacionais como um todo, e ao tema da formação de coalizões em particular: a existência de um espaço político bem definido, a informação sobre preferências dos atores definidas dentro desse espaço político e uma agenda especificando as seqüências de políticas a serem votadas.

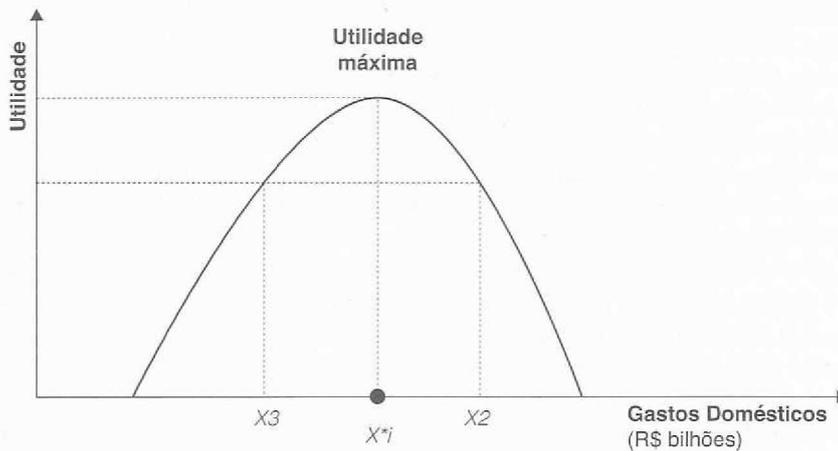
Assim, quando da aplicação do modelo espacial, é necessário pressupor que as preferências dos atores são bem comportadas, no sentido de que há um ponto mais preferido por cada ator e que a utilidade é decrescente em distância euclidiana com relação a esse ponto ideal. Ademais, é necessário também supor que se conhece a forma funcional⁹ da função de utilidade do ator e também o seu ponto ideal. O Gráfico 1 ilustra a função utilidade no modelo espacial considerando uma única dimensão política.

Derivados desses pressupostos, temos três conseqüências: i) políticas ou temas que podem ser representados por pontos em um subconjunto do espaço euclidiano;¹⁰ ii) os atores votam em uma proposta se ela está mais próxima do seu ponto ideal do que o *status quo*; e iii) a identidade do *status quo* é a última proposta aprovada naquele espaço político (Clinton e Meiowitz, 2001). O Gráfico 1 ilustra a idéia de que políticas podem ser representadas por pontos num espaço euclidiano.

Recentemente a literatura metodológica sobre aplicações da teoria espacial tem voltado sua atenção sobre os “problemas de identificação”, ou seja, da correta obtenção dos “pontos ideais” dos atores, bem como da sua função utilidade.

Parte dos estudos legislativos tem utilizado os *ratings* ideológicos atribuídos por grupos de interesse para o legislador no sentido de medir o ponto ideal dos legisladores.¹¹ Mas não só em estudos domésticos os

Gráfico 1
Função utilidade do modelo espacial com única dimensão política



Obs.: U é utilidade de cada ponto x . Cada ponto x é o gasto colocado em R\$ bilhões. Assim, se $X^*1 = R\$ 40$, $X_3 = R\$ 35$ e $X_2 = R\$ 45$, então ambos, X_3 e X_2 , geram a mesma “utilidade” para o indivíduo i (a distância do ponto ideal é a mesma). Assim, quanto mais distante o gasto X de X^* , menor será a utilidade daquele gasto.

ratings têm sido utilizados para medir o ponto ideal dos legisladores. Ao estudar a relação entre o doméstico e o externo, alguns autores têm também utilizado os *ratings* como indicadores do ponto ideal dos legisladores. Baldwin e Magee (2000), por exemplo, ao analisarem a atuação do congresso dos Estados Unidos no Nafta e OMC/Gatt utilizam esta metodologia para estimar o ponto ideal dos legisladores.

Em geral os *ratings* são construídos a partir do histórico de votação dos legisladores tendo em vista algum interesse específico do grupo de interesse. Contudo, alguns estudos têm mostrado que os *ratings* tendem a sobreestimar o grau de extremismo no congresso (Brunell *et. al.* 1999; Krehbiel, 1994; Snyder, 1992).

De toda forma, alguns autores estimam, eles mesmos, as preferências dos legisladores a partir de uma seqüência de votos binários de sim e não. Esses estudos baseiam-se no histórico de votação dos congressistas, os chamados *roll call votes* (Londregan, 2000; Heckam e Snyder, 1997; Clinton e Meirowitz, 2001). Outros estudos replicam estratégias similares para outros atores, como a suprema corte dos Estados Unidos (Martin e Quinn, 2002).

Dada, porém, a diversidade de metodologia para estimação de pontos ideais de atores, vários estudos têm procurado avaliar a eficácia e os problemas dessas metodologias (Martin e Quinn, 2005; Clinton e Meirowitz, 2001). Burden *et. al.* (2000) comparam essas estimativas baseadas em votos inclusive com outras metodologias, como as baseadas em notícias de jornais, *surveys* com os senadores e junção desses aspectos com outros (como os *ratings*). Concluem, entretanto, que essas metodologias não evitam os problemas da metodologia baseada em *roll call* nem oferecem mais vantagens.

A existência de inúmeros estudos aplicados que utilizam a metodologia de estimar o ponto ideal a partir da preferência revela-

da dos atores nas votações é animadora. Isso porque o posicionamento revelado de um Estado numa votação relativa a um determinado tema ou relativa à escolha entre aderir ou não aderir a um regime internacional pode ser encarado do mesmo modo que a votação de um congressista ou juiz da suprema corte norte-americana. Torna-se crucial apenas, nesse caso, que a amostra de preferências reveladas seja a maior possível para que a preferência desse ator possa ser estimada com mais precisão. Com efeito, quanto maior o tamanho da amostra, mais eficiente é o estimador (Burden *et. al.*, 2000).

Nesse sentido, o ponto importante a ser levado em consideração é que a estimação seja consistente com a teorização de voto espacial, ou seja, que o modelo analítico a ser utilizado na análise empírica seja o espacial (Clinton e Meirowitz, 2001, especialmente pp. 2-3 e 11-12). Esses resultados, de não importar a arena, são consistentes com o paradigma da escolha racional ou estratégica (Lake e Powell, 1999), em que é importante o aspecto interativo entre os atores e não a arena.¹²

Abordagens Alternativas na Teoria de Coalizões

As distintas abordagens teóricas no campo da ciência política e das relações internacionais, cada um a seu modo, apontaram críticas e limitações da introjeção da análise econômica no estudo sobre coalizões internacionais.

Do campo realista, a principal crítica¹³ dirigida aos esquemas analíticos da teoria dos jogos na formação de coalizões residiu na ausência da variável "poder" em tais esquemas. Ao tratar os atores como unidades equivalentes, teria abstraído o problema central de toda interação interestatal, que é a

questão da assimetria de poder¹⁴ e, como consequência, dos mecanismos de coerção acionados pelos atores hegemônicos nos processos de negociações multilaterais. Do lado cognitivista, foram abundantes as críticas quanto à ausência de fatores extra-rationais determinantes das escolhas dos agentes.

Especificamente sobre o trabalho de Riker, evidenciou-se o problema da aplicabilidade entre a área de estudo. A aplicabilidade do “princípio do tamanho” na formação de coalizões no campo das relações e das negociações internacionais – teoria das alianças ou das coalizões internacionais – não foi, de fato, direta e revelou comportar limitações severas. De acordo com Russett (1968), com um número maior de atores, como de hábito no âmbito internacional, tornava-se difícil achar um resultado sobre a conformação da coalizão mínima. Ou seja, o princípio perdia em capacidade preditiva. Mas esta não seria, segundo Russett, a limitação principal do modelo de Riker, mas sim o fato de que este não levava em consideração as diferenças de poder intracoalizão. Não há considerações sobre como o peso político e econômico dos países poderia ser medido e ponderado no sentido de se antever a formação de coalizões vencedoras mínimas no âmbito internacional.

Trabalhos subsequentes aos de Riker buscaram forjar formulações mais abrangentes à teoria da formação de coalizões, para além da centralidade de número de atores, e trouxeram contribuições, ainda que limitadas e indiretas, ao entendimento sobre as bases da formação de alianças internacionais. Foi o caso de William Gansom (1964; 1962; 1961a; 1961b) em seus estudos experimentais sobre a formação de coalizões em convenções partidárias nos Estados Unidos. Gamson parte do mesmo suposto de Riker ao admitir que os atores tendem a evitar membros supérfluos às suas coalizões. Avança, contudo, ao introduzir a

idéia de que, no processo de formação de coalizões, os atores levam em consideração as *nounutilitarian strategies preferences* (perspectivas cognitivas, construtivistas), relacionadas a preferências políticas e afinidades ideológicas. Segundo ele, o custo de formação de coalizões ideologicamente coesas é menor, e o retorno (*payoff*) aos participantes é maior.

Theodore Caplow (1956; 1959) amplia os esforços de aprimoramento do “princípio do tamanho” da teoria de formação de coalizões. Sua contribuição específica reside na incorporação do peso relativo às avaliações de preditibilidade das iniciativas coalicionais. Caplow argumenta que, além da preocupação sobre equilíbrio de poder das intercoalizões, os atores preocupam-se com o jogo de forças intracoalizões e desenvolvem estratégias no sentido de controlar os demais membros da aliança. Esta é a razão, por exemplo, para o fato de um ator intermediário preferir aliar-se a um parceiro mais fraco do que ao ator hegemônico do sistema. Com efeito, a consequência de uma aliança formada por um ator intermediário e uma potência seria, nesse contexto, a perda de graus de liberdade e a subordinação do ator médio. Portanto, diferentemente do que postula Riker, as preferências de parcerias são informadas pela assimetria de poder relativo dos membros.

Avanços também foram feitos no sentido de conferir centralidade analítica à questão da distribuição dos *payoffs* e o papel dos *sidepayments* nesse processo de formação de coalizões. Russett (1968) aponta ainda outras limitações ao modelo do tamanho mínimo. A saber, o problema da insuficiência de informações, que impinge dificuldades adicionais aos atores em calcular com precisão qual seria o tamanho mínimo. Como consequência, tendem a alargar a base de apoio e a margem de segurança de vitória.

Em síntese, a motivação dos países em optar por atuar no jogo das negociações mul-

tilaterais por meio de coalizões internacionais comporta explicações de diferentes matrizes teóricas. Passa por um amplo espectro que vai desde uma *abordagem organizacional*, relacionada à diminuição de custos transacionais principalmente para países de menor desenvolvimento relativo, passando pela *análise cognitiva* (Friend, Laing e Morrison, 1977; Mushin e Rosenthal, 1976), pelo *neo-institucionalismo*, focado no papel dos grupos de interesse e instituições, e pelos *neo-realistas* (Dupont, 1994; Michener *et al.*, 1975), relacionados à dimensão do equilíbrio de poder, até vertentes construtivistas, baseada em idéias e identidade nos processos políticos.

O trabalho mais recente de Narlikar, à título de exemplo, leva em consideração a questão do aprendizado, sinônimo de “socialização”, em que o histórico de outras experiências de constituição de coalizões internacionais são tomadas como variável-chave (Narlikar e Tussie, 2004a).

Considerações Finais

Os modelos espaciais são ferramentas analíticas com grande aplicabilidade aos estudos de relações internacionais, em que pesem suas limitações, necessidades de ajustes metodológicos e críticas apresentadas neste balanço. Têm como mérito aprimorar o modelo do jogo de dois níveis, notadamente menos formal e limitado tanto pela

unidimensionalidade de seus esquemas analíticos, como pela ausência de uma avaliação dinâmica dos processos políticos. Especificamente no âmbito dos estudos sobre coalizões, esses modelos possibilitam análises mais acuradas sobre as perspectivas de construção de convergências entre os atores, levando-se em conta o estado da arte de determinada política, ou do *status quo*.

O pressuposto inerente a esse modelo, o da racionalidade do Estado como ator internacional, não precisa nem deve ser feito em antagonismo à análise do papel dos grupos de interesse na formação das preferências nacionais ou a abordagens político-burocráticas. Ao contrário, o modelo é fértil justamente por incorporar a dimensão doméstica no processo decisório de política externa. De fato, os ganhos são tanto no campo de uma melhor parametrização das interações interestatais como em desvendar os processos decisórios estatais, em consonância com as gerações mais recentes da análise de política externa.

A extensividade do uso dos modelos espaciais formais no campo dos estudos internacionais revela que esses modelos são férteis não apenas para análises neo-institucionalistas de temas domésticos, tal qual estudos sobre a relação entre Executivo e Legislativo nos processos de tomada de decisão. Indica, ao contrário, que a interação entre metodologias advindas de distintas áreas das ciências sociais é altamente profícua, ainda que ajustes pontuais precisem ser feitos.

Notas

1. Vale mencionar nessa linha alguns trabalhos desenvolvidos com base na teoria dos jogos de dois níveis.
2. Duncan Black publicou, em 1958, um dos primeiros trabalhos (*Theory of committees and elections*) na área de relações internacionais, mais precisamente sobre negociações de tratados internacionais, a utilizar modelos espaciais em sua análise.

3. Destacam-se os seguintes níveis analíticos: 1. preocupação quanto à motivação dos atores em priorizar arranjos cooperativos; 2. fatores de estabilidade e durabilidade, em função de características intracoalizes; 3. eficácia e impactos da ação coletiva; 4. tipologia das coalizes e estratégias preferenciais; 5. estudos de caso; 6. papel de lideranças no processo de constituição de coalizes; e 7. tamanho da coalizão e estratégias possíveis.
4. Ver, Carlo Carraro e Carmen Marchiori (2002).
5. Benefício que, ao ser provido, não pode ser negado a nenhum consumidor potencial” (Olson, 1999).
6. Para uma visão crítica sobre a idéia de que o problema da ação coletiva pode ser superado com a oferta de benefícios seletivos, ver Frolich, Oppenheimer e Young (1971). Para um exemplo da utilização de benefícios seletivos em questões substantivas, ver Philip Burgess e James Robinson (1969).
7. *Win-set* é definido como “um conjunto de pontos no espaço político no qual todos os atores preferem um determinado ponto, geralmente um determinado *status quo*” (Shesple e Weingast, 1987, p. 90). A inovação política, tal como a formação de um acordo comercial internacional, dependeria assim da existência de um *win-set do status quo*.
8. Está implícita, nessa concepção, a idéia do Estado nacional como ator unitário e racional, detentor de uma “função utilidade” e “curva de indiferença” próprios. O cerne do debate sobre as unidades últimas de decisão, do campo da análise de política externa, enfrenta precisamente essa discussão.
9. Por forma funcional referimos-nos a, por exemplo, estabelecer que as curvas de indiferença são circunferências com o centro no ponto ideal, ou elipses etc.
10. Menos formalmente, uma política qualquer, digamos educação, pode ser representada como um ponto num gráfico cartesiano, indicando no eixo *y* a utilidade e no eixo *x* a “quantidade” da política em questão.
11. Para estudos recentes que utilizam esta metodologia, ver, por exemplo, Maltzman (1999); Dion e Huber, (1997), Krehbiel (1997, 1995). Para uma análise de alguns desses *ratings*, ver Brunel *et. al.* (1999).
12. O exemplo mais famoso dessa visão é o trabalho de Putnam (1998), que enfoca a interação entre atores dos níveis doméstico e externo.
13. Embora em princípio pertinente, esta crítica não fica inteiramente sem resposta. Em larga medida, a utilidade de cada um dos países embute preocupações com questões relativas ao poder, ao equilíbrio de poder, aos ganhos relativos etc. O mesmo pode-se dizer com relação a questões cognitivas, como por exemplo a diferença dos países no que tange a propensão a assumir riscos em suas estratégias.
14. Mesmo fora do campo realista das relações internacionais, alguns trabalhos chamaram a atenção para o problema da assimetria de poder no processo de formação de coalizes, como foi o caso de Jerome Chertkoff (1971).

Bibliografia

- ATKINSON, Andrew & THOMAS, Cherian. (2003), "India resists WTO effort on investment". *Bloomberg News Wednesday*, 27, ago.
- BALDWIN, Robert & MAGEE, Christopher. (2000), *Congressional trade votes: from NAFTA approval to fast-track defeat*. Washington, DC, Institute for International Economics.
- BINDER, Sarah A.; LAWRENCE, Eric D. & MALTZMAN, Forrest. (1999), "Uncovering the hidden effect of party". *Journal of Politics*, 61 (3): 815-831.
- BLACK, Duncan. (1999), *Theory of committees and elections*. Boston, Kluwer Academic Publishers.
- BRUNEL Thomas L.; KOETZLE, William; DINARDO, John; GROFMAN, Bernard & FELD, Scott L. (1999), "The $R^2 = .93$: When do they differ? Comparing liberal and conservative interest group ratings". *Legislative Studies Quarterly*, 24 (1): 87-101, fev.
- BURDEN, Barry C.; CALDEIRA, Gregory A. & GROSECLOSE, Gary. (2000), "Measuring ideologies of U.S. Senators: the song remains the same". *Legislative Studies Quarterly*, 25 (2): 237-258.
- BURGUESS, Philip M. Burgess & ROBINSON, James A. (1969), "Alliance and the theory of collective action: a simulation of coalition process". *Midwest Journal of Political Science*, 13 (2): 194-218, maio.
- CAPLOW, Theodore. (1956), "A theory of coalitions in the triad". *American Sociological Review*, 21 (4): 489-493.
- CAPLOW, Theodore. (1959), "Further development of a theory of coalitions in the triad". *American Journal of Sociology*, 64 (5): 488-493.
- CARRARO, Carlo & MARCHIORI, Carmen. (2002), *Stable coalitions*. Londres, Centre for Economic Policy Research.
- CHECKEL, Jeffrey T. (2001), "Why comply? Social learning and European identity change". *International Organization*, 55 (3): 553-588.
- CHERTKOFF, Jerome. (1971), "Coalition formation as a function of differences in resources". *Journal of Conflict Resolution*, 15 (3): 371-383, set.
- CLINTON, Joshua D. & MEIROWITZ, Adam. (2001), "Agenda constrained legislator ideal point and the spatial voting model". *Political Analysis*, 9 (3): 242-260.
- DION, Douglas & HUBER, John D. (1997), "Sense and sensibility: the role of rules". *American Journal of Political Science*, 41 (3): 945-957.
- DUPONT, Christophe. (1994), "Coalition theory: using power to build cooperation", in William Zartman (org.), *International multilateral negotiation*, São Francisco, Jossey-Bass Publishers, parte II, cap. 7, pp. 148-177.

- FRIEND, Kenneth E.; LAING, James D. & MORRISON, Richard J. (1977), "Bargaining processes and coalition outcomes: an integration". *Journal of Conflict Resolution*, 21 (2): 267-298.
- FROHLICH, N.; OPPENHEIMER & YOUNG, O. R. (1971), *Political leadership and collective goods*. New Jersey, Princeton University Press.
- GANSOM, W. A. (1964), "Experimental studies of coalition formation". *Advances in Experimental Social Psychology*, 1 (1): 81-110.
- _____. (1962), "Coalition formation at presidential nominating conventions". *American Journal of Sociology*, 68 (2): 157-171.
- _____. (1961a), "An experimental test of a theory of coalition formation". *American Sociological Review*, 26 (4): 565-573.
- _____. (1961b), "A theory of coalition formation". *American Sociological Review*, 26 (3): 373-382.
- GARTEN, Jeffrey E. (2003), "Cancún: going up the flames". *Newsweek*, pp. 48-51, 29 set.
- HAMILTON, Colleen & WHALLEY, John. (1989), *Coalitions in the Uruguay round: the extent, pros and cons of developing country*. Working paper 2751, Cambridge, National Bureau of Economic Research, out.
- HARDIM, Russel. (1982), *Collective action*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- HECKMAN, James & SNYDER, James. (1997), "Linear probability models of the demand for attributes with empirical application to estimating the preferences of legislators". *Rand Journal of Economics*, 28: 142-189.
- HERMANN, C.; KEGLEY, C. & ROSENAU, J. (eds.). (1987), *New directions in the study of foreign policy*, Boston, Allen&Unwin.
- HIGGOT, Richard & COOPER, Andrew. (1990), "Middle power leadership and coalition building: Australia, the Cairns Group and the Uruguay round of trade negotiations". *International Organization*, 44 (4): 589-632.
- HINCH, Melvin & MUNGER, Michael C. (1997), *Analytical politics*. Nova York, Cambridge University Press.
- HINCLEY, Barbara. (1979), "Twenty-one variables beyond the size of the winning coalitions". *Journal of Politics*, 4 (1): 192-212.
- HUG, Somon. (1999), "Nonunitary actors in spatial models: how far is far in foreign policy?". *Journal of Conflict Resolution*, 43 (4): 479-500.
- HURRELL, Andrew & NARLIKAR, Amrita. (2005), *A new politics of confrontations? Developing countries at Cancun and Beyond*, University of Oxford (mimeo.).
- ENELOW, James M. & HINICH, Melvin J. (1984), *The spatial theory of voting: an introduction*. Cambridge, Cambridge University Press.

- JERVIS, Robert. (1978), "Cooperation under the security dilemma". *World Politics*, 30 (2): 167-214.
- KAHLER, Miles & ODDELL, John. (1989), "Developing country coalition-building and international trade negotiations", in John Whalley (ed.), *Developing countries and the global trading system*, Ann Arbor, Michigan University Press.
- KRAJEWSKI, Markus. (2000), "From green room to glass room: participation of developing countries and internal transparency in the WTO decision making process". *A TradeWatch Paper*, Germanwatch, jul.
- KREHBIEL, Keith. (1994), "Deference, extremism, and interest group rating". *Legislative Studies Quarterly*, 19: 61-77.
- _____. (1995), "Cosponsors and wafflers from A to Z". *American Journal of Political Science*, 39 (3): 906-923.
- _____. (1997), "Restrictive rules reconsidered". *American Journal of Political Science*, vol 41 (3): 919-944.
- KRUEGER, Anne O. (2001), *The developing countries and the next round of multilateral trade negotiations*, International Monetary Fund (mimeo.).
- KUMAR, Rajiv. (1995), "Developing-country coalitions in international trade negotiations", in Diana Tussie e David Glover (eds.), *The developing countries in world trade: policies and bargaining strategies*, Boulder CO, Lynne Rienner.
- LAKE, David A. & POWELL, R. (1999), "International relations: a strategic-choice approach", in _____, *Strategic choice and international relations*, Princeton, Princeton University Press.
- LANDMAN, Todd. (2003), *Issues and methods in comparative politics: an introduction*. Londres/Nova York, Routledge.
- LIMA, Maria Regina Soares. (2005), "A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul". *Revista Brasileira de Política Internacional*, 48 (1): 24-59.
- LIU, Xinsheng. (2000), "Dimension manipulation and choice strategy in US-China relations: a spatial game-theoretical analysis". *Journal of Chinese Political Science*.
- LONDREGAN, John. (2000), "Stimulating legislator's preferred point". *Political Analysis*, 8: 35-56.
- MALTZMAN, Forrest. (1999), *Competing principals: committees, parties, and the organization of congress*. Ann Arbor, University of Michigan Press.
- MANSFIELD, Edward D.; MILNER, Helen & ROSENDORFF, Peter. (2000), "Free to trade: democracies, autocracies, and international trade". *American Political Science Review*, 94 (2): 305-321, jun.
- MANSFIELD, Edward D. & BRONSON, Rachel. (1997), "Alliances, preferential trading arrangements, and international trade". *American Political Science Review*, 91 (1): 94-107, mar.

- MARTIN, Andrew D., QUINN, Kevin M. (2002), "Dynamic Ideal Point Stimulation via Markov Chain Monte Carlo for the U.S. Supreme Court, 1953-1999". *Political Analysis*, 10 pp. 134-153.
- _____. (2005), "Can ideal point estimates be used as explanatory variables?". Disponível em no site: <http://adm.wustl.edu/supct.php>. Acessado em 20 de abril de 2006.
- MARTIN, Lanny W. & VANBERG, Georg. (2003), "Wasting time? The impact of ideology and size on Delay in coalition formation". *British Journal of Political Science*, 33: 323-344.
- MARWELL, Gerald & OLIVER, Pamela. (1993), *Critical mass in collective action: a micro-social theory*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MESQUITA, Bruce Bueno de. (2000), "Principles of international politics: people's power, preferences, and perceptions". *Congressional Quarterly Inc*, pp. 267-289, Washington, DC.
- MEUNIER, Sophie. (2000), "What single voice? European institutions and EU-U.S. trade negotiations". *International Organization*, 54 (1): 103-135.
- MICHENER, Andrew H.; FLEISHMAN, John; VASKE, Jerry J. & STATZA, Gerald R. (1975), "Minimum resource and pivotal power theories: a competitive test in four-person coalitional situations". *Journal of Conflict Resolution*, 19 (1): 89-107.
- MILNER, Helen & ROSENDORFF, Peter. (1997), "Democratic politics and international trade negotiations: election and divided government as constraints on trade liberalization". *Journal of Conflict Resolution*, 41 (1): 117-146, fev.
- _____. (2004), "Formal methods and international political economy", in SPRINZ, Detlef F. Sprinz e Yael Wolinsky-Nahamias (eds.), *Models, numbers and cases: methods for studying international relations*, Ann Arbor, The University of Michigan Press.
- MILNER, Helen & YOFFIE, David. (1989), "Between free trade and protectionism: strategic trade policy and a theory of corporate trade demands". *International Organization*, 43 (2): 239-272.
- MO, Jongryn. (1995), "Domestic institutions and international bargaining: the role of agent veto in two-level games". *The American Political Science Review*, 89(4): 914-924, dez.
- MORGAN, T. Clifton. (1984), "A spatial model of crisis bargaining". *International Studies Quarterly*, 28 (4): 407-426, dez.
- MORROW, James D. (1986), "A spatial model of international conflict". *American Political Science Review*, 80 (4): 1131-1150, dez.
- MUSHIN, Lee & ROSENTHAL, Howard. (1976), "A behavioral model of coalition formation: the french apparetements of 1951". *Journal of Conflict Resolution*, 20 (4): 563-588.

- NARLIKAR, Amrita. (2003), *International trade and developing countries: bargaining coalitions in the GATT & WTO*. Londres, Routledge.
- NARLIKAR, Amrita & ODELL, John. (2003), *The strict distributive strategy for a bargaining coalition: the like minded group in the World Trade Organization, 1998-2001*. Trabalho apresentado na "Research Conference Developing Countries and the Trade Negotiation Process", UNCTAD.
- NARLIKAR, Amrita & TUSSIE, Diana. (2004a), "The G20 at the Cancun ministerial: developing countries and their evolving coalitions in the WTO". *World Economy*, 27 (7): 947-966.
- _____. (2004b), *Bargaining together in Cancun: developing countries and their evolving coalitions*. Working paper # 17, LATN, FLACSO, November. Disponível no site www.flacso.org.ar. Acesso em 10/08/2004.
- NEACK, Laura; HEY, Jeanne & HANEY, Patrick (eds.). (1995), *International trade and developing countries: bargaining coalitions in the GATT & WTO*. Londres, Routledge.
- ODELL, John. (2000), *Negotiating the world economy*. Ithaca, Cornell University Press.
- OLIVER, Pamela. (1980), "Selective incentives in an apex game". *Journal of Conflict Resolution*, 24 (1): 113-141, mar.
- OLSON, Marcur. (1999), *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. Tradução Fabio Fernandez. São Paulo, Edusp.
- PUTNAM, Robert. (1998), "Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games". *International Organization*, 42 (3): 427-440, summer.
- RIKER, William. (2003), *Theory of political coalitions*. Nova York, Textbook Publishers.
- ROTHSTEIN, R. L. (1984), "Regime creation by a coalition of the weak: lessons from the NIEO and the integrated program for commodities". *International Studies Quarterly*, 28: 307-328.
- RUSSET, Bruce M. (1968), "Components of an operational theory of international alliance formation". *Journal of Conflict Resolution*, 12 (3): 285-301.
- SANDLER, Todd. (1999), "Alliance formation, alliance expansion, and the core". *Journal of Conflict Resolution*, 43 (6): 727-747, dez.
- SELL, Susan & ODELL, John. (2003), *Reframing the issue: the coalition on intellectual property and public health in the WTO, 2001*. Trabalho apresentado na "Research Conference, Developing Countries and the Trade Negotiation Process", UNCTAD, Palais des Nations, Geneva, 6-7 nov.
- SHEPSLE, Kenneth A. & BONCHEK, Mark. (1997), *Analyzing politics: rationality, behavior, and institutions*. Nova York, Norton.
- SHEPSLE, Kenneth A. & WEINGAST, Barry R. (1987), "The institutional foundation of Committee Power". *American Political Science Review*, 81: 85-104.

- SNYDER, James S. (1992), "Artificial extremism in interest group ratings". *Legislative Studies Quarterly*, 7: 319-43.
- SPRINZ, Detlef F. & WOLINSKY-NAHAMIAS, Yael (eds.). (2004), *Models, numbers and cases: methods for studying international relations*. Ann Arbor, The University of Michigan Press.
- TSEBELIS, George. (1995), "Decision-making in political systems: veto player in presidentialism, parliamentarism, multicameralism and multipartyism". *British Journal of Political Science*, 25: 289-325.
- _____. (1997), "Processo decisório em sistemas políticos: veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12 (34): 89-117, jun.
- TUSSIE, Diana (ed.). (2003), *Trade negotiations in Latin America: problems and prospects*. Basingstoke, Palgrave.
- TUSSIE, Diana & GLOVER, David (eds.). (1995), *Trade negotiations in Latin America: problems and prospects*. Basingstoke, Palgrave.
- UNITED STATES. (2004). "General accounting office. World Trade Organization: Cancun Ministerial Fails to move global trade negotiations forward, next steps uncertain". *Report to the Chairman, Committee on Finance, U.S. Senate, and to the Chairman, Committee on Ways and Means, House of representatives*, jan.
- WADHVA, Charan D. (2004), *Post-Cancun WTO perspectives: India's negotiating position as a developing country*. Londres, Centre for Policy Research, maio.
- WHALLEY, J. KAHLER, M. & ODELL, J. (2003), *Developing countries and global trading system*. Ann Arbor, Michigan University Press (série: *Studies in International Trade Policy*, 1).
- WOLFE, Robert. (2004), "Informal ministerial meetings and the WTO: multilateralism with large and small numbers, revisited". Trabalho apresentado na reunião anual da International Studies Association, Montreal, mar.

- Artigo recebido em Jun/2006
- Aprovado em Ago/2006

Resumo

Modelos Espaciais na Teoria de Coalizões Internacionais: Perspectivas e Críticas

Em praticamente todos os campos das relações internacionais, o processo de formação de coalizões interestatais tem adquirido relevância crescente. Distintas matrizes analíticas procuram teorizar sobre as bases da formação das coalizões entre os Estados nacionais. Nos grandes cen-

tros estrangeiros, particularmente nos Estados Unidos, os modelos explicativos formais, no campo da escolha racional, têm conquistado espaço nesse esforço de teorização. No caso do Brasil, os esforços analíticos sobre o tema concentram-se no campo do construtivismo, da teoria crítica ou no marco do institucionalismo normativo. Este artigo tem como objetivo apresentar um breve balanço sobre a evolução da utilização, pela literatura internacional, de modelos oriundos da escolha racional na teoria de coalizões. Inicialmente, apresentamos os aportes da literatura da ação coletiva e seus desdobramentos recentes e, em seguida, analisamos os principais pressupostos e aplicabilidade dos modelos espaciais formais aos estudos de coalizões internacionais. A segunda parte dedica-se a apresentar críticas e abordagens alternativas à teoria da escolha racional.

Palavras-chave: Modelos espaciais; Teoria formal; Escolha racional; Coalizões internacionais; Ação coletiva.

Abstract

Spatial Models on the International Coalition Theory: Perspectives and Critiques

In virtually almost all the fields of international relations the formation process of interstate coalitions has acquired an increasing relevance. Different analytical matrices seek to theorize about the bases of the formation of the coalition between national States. In big foreign centers, particularly in the USA, the formal explanatory models on the rational choice field have conquered space on this effort of theorization. In the Brazilian case, analytical efforts on this substantive issue have been concentrated in the field of constructivism, of critical theory, or on the landmark of normative institutionalism. This article aims to present a brief balance about the evolution of the usage by the international literature of models derived from the rational choice in the coalition theory. Initially, we present the guiding of the collective action literature and its recent unfoldings; after that we analyze the main presuppositions and applicability of formal space models to studies on international coalitions. The second part dedicates at presenting critiques and alternative approaches to the so-called rational choice theory.

Keywords: Spatial models; Formal theory; Rational choice; International coalitions; Collective action.

Résumé

Modèles Spatiaux dans la Théorie des Coalitions Internationales: Perspectives et Critiques

Dans pratiquement tous les domaines des relations internationales, le processus de formation de coalitions interétatiques a acquis une importance croissante. Des matrices analytiques distinctes tendent à théoriser des coalitions entre les États nationaux. Dans les grands centres étrangers, particulièrement aux États-Unis, les modèles explicatifs formels, dans le domaine

du choix rationnel, sont de plus en plus théorisés. En ce qui concerne le Brésil, les efforts analytiques concernant ce thème se concentrent dans le domaine du constructivisme, de la théorie critique ou de l'institutionnalisme normatif. Cet article a pour but de présenter un court bilan sur l'évolution de l'utilisation des modèles provenant du choix rationnel des théories des coalitions par la littérature internationale. Nous présentons, tout d'abord, les apports de la littérature de l'action collective et ses conséquences. Nous analysons, ensuite, les présupposés principaux et l'applicabilité des modèles spatiaux formels aux études des coalitions internationales. La deuxième partie est consacrée à la présentation des critiques et des approches alternatives à la théorie du choix rationnel.

Mots-clés: Modèles spatiaux; Théorie formelle; Choix raisonnable; Coalitions internationales; Action collective.

Introdução

As obras de Norbert Elias tornaram-se mais acessíveis ao leitor de língua portuguesa na década de 1990, quando foram publicados entre nós seus principais livros:¹ *O processo civilizador* – vols. 1 e 2;² *A sociedade dos indivíduos*; *Mozart: sociologia de um gênio*; *Os alemães*; *Os estabelecidos e os outsiders*; *A sociedade de corte*; *Norbert Elias por ele mesmo*. A partir de então, Elias tem se tornado um autor cada vez mais lido, comentado e citado.

Não é raro encontrar obras sobre Elias que abordem não apenas sua produção teórica mas também sua biografia. Um ponto em especial incomoda muitos daqueles que reconhecem sua importância no campo das ciências humanas: considerando-se que seu primeiro livro, *O processo civilizador*, foi publicado em 1939, por que seu reconhecimento como intelectual veio apenas cerca de três a quatro décadas mais tarde?

Foram poucos que efetivamente leram a edição publicada em 1939. Como lembra Mennell (1998. p. 3), aquela realmente não era uma boa hora para o lançamento de um

livro escrito em alemão por um judeu e que, sobretudo, falava sobre civilização.³ A importância do livro foi reconhecida apenas em 1969, quando foi feita uma reimpressão d'*O processo* em alemão, seguida da publicação, também em alemão, do *A sociedade de corte* e do *Introdução à sociologia*.⁴

Em *Norbert Elias por ele mesmo* (2001b), o autor conta um sonho recorrente, o de que estava ao telefone e a voz, do outro lado do fio, pedia para que falasse mais alto, pois não conseguia ouvi-lo. Apesar de Elias começar a gritar, a voz continuava a pedir para que falasse mais alto, pois ainda não conseguia ouvi-lo. Alguns autores já comentaram essa passagem do livro (por exemplo, Garrigou e Lacroix [2001]; Heinich, [2001]), encontrando razões para esse fantasma que assombrava Elias. Os problemas enfrentados no início da carreira e o conseqüente desconhecimento a que foi relegado por algumas décadas são razões plausíveis para justificar o sonho. Não pretendo entrar nessa discussão; objetivo, ao contrário, contribuir para que Elias se faça ouvir.

A obra de Elias deixou uma herança riquíssima para as ciências humanas em geral,

* Este texto, devidamente adaptado, foi escrito como parte de minha tese de doutorado (Landini, 2006). Devo agradecimentos especiais a duas pessoas. Maria Helena Oliva Augusto, minha orientadora de mestrado e doutorado, pela amizade, carinho, confiança e incentivo para levar à frente a discussão da sociologia de Norbert Elias. Stephen Mennell, meu orientador durante o estágio de doutorado na University College Dublin, por me ensinar muito do que sei sobre Elias. Agradeço também ao Eric Dunning e ao Cas Wouters, pela disposição com que compartilharam comigo seu vasto conhecimento.

e para a sociologia em particular. Seu reconhecimento pode ser facilmente percebido nas citações de suas obras, abundantes nos trabalhos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, com especial destaque para *The civilizing process* (2000). Dessa obra, são extraídos exemplos a respeito do comportamento humano, dos costumes do dia-a-dia, exemplos esses que nos fazem rir e corar de vergonha ao mesmo tempo, nos causam nojo, aversão e identificação. Contudo, talvez Elias ainda não esteja se fazendo ouvir com propriedade.

Considero que um ponto em especial merece uma análise mais detida: seu olhar para a sociedade. Em específico, levanto uma questão que não me parece clara o suficiente para aqueles que têm contato parcial com seus trabalhos: quais são os princípios básicos de sua sociologia? Ou, de forma mais enfática: o que é fazer uma pesquisa seguindo a tradição eliasiana? Quais são seus princípios fundantes?

Princípios da Teoria Eliasiana

Considerando que *The civilizing process* (2000) é reconhecido como a obra magna de Elias, iniciarei este texto com uma leitura desse livro, objetivando menos resumir seus dados e conclusões do que realçar seu olhar sobre a sociedade. Logo no início da obra (p. IX), Elias propõe o seguinte problema, a princípio bastante simples: se uma pessoa que vive em nossa época fosse transportada até tempos passados em sua própria sociedade, certamente veria um modo de vida muito diferente do seu, alguns costumes provavelmente lhe causariam asco, enquanto outros lhe causariam curiosidade e até atração; concluiria, então, que essa sociedade do passado não era “civilizada” no mesmo sentido e no mesmo grau que a sociedade ocidental moderna. Apesar de o problema ser bastante

simples, as perguntas correspondentes a essa situação – como se deu essa mudança? em que consiste? quais são suas forças motrizes? – não comportam uma resposta rudimentar. São essas perguntas que *O processo civilizador* procura responder.

O livro está dividido em quatro partes. Na primeira, Elias examina os diferentes significados da palavra civilização, na Alemanha e na França, ou seja, os significados atribuídos por cada uma dessas culturas, sua definição êmica. Precursor do conceito de civilização, o conceito de civilidade, utilizado primeiramente na França do século XVI, mas também na Inglaterra, na Itália e na Alemanha, demarcava o comportamento da corte, explicitando as barreiras sociais entre esse grupo e o restante da sociedade. Na Europa do século XIX, o conceito de civilização possuía dois significados: em primeiro lugar, era o conceito utilizado pela corte para opor-se ao barbarismo e, em segundo, transmitia a idéia de um processo com um objetivo,⁵ envolvendo o refinamento do comportamento social e a pacificação interna do país. Nas palavras de Elias, o conceito de civilização

[...] expressa a autoconsciência do Ocidente. Poderíamos inclusive afirmar: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas “mais primitivas”. Com esse termo, a sociedade ocidental procura descrever em que constitui seu caráter especial e tudo aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras (costumes), o desenvolvimento de seu conhecimento científico ou visão de mundo, e muito mais (Elias, 2000, p. 5).

Ao buscar a definição êmica, o autor questiona a crença no progresso e na “civilização” européia; ou seja, em vez de aceitar

essa convicção e incorporá-la em sua obra, percorre o caminho oposto, problematizando a própria definição. Dito de outra forma, busca entender o conceito de civilização – assim como o de civilidade e cortesia – relacionando-o ao desenvolvimento da sociedade na qual é utilizado. É importante enfatizar a questão da *relação* entre o conceito e o desenvolvimento da sociedade: seu objetivo não se esgota em traçar as mudanças do conceito; antes, procura entender as sociedades que lhe deram forma, o que será feito nas partes seguintes da obra.

A segunda parte do livro busca mostrar transformações nos costumes, abarcando mudanças nas maneiras associadas à mesa, à forma de comer, atitudes em relação às funções corporais, comportamento no quarto de dormir etc. Partindo de fontes de dados diversas, tais como literatura, pintura, documentos históricos, mas, principalmente, livros de boas maneiras, Elias novamente inicia a reflexão a partir da definição, ou seja, da forma como pessoas de diversas épocas entendiam um determinado comportamento, para dali chegar ao comportamento propriamente dito. A fim de compreender o que veio a ser considerado “civilizado”, volta aos conceitos anteriores, *courtoisie* e *civilité* (civilidade). A questão que se propõe a responder é *como e por que* a sociedade ocidental passou de um padrão para o outro, do padrão de civilidade para o de civilização (*Idem*, p. 51).

Erasmus de Rotterdam é o autor escolhido para explicitar a sociogênese do conceito de civilidade. Em seu livro *Sobre civilidade nas crianças* (*De civilitate morum puerilium*), dedicado ao filho de um nobre, Erasmus discute as boas maneiras, retrabalhando o conceito de civilidade. O interesse de Elias é estabelecer que os preceitos contidos no trabalho de Erasmus são incorporações da estrutura mental e emocional da classe alta secular da Idade Média⁶ (Fletcher,

1997, p. 12). Os livros de boas maneiras não são, portanto, objetos de estudo em si, mas, por meio deles, o autor busca obter informações sobre a estrutura mental e emocional da época.

A partir da análise dos diversos tópicos levantados, ele mostra que as mudanças nos costumes não ocorrem aleatoriamente, mas seguem uma direção: um aumento no sentimento de vergonha e repugnância, em concomitância com uma maior tendência a esconder, nos bastidores da vida social, aquilo que as causa. O que o autor aponta, a partir de exemplos corriqueiros ou cotidianos, é a relação existente entre a dinâmica psicológica (o sentimento de vergonha e repugnância) e a dinâmica social (explicitada nas noções de refinamento e civilização), ou, de forma a enfatizar um dos conceitos mais importantes desenvolvidos por ele, a relação entre a dinâmica social e a *estrutura da personalidade*. Em suas próprias palavras:

Em conjunto com a crescente divisão do comportamento entre o que é e o que não é permitido no espaço público, a estrutura psíquica das pessoas também se transforma. As proibições presentes nas sanções sociais são reproduzidas nos indivíduos como auto-controle. A pressão por restringir os impulsos e a vergonha sociogenética que a acompanha – ambas são incorporadas como *habitus* tão completamente que não podemos resistir a elas mesmo quando estamos sozinhos, na esfera íntima (Elias, 2000, p. 160).

O termo *habitus*, normalmente associado a Bourdieu, é também utilizado por ele referindo-se tanto ao *habitus* individual como ao social – o último constituindo o terreno no qual crescem as características pessoais e significando basicamente “segunda natureza” ou “saber social incorporado”. O conceito de segunda natureza, para Elias, não é de forma

alguma essencialista. Muito pelo contrário, é utilizado pelo autor para superar os problemas da noção de “caráter nacional” como algo fixo e estático. O *habitus* muda com o tempo exatamente porque “as fortunas e as experiências de uma nação (ou de seus agrupamentos constituintes) continuam mudando e acumulando-se” (Dunning e Mennell, 1997, p. 9).

O que está em jogo quando falamos na motivação da mudança (ou seja, por que há mudança) é que, em relação aos costumes, a transformação ocorre a partir da dinâmica das classes sociais. A fim de distanciar-se das outras classes sociais, a classe superior cria novos padrões de comportamentos, padrões esses que, com o passar do tempo, são adotados pelas outras classes. Em outras palavras, fica muito parecido com o que veio a ser chamado por Bourdieu (Ortiz, 1994) de distinção. Entretanto, Elias toca em um ponto relevante, que o diferencia do autor francês: com o passar do tempo, os novos padrões de comportamento deixam de ser conscientes para tornarem-se uma segunda natureza – é a essa segunda natureza que se refere quando fala em mudanças na estrutura da personalidade.

À noção de mudanças na estrutura da personalidade adicionamos um outro ponto relevante a respeito da direção do processo da civilização: o auto-controle passa a ter um papel cada vez mais importante, em detrimento da necessidade de um controle externo. Nas palavras do próprio autor, ao longo do processo da civilização, ocorre uma mudança na balança entre controle externo e auto-controle, em favor do último.

Passamos agora à terceira parte do livro – “Feudalização e a formação do Estado”. Não é possível deixar de lembrar a definição de Weber do Estado moderno, aquele que tem o monopólio da violência legítima. A esse conceito, Elias adiciona a questão do monopólio da arrecadação dos impostos. Ainda

mais importante, nessa longa análise, compreendendo um período anterior à Idade Média até os séculos XVI e XVII, mostra o *processo* de formação do Estado moderno. No primeiro período, chamado de “primeira época feudal”, predominaram forças centrífugas, ou seja, a tendência era a desintegração dos reinos, formando pequenos territórios comandados por um poder central enfraquecido. Na “segunda época feudal”, predominaram forças centrípetas, quer dizer, a tendência foi a aglomeração e a formação de unidades mais extensas, dominadas por um poder central cada vez mais forte.

O mais interessante, entretanto, é a relação entre a formação do Estado e as mudanças na estrutura da personalidade, quer dizer, a relação entre essa terceira parte do livro e a segunda, que trata dos costumes. O ponto de ligação pode ser encontrado no penúltimo capítulo da segunda parte (“Sobre mudanças na agressividade”) – é aqui que Elias nos mostra a conexão entre a estrutura social e a economia dos afetos. Em uma sociedade com o poder central fraco, não há nada que force as pessoas a se conterem. Por outro lado, se o poder central cresce e as pessoas são *forçadas a viver em paz umas com as outras*, a economia dos afetos também muda paulatinamente, passando a existir uma identificação maior entre elas, além de ataques físicos passarem a ser restritos àqueles que representam a autoridade central ou, em casos excepcionais, àqueles que lutam contra inimigos, internos ou externos, em épocas de guerra ou revolução (Elias, 2000, p. 169). Em outras palavras,

[...] reivindicando o monopólio da violência, o Estado monárquico impõe a repressão da violência privada e difusa, principalmente por meio das regras de manutenção da vida de corte, um modelo de autocoesão, de domínio das emoções, de ocultação do corpo e das funções orgânicas (inculcando o

senso de pudor) que reestrutura a personalidade. Ele estimula o espírito de estratégia e de dissimulação para obter os favores do príncipe num dispositivo de poder em que a concorrência entre indivíduos é eufemizada, desmilitarizada e fixada sobre os recursos da astúcia e da previsão. Daí um desenvolvimento do cálculo racional e da introspecção para autodominar-se e adivinhar as intenções dos outros (Burguière, 2001, p. 105).

Por fim, a quarta e última parte – “Sinopse: por uma teoria do processo civilizador” – é um apanhado geral dos principais conceitos trabalhados pelo autor ao longo da obra e de suas principais conclusões. Não se trata de um simples resumo teórico, mas, de certa forma, é o resultado de seu empreendimento na pesquisa do processo civilizador. Para Elias, os conceitos sociológicos não devem, de forma alguma, ser meramente teóricos, mas constituem o resultado da pesquisa empírica. Ou seja, para ir a campo, ele não parte de conceitos pré-formulados, mas de algumas concepções mais gerais – como as que explicitarei adiante – para, no processo de pesquisa e análise de seu material, chegar a conclusões tais quais as que estão expressas na “Sinopse” do livro.

Entretanto, mais importante do que resumir as discussões teóricas realizadas por Elias na “Sinopse” é buscar pontuar as direções tomadas pelo processo civilizador, sendo as três principais: mudança na balança entre coerção externa e auto-coerção em favor da última; desenvolvimento de um padrão social de comportamento e sentimento que engendre a emergência de um autocontrole mais estável e diferenciado; e aumento no escopo da identificação mútua entre as pessoas (Fletcher, 1997, p. 82). O autocontrole a que Elias se refere não é mera questão quantitativa, mas supõe a análise da

[...] mudança de equilíbrio entre coerções externas e internas, e de mudança dos modos de controle. Em particular, analisa controles que se tornam “ainda mais” e “mais automáticos” e “mais completos”, assim como de um movimento no sentido “de uma atenuação dos contrastes e de um aumento das variedades”. [...] Por “ainda mais” e “mais automático”, Elias entende mudanças “psicológicas”: as oscilações das disposições individuais tornam-se menos excessivas, e os controles das expressões emocionais, mais confiáveis ou previsíveis. “Mais completo” faz referência a uma diminuição das diferenças entre as “esferas” variadas da vida, quer se trate do contraste entre o que é permitido em público e em particular, entre a maneira de comportar-se com determinadas pessoas e com outras, ou entre o comportamento “normal” e o que é tolerado em acontecimentos excepcionais como carnavais, que são considerados momentos de exceção às regras. Finalmente, a “redução dos antagonismos, o aumento das variedades” fazem referência aos antagonismos sociais – a redução das desigualdades entre grupos sociais mas, contudo, uma maior escolha nos modelos de comportamento autorizados (Mennell, 1998, pp. 245-246).

Além dos três critérios supracitados, as direções dos processos civilizadores incluem: aumento da pressão pelo desenvolvimento da previsibilidade; psicologização e racionalização; avanço no limiar de vergonha e repugnância; contração de comportamentos e contrastes emocionais e uma expansão das alternativas; e mudanças de uma perspectiva mais envolvida para uma mais distanciada”.

Fornecido o roteiro da obra, resta-nos agora buscar extrair quais são os princípios básicos da sociologia de Elias, ou seja, responder à pergunta: o que é fazer uma pesquisa seguindo a tradição eliasiana? Utilizar

um autor como base teórica não significa citá-lo ou sequer utilizar seus achados como fonte de dados – até porque se, como afirmei anteriormente, a sociologia de Elias é basicamente empírica, utilizar seus exemplos seria um erro grave já que toda a sua discussão está baseada no processo da civilização européia. O importante, a meu ver, é compreender o que caracteriza a sociologia de Elias, sua metodologia de trabalho.

Johan Goudsblom (1977 *apud* Mennell, 1998, p. 252), aluno e discípulo de Norbert Elias, resume os princípios de sua sociologia em quatro pontos: sociologia diz respeito a pessoas no plural (figurações); as figurações formadas pelas pessoas estão continuamente em fluxo; os desenvolvimentos de longo prazo são em grande medida não planejados e não previsíveis; o desenvolvimento do saber dá-se dentro das figurações, e é um dos aspectos importantes do desenvolvimento. Vejamos cada um dos pontos.⁷

O termo configuração ou figuração⁸ foi cunhado por Elias como contraponto à noção de *homo clausus*, expressão que, em seu entender, traduzia bem o estágio das ciências sociais no final do século XIX e início do XX. A noção de *homo clausus*, que tanto incomodava Elias, pode ser entendida como a dualidade entre sujeito e objeto, entre indivíduo e sociedade e significa o entendimento do indivíduo como um ser atomizado e completamente livre e autônomo em relação ao social. Sua crítica recai principalmente sobre Parsons, mas não deixa de fazer comentários a outros sociólogos, por exemplo Weber, cujo trabalho teórico, mas não o empírico, teria como ponto de partida o indivíduo independente e auto-suficiente (Elias, 2000, p. 469). Sua visão a respeito da sociologia da primeira metade do século XX pode ser resumida:

Aparentemente, temos escolha apenas entre abordagens teóricas que apresentam o indi-

víduo como o que realmente existe, além da sociedade, o verdadeiramente “real” (sendo vista a sociedade como uma abstração, como algo que não existe efetivamente) e outros enfoques teóricos que apresentam a sociedade como um “sistema”, um “fato social *sui generis*”, uma realidade de tipo peculiar, para além dos indivíduos (*Idem*, p. 473).

O conceito de figuração, em contraposição, busca expressar a imagem do ser humano como personalidade aberta, aquele que possui algum grau de autonomia em face das outras pessoas (nunca uma autonomia completa), mas que, na realidade, é fundamentalmente orientado para as outras pessoas e dependente delas – o que liga os seres humanos é justamente a rede de interdependências. A figuração – conceito que, na visão de Elias expressa o que é chamado de “sociedade” – seria, portanto, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes (*Idem*, pp. 481-482).

A atenção que Elias dispensa à análise das inter-relações entre os indivíduos – ao contrário de autores que têm como foco o indivíduo – decorre de sua definição de sociologia. Uma definição simples de sociologia diz que é a ciência que trata dos problemas da sociedade. Mas o que é a sociedade? Para o autor, a sociedade é formada por todos nós, sendo cada um de nós um ser entre os outros; não se deve reificar o conceito de sociedade – assim como não se deve reificar o conceito de família, escola etc. A sociedade não pode ser considerada uma “coisa”, mas um grupo formado por seres humanos interdependentes.

A questão da interdependência é, portanto, central na definição de figuração, objeto da sociologia.

Quanto mais intimamente integrados forem os componentes de uma unidade compósita

ou, por outras palavras, quanto mais alto for o grau da sua interdependência funcional, menos possível será explicar as propriedades dos últimos apenas em função das propriedades da primeira. Torna-se necessário não só explorar uma unidade compósita em termos das suas partes componentes, como também explorar o modo como esses componentes individuais se ligam uns aos outros, de modo a formarem uma unidade. O estudo da configuração das partes unitárias ou, por outras palavras, a estrutura da unidade compósita, torna-se um estudo de direito próprio. Essa é a razão pela qual a sociologia não se pode reduzir à psicologia, à biologia ou à física: o seu campo de estudo – as configurações de seres humanos interdependentes – não se pode explicar se estudarmos os seres humanos isoladamente. Em muitos casos é aconselhável um procedimento contrário – só podemos compreender muitos aspectos do comportamento ou das ações das pessoas individuais se começarmos pelo estudo do tipo da sua interdependência, da estrutura das suas sociedades, em resumo, das configurações que formam uns com os outros (Elias, 1970, pp. 78-79).⁹

O conceito de figuração tem como objetivo, exatamente, “afrouxar o constrangimento de falarmos e pensarmos como se o ‘indivíduo’ e a ‘sociedade’ fossem antagônicos e diferentes” (*Idem*, p. 141). Pode ser aplicado a grupos de tamanhos e graus de interdependência diversos. Um grupo jogando pôquer, os alunos de uma sala de aula, uma vila de pescadores ou uma metrópole são todos exemplos de configurações. No caso das configurações mais complexas, elas não são percebidas diretamente, pois as cadeias de interdependências são maiores e mais diferenciadas. Compreendê-las implica abordá-las indiretamente e proceder a uma análise dos elos de interdependência.

As ligações sociais a que Elias se refere dizem respeito não apenas às relações interpessoais, mas também às ligações emocionais, consideradas agentes unificadores de toda a sociedade. Em unidades sociais pequenas, a ligação emocional ocorre entre os indivíduos; quando consideramos unidades sociais maiores, precisamos levar em conta novas formas de ligação emocional: as pessoas unem-se a símbolos de unidades maiores, ligam-se emocionalmente umas às outras por meio de símbolos (*Idem*, pp. 150-151).

Elias, muitas vezes, utiliza imagens a fim de deixar mais claro um conceito; no caso do termo figuração, faz menção à dança, independentemente do estilo, se tango, rock ou outro (Elias, 2000, pp. 482-483). A dança, segundo ele, não pode ser pensada sem uma pluralidade de indivíduos dependentes e orientados reciprocamente uns aos outros. Além disso, não é entendida como uma construção mental e, portanto, como uma mera abstração ou algo que existe para além do indivíduo – ainda que possa ser entendida como relativamente independente daqueles que estão tomando parte de uma determinada peça, jamais é entendida como independente dos indivíduos como tais. Ao utilizar a dança para melhor definir o termo figuração, Elias tem como objetivo principal eliminar a antítese ainda presente no uso dos conceitos de *indivíduo* e *sociedade*. Um segundo objetivo é discutir a mudança – e a partir daqui aproveito para fazer a ponte com o segundo princípio levantado acima, a respeito de as figurações estarem sempre em fluxo.

Assim como mudam as figurações formadas na dança – ora se tornam mais rápidas, ora mais lentas –, as figurações maiores, às quais chamamos sociedades, também mudam, ora de forma mais repentina e efêmera, ora de forma mais gradual e possivelmente mais duradoura.

Tão importante quanto a crítica à separação conceitual entre indivíduo e sociedade

é a crítica à redução processual, ou seja, à tendência de reduzir conceitualmente processos a estados. Novamente, imagens alusivas são citadas. A frase *O rio está correndo* ilustra a discussão, exemplificando a redução conceitual: estaria implícita a idéia de que o rio existe em estado de descanso e que, em um determinado momento, começa a se mexer. Mas o que seria um rio parado que não um lago ou uma represa?

Na sociologia, a redução processual pode ser vista em distinções conceituais entre o “ator” e sua atividade, entre estruturas e processos, objetos e relações. Conceitos tais como normas, valores, papéis, classe social etc. muitas vezes parecem existir independentemente dos indivíduos, o que, para Elias, é inapropriado. A solução está em reconhecer que as relações entre as pessoas são tão reais quanto o próprio indivíduo – da mesma forma que os indivíduos, os países também passam por mudanças contínuas, que levam de um estágio a outro. Se a personalidade deve ser entendida como a continuidade de transformações que levam de um estágio a outro, analogamente poderíamos dizer, por exemplo, que o Brasil contemporâneo também pode ser entendido como tendo emergido das mudanças ocorridas ao longo de vários séculos. Não existe uma substância chamada personalidade ou sequer uma substância chamada cultura brasileira ou sociedade brasileira que persiste ao longo do tempo.

Para minimizar essas falhas, Elias afirma que não devemos nos prender a conceitos e, no caso de utilizá-los, reconhece a necessidade de uma conceituação mais dinâmica, o que poderia ser alcançado com o uso de palavras cuja noção processual esteja implícita, tais quais socialização, individualização, “cientificação” ou “cortização”.¹⁰ Os conceitos devem ser utilizados a fim de guiar a investigação, ou seja, como sensibilizadores, o que é bastante condizente com o

objetivo de trabalhar a evidência histórica no sentido de construir teorias processuais do desenvolvimento social de longo prazo. Ponto importante contido nessa afirmação é de que existe uma mudança no significado dos conceitos decorrente da própria transformação histórica – o que remete tanto ao uso de definições êmicas como à necessidade de relacionar o conceito à época a que pertence, como foi visto n’*O processo*. Se Elias fala em burguesia, por exemplo, é consciente de que esse conceito muda com o passar dos séculos.

O terceiro ponto levantado, acerca dos desenvolvimentos de longo prazo, é muito importante para o autor e, nesse tópico, possui posição central a discussão sobre o motor desse desenvolvimento, quer dizer, se são ou não processos planejados.

Elias é contra a idéia de uma sociologia focada principalmente no presente de Estados-Nações entendidos como sistemas isolados. Isso seria uma consequência de, ao longo do processo de negação das teorias evolucionárias e do conceito de progresso dos séculos XVIII e XIX, “o bebê ter sido jogado fora junto com a água do banho”.

A preocupação sociológica vital em observar e explicar os processos de longo prazo foram rejeitadas juntamente com elementos que eram etnocêntricos, teleológicos e metafísicos e, portanto, corretamente descartados. O que surgiu então foi uma história a-teórica na qual faltava qualquer idéia de estrutura e uma sociologia focada principalmente no presente de Estados-Nações vistos como sistemas isolados. [...] Elias argumenta que essa “fuga da sociologia para o presente” ocorreu em parte juntamente com a dominação de estáticos modelos americanos de teoria e pesquisa, e parte em conjunto com o aumento da participação de cientistas sociais em planejamentos do Estado (Dunning e Krieken, 1997, p. 353).

Seria incorreto tentar explicar eventos sociais simplesmente em função das ações humanas intencionais: os processos são engendrados pelo entrelaçar de ações intencionais e planos de muitas pessoas, mas nenhuma delas realmente os planejou ou desejou individualmente (Elias, 1997b, p. 360). Nas palavras do próprio autor,

[...] a interpenetração de indivíduos interdependentes forma um nível de integração na qual as formas de organização, estruturas e processos não podem ser deduzidos das características biológicas e psicológicas que constituem os indivíduos (Elias, 1970, p. 50).

Em *Introdução à sociologia* (1970), Elias utilizou modelos para argumentar que das relações entre indivíduos resulta um processo não-intencional, não planejado. Pensemos em um jogo de xadrez. Ambos os jogadores, A e B, planejam suas jogadas. Fazem-no, porém, prevendo a possível reação do outro jogador e adaptando esse planejamento a cada pedra efetivamente movida por seu parceiro de jogo. A possibilidade de o jogo sair mais ou menos como planejado por um deles repousa na desigualdade de poder entre ambos os jogadores. À medida que diminui a desigualdade de forças entre os jogadores, resultará das jogadas de ambos um processo de jogo que nenhum deles planejou (*Idem*, p. 89).

Imaginemos agora um jogo de vários jogadores, por exemplo, dois times de seis jogadores, em que ambos os lados têm aproximadamente a mesma força e seguem regras previamente estabelecidas. O decurso do jogo não pode ser controlado por nenhum jogador isoladamente; a confusão de jogadas e contra-jogadas é grande. Qualquer um dos jogadores precisa necessariamente levar em consideração tanto a resposta de seus colegas de time como do time adversário. O obser-

vador que tentasse entender o decurso do jogo a partir das intenções e jogadas individuais se perderia na confusão de jogadas. Mas, distanciando-se das posições tomadas pelos dois lados, perceberia uma ordem, uma teia ordenada. Essa teia não deve ser encarada como ação exclusiva de nenhum dos lados, mas, antes, deve ser interpretada como continuidade de um processo de interpenetração que continuará no futuro (*Idem*, p. 91).

À medida que cresce o número de jogadores individuais, o jogo parece a cada um mais opaco e incontrollável; o jogador torna-se também consciente de sua impossibilidade de compreender e controlar o jogo. A tendência é para a deterioração do funcionamento do jogo, seguida de uma pressão para sua reorganização. Uma das formas possíveis de reorganização é o “modelo de jogo em dois níveis: tipo democrático crescentemente simplificado” (*Idem*, p. 96). Nesse modelo de jogo, a força dos jogadores de nível mais baixo vai crescendo relativamente à força dos jogadores de nível mais alto. Ao diminuir as diferenças de poder entre os dois níveis, torna-se maior a dependência – e a consciência da dependência por parte dos participantes – do nível mais alto em relação ao mais baixo. O jogo torna-se cada vez mais complexo e o jogador individual fica muito mais constrangido e limitado em decorrência do número de jogos simultaneamente interdependentes que tem de jogar.

Particularmente interessante é entendermos a mudança de concepção que os jogadores têm de seu jogo. Cada vez mais, a tendência é a produção de conceitos impessoais que dominem a sua experiência de jogo. Ou seja, os jogadores tendem a não mais acreditar que o jogo toma forma a partir de jogadas individuais. Os conceitos impessoais denotam uma certa autonomia do processo do jogo, considerado algo não imediatamen-

te controlável mesmo pelos próprios jogadores. É mais fácil para eles conceber o jogo como uma entidade “super-humana” do que compreender que a incapacidade individual de “controlar o jogo deriva da sua dependência mútua, das posições que ocupam como jogadores e das tensões e conflitos inerentes a essa teia que se entrelaça” (*Idem*, p. 99). Elias retoma, assim, novamente a crítica à separação entre indivíduo e sociedade: há uma mudança na forma como os jogadores percebem o decorrer do jogo, de algo que resulta de ações individuais para a existência de um decorrer independente dos jogadores, ou seja, de uma visão mais voltada para o indivíduo, e a ação individual para uma visão mais voltada para a “sociedade” como algo independente dos indivíduos que a formam.

De forma menos abstrata, a questão de que o processo histórico é, em grande medida, não planejado, é também posta por Elias em relação a *O processo civilizador*. Como explicar o fato de que, na Europa medieval, as pessoas usavam as próprias mãos para pegar a comida do prato comum em vez de utilizar garfos, facas e colheres? Como pode ser explicado o avanço no limiar do embaraço? As explicações mais óbvias seriam pobreza material, razões higiênicas e “razões de respeito” (Mennell, 1998, pp. 45-60). A primeira é claramente inaceitável, considerando que a riqueza estava presente na qualidade dos utensílios, mas não em sua quantidade – mesmo as colheres sendo feitas de ouro, cristal e coral, ainda assim as mãos eram usadas para pegar a comida. Em relação à segunda explicação, Elias mostra que a higiene avançou depois que já havia uma restrição a esse respeito em alguns grupos; quer dizer, as explicações higiênicas surgiram depois que as pessoas já haviam desenvolvido um sentimento de repugnância em relação a escarrar, assoar-se, colocar comida de volta no prato comum etc. Finalmente, o fato de que novos

padrões de comportamento estivessem surgindo por “razões de respeito” é uma dica importante para entendermos a explicação dada pelo autor a propósito da dinâmica dos processos civilizatórios.

O que é bastante característico e importante em sua explicação não é o fato de a classe mais alta ter conseguido impor padrões de controle cada vez maiores em relação aos socialmente inferiores, mas *o por quê* foi capaz de fazê-lo. A ênfase de sua teoria é dada aos processos não-planejados, principalmente o que chama de “democratização funcional”: a mudança nos costumes deve-se principalmente à correlação entre o aumento no nível de interdependência entre as pessoas, aumento no nível de consideração para com os outros e ainda um aumento no nível de identificação mútua entre as pessoas. Para fazer justiça à teoria eliasiana, é importante registrar que essas mudanças também estão relacionadas a uma rede de outras mudanças, como o balanço entre coação externa e auto-coação, a remoção de vários atos e atividades para os bastidores da vida social, a divisão cada vez maior entre esferas pública e privada. A isso adiciona-se um ponto muito importante em Elias, já comentado anteriormente, a saber, a relação entre o desenvolvimento da estrutura da personalidade e a dinâmica social:

A estabilidade peculiar do aparato de auto-controle psicológico que emerge como traço decisivo, construído no *habitus* de todo ser humano “civilizado”, mantém a relação mais estreita possível com a monopolização da força física e a crescente estabilidade dos órgãos centrais da sociedade. Apenas com a formação desse tipo relativamente estável de instituições monopolizadoras é que as sociedades adquirem realmente essas características, em decorrência das quais os indivíduos que as compõem sintonizam-se, desde a

infância, com um padrão altamente regulado e diferenciado de autocontrole; apenas em combinação com tais monopólios é que esse tipo de autolimitação requer um grau mais elevado de automatismo, é que se torna, por assim dizer, “segunda natureza” (Elias, 2000, p. 369).

Ainda que o ponto fulcral do autor sejam os processos cegos ou não-planejados, os processos planejados – também chamados de ofensivas civilizatórias – não são esquecidos:

A forma contemporânea de planejamento social institucionalizado e tecnicizado é – tanto nos países mais pobres e menos desenvolvidos como nos mais ricos e mais desenvolvidos – alinhada em direção a mais desenvolvimento. Entretanto, essa forma mais consciente, ou até socialmente planejada de desenvolvimento futuro, que em algumas sociedades abarca mais e mais setores e, em muitas, todos os setores da prática social, é característico de uma fase específica do desenvolvimento não-planejado mais amplo das sociedades humanas (Elias, 1997b, p. 370).

Em poucas palavras, ainda que existam processos planejados e cegos, os primeiros são vistos como partes dos segundos; os processos cegos engendram a possibilidade de processos planejados – esses processos ou ofensivas civilizatórias são definidos como campanhas mais ou menos organizadas com o objetivo de mudar o comportamento de um grupo, geralmente no sentido de padrões mais civilizados (Spierenburg, 2001).

Para finalizar a discussão desse terceiro ponto, é importante registrar que a seqüência de transformações engendradas por esses processos – tanto planejados como não-planejados – pode ser estabelecida com base em fontes de dados empíricos, e a explicação

para essas transformações deve ser procurada na dinâmica das figurações. Ou seja, as transformações são fruto das mudanças nas interdependências sociais, no embate entre indivíduos e grupos (Dunning e Krieken, 1997).

As ações planejadas podem, inclusive, ter conseqüências inesperadas e indesejadas.

Torna-se jogo óbvio que as conseqüências não planejadas de ações humanas planejadas surgem das suas repercussões no interior de uma teia tecida pelas ações de muitos indivíduos. Ao tornar explícita essa idéia, um conceito de ação torna-se um conceito de função. Em vez de falarmos de pessoas que atuam para desenvolver as sociedades, temos que falar de um modo mais impessoal, no processo de desenvolvimento (Elias, 1970, p. 161).

Na visão de Elias, a mudança social é inevitável. O mais interessante, contudo, não é a mera constatação da inevitabilidade da evolução social, mas sua visão a respeito dos diversos estágios sociais. À medida que a evolução se processa de uma figuração A para uma figuração D, passando por B e por C, temos duas perspectivas possíveis de abordá-las. Do ponto de vista da figuração A, a figuração B é apenas uma das diferentes possibilidades de mudanças – o mesmo ocorre com a figuração C em relação a B e com a figuração D em relação a C. Entretanto, do ponto de vista da figuração D, C é geralmente uma condição necessária para sua formação, assim como B é uma relação necessária para a formação de C, e A o é para B. As relações sociogenéticas entre configurações anteriores e posteriores são, dessa forma, mais adequadamente expressas se os conceitos de “causa” e “efeito” forem evitados.

Em muitos, senão em todos os casos, as configurações formadas por pessoas interdependentes são tão plásticas que a configuração

num estágio tardio do fluxo configuracional é de fato apenas uma das muitas possíveis transformações de uma configuração anterior. Porém, à medida que uma determinada configuração se transforma noutra, dá-se o estreitamento de uma grande dispersão de possíveis transformações até surgir uma única consequência. Retrospectivamente, é tão plausível examinarmos a cadeia de potenciais consequências como descobrir a constelação particular de fatores responsáveis pela emergência desta e não doutra configuração, dentro das alternativas possíveis (*Idem*, pp. 176-177).

Por fim, a quarta e última característica da sociologia eliasiana diz respeito ao desenvolvimento do conhecimento. O principal problema a ser enfrentado por uma teoria do conhecimento é entender como os conceitos se transformam e se tornam mais adequados e apropriados à análise do processo social. A crítica do autor tanto à sociologia como à filosofia do conhecimento é de que são estáticas. Dessa forma, devem ser transformadas em análises processuais por meio do estudo do desenvolvimento dos próprios conceitos. Da mesma forma que os processos culturais estão relacionados ao processo da civilização, o conhecimento não é algo separado da sociedade – uma mudança no primeiro é também um dos aspectos de uma mudança no segundo¹¹ (Wilson, 1960-1962, p. 38).

A princípio bastante semelhantes aos conceitos de objetividade e neutralidade, desenvolvidos por Weber em *Ciência e política, duas vocações* (1993) e em “A ‘objetividade’ do conhecimento nas ciências sociais” (1991), Elias utiliza os conceitos de envolvimento (*involvement*) e distanciamento (*detachment*). Para Weber, a realidade, sendo múltipla e multifacetada, só pode ser estudada a partir de um recorte feito pelo pesquisador. O cientista define, portanto, um fragmento que conside-

ra relevante e significativo não só para ele como para a época e a cultura em que se insere. Mais do que isso, para Weber, “o objeto do conhecimento social não se impõe à análise, como já dado, mas é constituído nela própria, através dos procedimentos metódicos do pesquisador” (Cohn, 1991, p. 22). Dessa forma, o pesquisador acaba por atribuir uma ordem a aspectos selecionados, o que requer dele uma posição ativa; mas isso não significa imprimir “visões de mundo” aos resultados da pesquisa. Ao político é permitido tomar decisões impulsionado por interesses; ao cientista só é lícito reconstruir e analisar os fatos seguindo as exigências do método científico. A possibilidade de objetividade repousa, portanto, no método científico.

Dessa discussão de Weber, o que está mais próximo a Elias é a questão de que o objeto do conhecimento social é constituído na própria realidade; enfatiza, entretanto, que a questão não é apenas metodológica, mas é preciso compreender a relação do conhecimento e do comportamento humanos, o próprio conhecimento científico sendo uma possibilidade engendrada pelo estágio da sociedade. Assim como não há o envolvimento total, o distanciamento também não é completo. Afirma Elias que apenas os bebês e os adultos insanos têm a possibilidade de se envolverem tanto a ponto de abandonar seus sentimentos presentes ou, no outro extremo, só eles podem ficar completamente alheios ao que se passa ao seu redor (Elias, 1956, p. 226 *apud* Mennell, 1992, p. 161).

Assim como o comportamento humano oscila entre os dois extremos – envolvimento e distanciamento completos –, também é possível observar essa mesma oscilação nos diferentes grupos humanos. As reações às forças da natureza – tempestade, fogo ou doença, por exemplo – variam de indivíduo para indivíduo e de situação para situação. Contudo, nas sociedades contemporâneas,

científicas, os conceitos utilizados para falar, pensar e agir representam um alto grau de distanciamento (Mennell, 1992, p. 161). O distanciamento é uma condição necessária para o desenvolvimento da ciência,

[...] se as pessoas têm possibilidade de observar a relação dos elementos em um processo com um certo distanciamento, relativamente livres de fantasias emocionais e de uma forma realista, então elas podem formar uma representação simbólica – uma “teoria”, um “modelo” (*Idem*, p. 164).

A relação entre os conceitos de envolvimento/distanciamento e sociogênese/psicogênese é forjada n’*O processo civilizador*: um aumento nos padrões científicos de distanciamento requer um aumento similar, ao longo de várias gerações, nos padrões de auto-controle, internalizados ao longo do crescimento individual (Mennell, 1998, p. 163). Em outras palavras, a “cientificização” do conhecimento humano faz parte do mesmo movimento em direção a um maior auto-controle e capacidade de previsibilidade.

Conclusão

A sociologia de Elias é conhecida tanto por *sociologia figuracional* como por *sociologia processual*. O termo figuração, provavelmente por não ser de uso corrente, foi adotado por intelectuais que não concordavam com a teoria de Elias, chamando o grupo oponente de sociologia figuracional; o mesmo rótulo foi posteriormente adotado também por seus seguidores, que assim se referiam a si mesmos. Não é por outro motivo que o *newsletter* publicado pela Fundação Norbert Elias chama-se *Figurations*. Entretanto, com o tempo, Elias passou a mostrar simpatia pelo termo sociologia processual

em detrimento de sociologia figuracional, pois entendia que, além deste estar sendo utilizado de uma forma estática, ou seja, exatamente o oposto do que tinha em mente, uma palavra, seja ela qual for, não é suficiente para resolver problemas teóricos. Já o termo processual, por ser de uso corrente, dava menos margem à interpretação errônea do que era considerado por ele um dos princípios fundantes de sua sociologia.

De qualquer forma, ambas as denominações são adequadas já que ressaltam sua perspectiva analítica e cognitiva, ou seja, seu modo de olhar para a sociedade e interpretá-la. A figuração é uma forma de olhar para os dois pilares da sociologia, indivíduo e sociedade, de forma articulada. Como bem mostra Waizbord, “não há ‘indivíduo’, mas apenas, e precisamente, ‘indivíduo’ na sociedade; não há ‘sociedade’, mas apenas, e precisamente, ‘sociedade’ no indivíduo” (1999, p. 92). A noção de processo já está implícita: o processo de fazer-se do indivíduo *na* sociedade e da sociedade *no* indivíduo.

Essa questão abre espaço para finalizar este texto discutindo um ponto de extrema importância: a recusa de Elias à sociologia normativa. Em sua visão, a sociologia não trabalha com o “dever ser”, ao pesquisador não cabe dizer o que é melhor. Assim como não cabe desenvolver conceitos onde será encaixada a realidade estudada. Elias é, antes de tudo, empírico. A compreensão da dinâmica social e a própria teoria surgem do trabalho de investigação e não de “especulações teóricas e epistemológicas” (Heinich, 2001, p. 157). O cientista é, para Elias, um destruidor de mitos – observando os fatos, luta por substituir mitos, idéias religiosas etc., por teorias testáveis, verificáveis e susceptíveis de correção por meio da observação. Contudo, observa ele,

[...] a tarefa que a ciência tem de perseguir os mitos até a morte e de demonstrar que certas

crenças generalizadas não são baseadas nos factos nunca será totalmente realizada, pois que, tanto dentro como fora dos grupos de cientistas especializados, há sempre quem converta as teorias científicas em sistemas de crenças. Extrapolam-se as teorias e usam-se de um modo perfeitamente divorciado de uma investigação dos factos teoricamente orientada (Elias, 1970, pp. 55-56).

Na “Introdução” deste texto afirmo que a importância de Elias no campo da sociologia pode ser percebida nas citações de suas obras. De certa forma, não há nada mais

anti-eliasiano do que se apropriar de seus exemplos para discutir uma outra realidade. Elias foi, muitas vezes, acusado de ser eurocêntrico por falar sobre o processo da civilização baseando-se apenas em dados sobre a Europa. Contudo, em nenhum momento ele afirma que suas análises e conclusões são válidas para outras regiões, mas nos incentiva a estudar empiricamente nossos próprios processos. Elias não nos convida a repetir seus achados, mas a pesquisar outras figuras e processos. Apropriando-me da expressão utilizada por Goudsblom (2001), Elias nos convida a *pensar com ele* e a partir dele.

Notas

1. As datas de publicação a seguir dizem respeito às publicações brasileiras. Contudo, há publicações anteriores em português e espanhol.
2. Neste texto, darei preferência à edição inglesa revista, publicada em um único volume (Elias, 2000).
3. Para uma visão geral das resenhas publicadas à época, ver Goudsblom (1994).
4. A tradução literal do título em alemão é *O que é sociologia?*, a meu ver muito mais elucidativo. Obra infelizmente ainda não publicada no Brasil, disponível em nossa língua apenas a edição portuguesa (Elias, 1970).
5. Esse segundo significado constitui parte do conceito de ofensiva civilizatória, que deverá ser analisado com propriedade mais adiante.
6. Esse ponto nos dá uma pista sobre como Elias trabalha seu material empírico: os livros, as pinturas etc., de diversas épocas históricas, são utilizados para entender os próprios valores da época e da classe que representam. Por exemplo, utiliza poemas líricos para entender as diferenças entre diversos países (Elias, 1980). Enquanto o “processo civilizador” refere-se a mudanças na estrutura da personalidade, ‘processos culturais’ referem-se a mudanças nos padrões simbólicos produzidos pelas pessoas”. Esses dois processos, afirma o autor, são inseparáveis, assim como o desenvolvimento da economia, do conhecimento etc. também devem ser relacionados ao processo civilizador.
7. Sua posição teórica é bem marcada na “Introdução” à edição de 1969 do *The civilizing process* (2000) e no livro *Introdução à sociologia* (1970). Quando escreveu *O Processo*, Elias estava mais preocupado em apresentar sua análise do que em criticar outras posições teóricas e demarcar a sua própria. Passados trinta anos, e tendo sido muito mal compreendido, veio a necessidade dessa demarcação. Se n’*O Processo* constrói empiricamente seus

conceitos, na “Introdução” à edição de 1969 e na *Introdução à sociologia* dá um *status* teórico à sua produção intelectual. Na parte que se segue deste artigo, farei várias menções a esses textos.

8. Há uma grande discussão nos grupos de sociólogos adeptos da sociologia de Norbert Elias a respeito do uso do termo configuração ou figuração. Essa questão não advém de problemas de tradução do alemão para o inglês; o próprio autor, cuja obra foi escrita em sua maior parte em inglês, utilizou ambos os termos. Em grande parte de sua obra, utiliza “configuração”, palavra escolhida com o principal objetivo de fazer face ao termo parsoniano “sistema”. Apenas mais tarde em sua carreira é que passou a questionar a palavra em si, não seu significado. O ponto que incomodava Elias é que, no latim, o prefixo *con* significa exatamente “com”, ou seja, se figuração (*figuration*) quer dizer padrão (em inglês, *pattern*), con-figuração (*configuration*) significaria *com padrão* (*with pattern*). Entretanto, como o objetivo do autor era entender o padrão em si, o prefixo *con* passou a ser visto como redundante, e ele passou a preferir o uso de *figuração* (Landini e Passiani, 2001). Pessoalmente, prefiro configuração, principalmente por ser esse um termo mais corrente na língua portuguesa – o uso de vocabulário trivial era também uma das preocupações de Elias. Entretanto, como a tendência internacional é utilizar o termo figuração, farei essa opção neste texto, com exceção, é claro, das citações, que respeitarão o texto original.
9. Ao afirmar que o comportamento das pessoas pode ser entendido apenas se o estudo se iniciar pelas configurações, Elias retoma, nesse seu livro de 1970, um ponto amplamente discutido n’*O processo civilizador*, qual seja, o da relação entre dinâmica social e estrutura da personalidade.
10. Muitas vezes, na falta de uma palavra que transmita a noção de processo, o autor utiliza neologismos, tal qual “cortização” (em inglês, língua em que escreveu grande parte de sua obra, *courtization*).
11. Ao longo deste texto, fiz vários comentários a respeito da recusa de Elias em aceitar a separação entre os conceitos de indivíduo e sociedade. Para ele, não é suficiente constatar que essa separação prevalecia em sua época, mas faz também uma leitura processual dessa questão, ou seja, usa sua sociologia do conhecimento para compreender a formação desses conceitos e sua separação. Essa análise pode ser encontrada na “Introdução” à edição de 1969 (Elias, 2000) e no *A sociedade dos indivíduos* (1994a).

Bibliografia

- BURGUIÈRE, André. (2001), “Processo de civilização e processo nacional em Norbert Elias”, in Alain Garrigou e Bernard Lacroix, *Norbert Elias: a política e a história*, São Paulo, Perspectiva.
- COHN, Gabriel. (1991), “Introdução”, in _____ (org.), *Weber*. São Paulo, Ática (col. Grandes Cientistas Sociais, 13).
- DUNNING, Eric & MENNELL, Stephen. (2003), *Norbert Elias*. Londres/New Delhi, Thousand Oaks/Sage Publications, 4 vols.

- DUNNING, Eric & MENNELL, Stephen. (1997), "Prefácio à edição inglesa", in Norbert Elias, *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- DUNNING, Eric & KRIEKEN, Robert van. (1997), "'Translators' introduction to Norbert Elias's: 'towards a theory of social processes'". *British Journal of Sociology*, 48 (3): 353-354.
- ELIAS, Norbert. (1970), *Introdução à sociologia*. Lisboa, Edições 70.
- _____. (1980), *Cultural and civilising processes*. Trabalho apresentado em Amsterdam em 27/02/1980 (mimeo.).
- _____. (1990), *O processo civilizador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, vol. 1.
- _____. (1993), *O processo civilizador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, vol. 2.
- _____. (1994a), *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. (1994b), *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. (1997a), *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. (1997b), "Towards a theory of social processes: a translation". *British Journal of Sociology*, 48 (3): 355-383.
- _____. (1998 [1956]), "Problems of involvement and detachment". *British Journal of Sociology*, 7 (3).
- _____. (2000), *The civilizing process: sociogenetic and psychogenetic investigations*. Massachusetts, Blackwell.
- _____. (2001a), *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. (2001b), *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- ELIAS, Norbert & Scotson, John L. (2000), *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- FLETCHER, Jonathan. (1997), *Violence and civilization: an introduction to the work of Norbert Elias*. Cambridge, UK, Polity Press.
- GARRIGOU, Alain & LACROIX, Bernard. (2001), "Introdução – Norbert Elias: o trabalho de uma obra", in Alain Garrigou e Bernard Lacroix, *Norbert Elias: a política e a história*, São Paulo, Perspectiva.
- GOUDSBLOM, Johan. (1994), "The theory of the civilizing process and its discontents". Trabalho apresentado no Zesde Sociaal-Wetenschappelijke Studiedagen. Amsterdam (mimeo.).
- _____. (1998 [1977]), "Sociology in the balance". Oxford, Basil Blackwell.

- _____. (2001), "Pensar com Elias", in Alain Garrigou e Bernard Lacroix, *Norbert Elias: a política e a história*, São Paulo, Perspectiva.
- GOUDSBLOM, Johan & MENNELL, Stephen (eds.). (1998), *The Norbert Elias reader*. Oxford, UK and Malden, USA, Blackwell Publishers.
- HEINICH, Nathalie. (2001), *A sociologia de Norbert Elias*. Bauru, SP, Edusc.
- LANDINI, Tatiana Savoia. (2006), *Horror, honra e direitos: violência sexual contra crianças e adolescentes no século XX*. Tese de doutorado, São Paulo, FFLCH/ USP.
- LANDINI, Tatiana Savoia & PASSIANI, Enio. (2001), *Entrevista com Stephen Mennell, Eric Dunning e Johan Goudblom* (mimeo.).
- MENNELL, Stephen. (1992), "Momentum and history", in Joseph Melling e Jonathan Barry (eds.), *Culture in history: production, consumption and the values in historical perspective*. Exeter, UK, University of Exeter Press.
- _____. (1998), *Norbert Elias: an introduction*. Dublin, University College Dublin Press.
- ORTIZ, Renato (org.). (1994), *Pierre Bourdieu*. São Paulo, Ática (col. Grandes Cientistas Sociais, 39).
- SPIERENBURG, Peter. (2001), "Violence and the civilizing process: does it work?". *Crime, Histoire & Sociétés / Crime, History and Societies*, 5 (2): 87-105.
- WAIZBORT, Leopoldo. (1999), "Elias e Simmel", in Leopoldo Waizbort (org), *Dossiê Norbert Elias*, São Paulo, Edusp.
- WEBER, Max. (1991), "A 'objetividade' do conhecimento nas ciências sociais", in Gabriel Cohn (org.), *Weber*, São Paulo, Ática (col. Grandes Cientistas Sociais, 13).
- WEBER, Max. (1993), *Ciência e política, duas vocações*. São Paulo, Cultrix.
- WILSON, Ian. (1960-1962), *Sociological theory seminar*. Notes on Elias/Cohen course (mimeo.).

- Artigo recebido em Jul/2006
- Aprovado em Ago/2006

Resumo

A Sociologia de Norbert Elias

O presente artigo objetiva discutir os princípios básicos da sociologia de Norbert Elias. Quatro princípios foram levantados e analisados: sociologia diz respeito a pessoas no plural (figurações); as figurações formadas pelas pessoas estão continuamente em fluxo; os desenvolvimentos de longo prazo são em grande medida não planejados e não previsíveis; o desenvolvimento do saber dá-se dentro das figurações, e é um dos aspectos importantes do

desenvolvimento. O texto conclui discutindo a importância do trabalho empírico na sociologia de Elias, possibilita a construção teórica de seus conceitos.

Palavras-chaves: Teoria sociológica; Norbert Elias; Sociologia figuracional; Sociologia processual.

Abstract

The Sociology of Norbert Elias

The present article aims at discussing the basic principles of the sociology of Norbert Elias. Four principles are raised and analyzed: the sociology is about people in plural (figurations); figurations formed by people are continuously flowing; long term developments are mostly unplanned and unpredictable; knowledge development takes place within figurations, and is one of the important aspects of its development. The text is concluded discussing the importance of the empirical work in the sociology of Elias, making possible a theoretical approach of his concepts.

Keywords: Sociological theory; Norbert Elias; Figurational sociology; Processual sociology.

Résumé

La Sociologie de Norbert Elias

Cet article propose une discussion sur les principes de base de la sociologie de Norbert Elias. Quatre principes ont été identifiés et analysés : la sociologie se réfère à des personnes au pluriel (figurations) ; les figurations formées par des personnes sont en flux continu ; les développements qui possèdent un long délai sont en grande mesure non planifiés et non prévisibles ; le développement du savoir se fait à l'intérieur des figurations et constitue l'un des aspects importants du développement. Le texte se conclut par la discussion de l'importance du travail empirique dans la sociologie de Elias et permet la construction théorique de ses concepts.

Mots-clés: Théorie sociologique; Norbert Elias; Sociologie figurative; Processus sociologique.

Programas de Pós-Graduação e Centros de Pesquisa Filiados à Anpocs

Casa de Oswaldo Cruz Departamento de
Pesquisa - COC
www.coc.fiocruz.br

Centro Brasileiro de Análise e
Planejamento - CEBRAP
www.cebrap.org.br

Centro de Estudos Africanos - CEA - USP
www.fflch.usp.br/cea

Centro de Estudos da Religião - CER-USP
www.fflch.usp.br/cer

Centro de Estudos de Cultura
Contemporânea - CEDEC
www.cedec.org.br

Centro de Estudos Rurais e Urbanos
CERU-USP
www.fflch.usp.br/prpesq/ceru/htm

Centro de Pesquisa e Documentação
História Contemporânea CPDOC - FGV-
RJ
www.cpdoc.fgv.br

Centro Josué de Castro
www.josuedecastro.org.br

Centro Recursos Humanos - CRH - UFBA
www.crh.ufba.br

FGV - Programa de Pós-Graduação em
Administração Pública e Governo
www.easp.fgvsp.br

Fundação Casa de Rui Barbosa
www.casaruibarbosa.gov.br

Fundação Joaquim Nabuco Instituto de
Pesquisas Sociais - FJN
www.fundaj.gov.br

Instituto de Estudos da Religião - ISER
www.iser.org.br

Instituto de Relações Internacionais IRI-
PUC-RJ
www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/iri

IUPERJ - Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política
www.iuperj.br/pos_graduacao

IUPERJ - Programa de Pós-Graduação em
Sociologia
www.iuperj.br/pos_graduacao

Museu Paraense Emilio Goeldi - UFPA
www.museu-goeldi.br/informacaocientifica

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos -
NAEA - UFPA
www.naea.ufpa.br

Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre
Democracia e Desenvolvimento -
NADD/USP
www.nadd.prp.usp.br

Núcleo de Documentação e Informação
Histórica - NDHIR/UFPA
www.reitoria.ufpb.br/ndhir

- Núcleo de Estudos de Gênero - PAGU - UNICAMP
www.unicamp.br/pagu/consulta.htm
- Núcleo de Estudos de Políticas Públicas - NEPP - UNICAMP
www.nepp.unicamp.br
- Núcleo de Estudos de População - NEPO - UNICAMP
www.unicamp.br/nepo
- PUC-MG - Mestrado em Ciências Sociais - Gestão Cidades
www.pucminas.br/cursos/mestrado
- PUC-SP - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.pucsp.br/pos
- UERJ - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.2.uerj.br/~ppcis
- UFBA - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.ppgs.ufba.br
- UFC - Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufc.br/posgraduacao
- UFF - Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.uff.br/ppga/dissertacoes.htm
- UFF - Programa de Mestrado em Ciência Política-UFF
www.uff.br/pgcp
- UFMG - Programa de Mestrado em Ciência Política
www.fafich.ufmg.br/dcp/mestrado.htm
- UFMG - Programa de Mestrado em Sociologia e Antropologia
www.fafich.ufmg.br/soa
- UFPA - Programa de Mestrado em Antropologia
www.ufpa.br/cfch
- UFPB - Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.prpg.ufpb.br
- UFPE - Pós-Graduação em Ciência Política
www.politica.ufpe.br
- UFPE - Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.ufpe.br/antropologia
- UFPE - Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufpeppgs.hpg.ig.com.br
- UFPR - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.humanas.ufpr.br/pos/antropol
- UFPR - Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.humanas.ufpr.br/pos/socio
- UFRGS - Programa de Pós-Graduação e Planejamento Urbano Regional
www.ufrgs.br/propur
- UFRGS - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.ufrgs.br/ifch/ppgas
- UFRGS - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.cienciapolitica.ufrgs.br
- UFRGS - Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufrgs.br/ifch/posgrad/sociologia
- UFRJ - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Museu Nacional
www.acd.ufrj.br/~museuhp/pesq.htm

UFRJ - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia Social
www.ifcs.ufrj.br/~ppgsa

UFRRJ - Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrário
www.alternex.com.br/~cpda

UFSC - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.chf.ufsc.br/~antropos

UFSC - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
www.reitoria.ufsc.br/prpg

UFSCar - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.ufscar.br/~ppgcs

UNB - Programa de Mestrado em Ciência Política
www.unb.br/ipol

UNB - Programa de Mestrado em Relações Internacionais
www.unb.br/dpp.ppg.htm

UNB - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.unb.br/ics/dan/manual_pos

UNB - Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.unb.br/ics/sol/posgraduacao

UNESP - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.marilia.unesp.br/ensino/pos-grad/ciencias_sociais

UNESP-Araraquara - Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.fclar.unesp.br/possoc

UNESP/UNICAMP/PUC-SP - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
www.unesp.br/santiagodantassp ; www.unicamp.br/santiagodantassp ; www.pucsp.br/santiagodantassp

UNICAMP - Programa de Doutorado em Ciências Sociais
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP - Programa de Mestrado em Antropologia Social
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP - Programa de Mestrado em Ciência Política
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP - Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP - Programa de Política Científica Tecnológica
www.ige.unicamp.br/dcpt

UNISINOS - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas
www.unisinos.br/ppg.ciencias_sociais

USP - Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.fflch.usp.br/da

USP - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.fflch.usp.br/dcp

USP - Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.fflch.usp.br/ds

Fontes de Pesquisa

Arquivos e Centros de Documentação

Anarchy Archives
dwardmac.pitzer.edu/anarchist_archives/

Archiv der sozialen Demokratie
www.fes.de/archive/index_gr.html

Archives de France
www.archivesdefrance.culture.gouv.fr

Arquivo Ana Lagôa
www.arqanalagoa.ufscar.br

Arquivo Central do Sistema de Arquivos da unicamp
www.unicamp.br/suarq/siarq/

Arquivo de História da Ciência do MAST
www.mast.br/histciencia2.htm

Arquivo do Centro de Comunicação da unicamp
www.unicamp.br/cco/areas/acervo/index.htm

Arquivo do Estado de São Paulo
www.arquivoestado.sp.gov.br/

Arquivo Edgar Leuenroth
www.arquivo.ael.ifch.unicamp.br

Archivo General de Indias
www.mcu.es/lab/archivos/AGI.html

Archivo General de la Guerra Civil Española
www.mcu.es/lab/archivos/SGV.html

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
www.rio.rj.gov.br/arquivo/

Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora
www.clionet.ufjf.br/ahuff/

Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional
www.visualnet.com.br/mhn/

Arquivo Histórico do Museu Imperial
www.museuimperial.gov.br/arquivohistorico.htm

Arquivo Histórico Municipal de Salvador
www.pms.ba.gov.br/fgm

Arquivo Histórico Municipal de São Paulo
www.prodham.sp.gov.br/dph

Arquivos do Komintern
e-mail: iisgmofl@glasnet.ru

Arquivos Históricos/Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da unicamp
www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/

Arquivo Multimeios/Instituto de Artes da unicamp
www.iar.unicamp.br/multimeios/arquivo.htm

Arquivo Nacional
www.arquivonacional.gov.br

- Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
www.pbh.gov.br/cultura/arquivo
- Arquivo Público do Distrito Federal
www.arpdf.df.gov.br/
- Arquivo Público do Estado da Bahia
www.apeb.ba.gov.br/
- Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES)
www.ape.es.gov.br/web/index2.htm
- Arquivo Público do Estado do Pará
www.arqpep.pa.gov.br/
- Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
www.aperj.rj.gov.br/
- Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
www.sarh.rs.gov.br/apers/
- Arquivo Público de Mato Grosso
www.apmt.mt.gov.br/
- Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Estado de Pernambuco)
www.fisepe.pe.gov.br/apeje/
- Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte
www.ape.rn.gov.br/
- Arquivo Público do Paraná
www.pr.gov.br/arquivopublico/
- Arquivo Público Mineiro (APM)
www.cultura.mg.gov.br/programas/cultura027.htm
- Arquivo Público Municipal de Além Paraíba – MG (Arquivo Público Municipal Geraldo de Andrade Rodrigues)
www.arquivodealemparaiba.hpg.ig.com.br/index.html
- Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (cebrap)
www.cebrap.org.br
- Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulalio da unicamp
www.unicamp.br/iel/cedae/cedae.html
- Centro de Documentação e Informação em Arte da Funarte (cedoc)
www.funarte.gov.br/cdoc/
- Centro de Documentação e Memória da unesp
www.cedem.unesp.br/
- Centro de Documentação e Referência Itaú Cultural (CDR)
www.itaucultural.org.br/quemso-
mos/bd0.cfm?cd_pagina=120&cd_pagi-
na=120
- Centro de Documentação Maurício Tragtenberg
www.nobel.com.br/-cdmt/
- Centro de Documentação Memória Sindical da CUT
www.cut.org.br/index.htm
- Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA
www.candidomendes.br/ceaa
- Centro de Estudos da Metrópole
www.centrodametropole.org.br
- Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (cedec)
www.cedec.org.br
- Centro de Memória da unicamp
www.unicamp.br/suarq/cmu/
- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)
www.cpdoc.fgv.br/comum/html/

Consórcio de Informações Sociais –
CIS/NADD
www.nadd.prp.usp.br/piloto/index.aspx

Fundação Arquivo e Memória de Santos
www.web@santos.sp.gov.br

Fundação Casa de Rui Barbosa
www.casaruibarbosa.gov.br/

Fundação Joaquim Nabuco
www.fundaj.gov.br/

Fundação Osvaldo Cruz/Departamento de
Arquivo de Documentação
www.fiocruz.br/coc/dad1.html

Fundação Patrimônio Histórico da Energia
de São Paulo
www.fphesp.org.br/

Marxists.org Internet Archive
www.marxists.org/

National Archives and Records Administra-
tion (NARA)
www.nara.gov/

National Archives of Australia
www.naa.gov.au/

National Archives of Canada
www.archives.ca/

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos –
NAEA
www.naea.ufpa.br

Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da
Unicamp (nepp)
www.nepp.unicamp.br

Associações e Conselhos

Arquivistas Associados (ARQAS)
znap.to/arqas/

Associação Brasileira de Educação em
Ciência da Informação (abecin).
www.abecin.org/Home.htm

Associação Brasileira de Normas Técnicas
(ABNT)
www.abnt.org.br/

Associação Brasiliense de Arquivologia
(ABARQ)
www.montess.com.br/dominio/abarq/forum/default.asp

Associação de Amigos do Arquivo Público
do Estado de Santa Catarina
e-mail: associacaoamigos.sc@bol.com.br

Associação de Arquivistas de São Paulo
(ARQ-SP)
www.arqsp.org.br/

Associação dos Arquivistas do Estado do
Rio Grande do Sul (AARS)
www.arquivologia.ufsm.br/aars/

Associação dos Arquivistas Brasileiros
(AAB)
www.aab.org.br/

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Gra-
duação em Ciência da Informação e Biblio-
teconomia (ANCIB)
www.alternex.com.br/-aldoibct/ancib.html

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais (anpocs)
www.anpocs.org.br

Conselho Nacional de Arquivo (conarq)
www.arquivonacional.gov.br/conarq/index.htm

Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos
Municipais
e-mail: forumdam@uol.com.br

International Council on Archives
www.ica.org/

Bibliotecas Virtuais

ABU: la Bibliothèque Universelle
abu.cnam.fr/

Bibliomania
www.bibliomania.com/

Biblioteca Virtual Carlos Chagas
www.prossiga.br/chagas/

Biblioteca Virtual de Ciências Sociais
www.prossiga.br/csociais/pacc/

Biblioteca Virtual de Estudos Culturais
www.prossiga.br/estudosculturais/pacc/

Biblioteca Virtual Prof. José Roberto do Amaral Lapa
143.106.59.6/index.htm

Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro
www.bibvirt.futuro.usp.br/

Bibliotecas Virtuais Temáticas
www.prossiga.br/bvtematicas/

UNESBIB - Bibliographic records of Unesco documents, publications and Library collections
unesdoc.unesco.org/ulis/unesbib.html

The Library of Congress
www.loc.gov
<http://catalog.loc.gov>

SiBi/USP
www.usp.br/sibi

Faculdades e Institutos

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
www.ibict.br/

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)
(Especialização em Organização de Arquivos)
www.ieb.usp.br/

Instituto Superior de Estudos da Religião
www.iser.org.br

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)
www.iuperj.br

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Graduação em Ciência da Informação)
www.inf.pucminas.br/ci/

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Mestrado e Doutorado em Comunicação e Semiótica - área: Tecnologias da Informação)
www.pucsp.br/~cos-puc/

Universidade do Rio de Janeiro (Graduação em Arquivologia)
www.unirio.br/cch/index.htm

Universidade Estadual de Londrina/Depto. de Ciências da Informação/Depto. de História (Graduação em Arquivologia; Especialização em Gerência de Unidades e Serviços de Informação)
www.uel.br/ceca/cinf/arquivologia.htm

Universidade Federal de Santa Maria/Arquivologia (Graduação em Arquivologia)
www.arquivologia.ufsm.br/

Universidade Federal Fluminense/Depto. de Documentação (Graduação em Arquivologia, Especialização em Planejamento, Organização e Direção de Arquivos)
www.uff.br/#

Universidade Nacional de Brasília/Depto. de Ciência da Informação e Documentação (Bacharelado em Arquivologia)
www.unb.br/deg/cursos.htm

Universidade Nacional de Brasília/Depto. de Ciência da Informação e Documentação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação - área: Planejamento de Processos Documentários)
www.unb.br/dpp/stricto/stricto-13.htm#s

Universidade Nacional de Brasília/Depto. de Ciência da Informação e Documentação (Doutorado em Ciência da Informação - área: Transferência da Informação)
www.unb.br/dpp/stricto/stricto-13.htm#s

Universidade de São Paulo/Depto. de Biblioteconomia e Documentação (Mestrado e Doutorado em Ciências - área: Ciências da Informação e Documentação)
www.eca.usp.br/departam/cbd/cursos/pos-grad/index.htm

Guias, Banco de Dados e Listas de Discussão

Comissão de Patrimônio Cultural (CPC)
www.usp.br/cpc/cpcinfo.html

Guia da Internet no Brasil para Cientistas Sociais, Historiadores e Arquivistas (do CPDOC)
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

infocafé
www.infocafe.cjb.net/

Lista de Arquivistas, Arquivos e Arquivologia
br.egroups.com
e-mail: owner@egroups.com

Lista Eletrônica de História do Brasil (HBrasil-L)
www.clionet.ufff.br/hbr-l/index.htm
e-mail: hbr-mod@ah.ufff.br

Rede Eletrônica de História do Brasil (ClioNet)
www.clionet.ufff.br/

Museus

International Museum of Photography and Film (George Eastman House)
www.eastman.org/

Memorial do Imigrante
www.memorialdoimigrante.sp.gov.br/

Museu da Pessoa
www2.uol.com.br/mpessoa/

Museum of Television & Radio, The
www.mtr.org/

Publicações Eletrônicas

Archival Science
www.wkap.nl/journals/archival_science

Arquivologia no Brasil
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

ASIS Thesaurus of Information Science, 2nd Edition (by Jessica Milstead)
www.asis.org/Publications/Thesaurus/tnhome.htm

Boletim do Arquivo Edgard Leuenroth – o AEL via Internet
e-mail: andrew@unicamp.br

Boletim Eletrônico da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (anpocs *on-line*)
www.anpocs.org.br/boletim/boletim.htm

Bulletin des Archives de France-Publications
www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/fr/publications/

Bulletin of the American Society for Information Science and Technology
www.asis.org/Bulletin/

Journal of the American Society for Information Science and Technology
www.asis.org/Publications/JASIS/jasis.html

Informação e Sociedade - Estudos
www.informacaoesociedade.ufpb.br/

Revista Brasileira de História
www.fflch.usp.br/dh/anpuh/public_html/revista.htm

Revista Ciência da Informação (*Cionline*)
www.ibict.br/cionline/300101/index.htm

Scientific Electronic Library Online (SciELO Brazil)
www.scielo.br/

Trabalhos Publicados: 1975-2005

BIB 1

Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi, "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica".

BIB 2

Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro, "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 3

Luiz Werneck Vianna, "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências".

BIB 4

Lúcia Lippi Oliveira, "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada".

BIB 5

Bolívar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo, "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978".

BIB 6

Alba Zaluar Guimarães, "Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura".

BIB 7

Roque de Barros Laraia, "Relações entre Negros e Brancos no Brasil".

BIB 8

Amaury de Souza, "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 9

Maria Valéria Junho Pena, "A Mulher na Força de Trabalho"; *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos no Brasil".

BIB 10

Lia F. G. Fukui, "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil."

BIB 11

Luiz Antonio Cunha, "Educação e Sociedade no Brasil"; *Licia do Prado Valladares e Ademir Figueiredo*, "Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente".

BIB 12

Maria Teresa Sadek de Souza, "Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro"; *José Guilherme C. Magnani*, "Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas".

BIB 13

Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima, "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica".

BIB 14

Licia Valladares e Magda Prates Coelho, "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica".

BIB 15

José Cesar Gnacavini e Margarida Moura, "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate"; *Bila Sorj*, "O Processo de Trabalho na Indústria: Tendências de Pesquisa".

BIB 16

Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima, "Histórias de Vida na América Latina"; *Neuma Aguiar*, "Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 17

Julio Cesar Melatti, "A Antropologia no Brasil"; *Luiz Werneck Vianna*, "Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica".

BIB 18

Rubem Cesar Fernandes, "Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente"; *Mariza Corrêa*, "Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente".

BIB 19

Edmundo Campos Coelho, "A Instituição Militar no Brasil".

BIB 20

Maria Alice Rezende de Carvalho, "Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro".

BIB 21

Sonia Nahas de Carvalho, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tania Salem*, "Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica".

BIB 22

Inaiá Maria Moreira de Carvalho, "Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 23

Roque de Barros Laraia, "Os Estudos de Parentesco no Brasil"; *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura dos Anos 70 e 80".

BIB 24

Angela de Castro Gomes e *Marieta de Moraes Ferreira*, "Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise".

BIB 25

Giralda Seyferth, "Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia"; *Maria Helena Guimarães de Cas-*

tro, "Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico".

BIB 26

Maria Rosilene Alvim e *Licia do Prado Valladares*, "Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura".

BIB 27

Teresa Pires do Rio Caldeira, "Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes"; *Cláudia Fonseca*, "A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar".

BIB 28

Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, "A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira"; *Anette Goldberg*, "Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percurso Intelectual de um Ideário Político"; *Maria Cecília Spina Forjaz*, "Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)".

BIB 29

Emília Viotti da Costa, "Estrutura versus Experiência, Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O Que se Perde e o Que se Ganha"; *Berta G. Ribeiro*, "Perspectivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988".

BIB 30

José Sávio Leopoldi, "Elementos de Etnoastronomia Indígena do Brasil: Um Balanço"; *Rafael de Menezes Bastos*, "Musicologia no Brasil Hoje"; *Láís Abramo*, "Novas Tecnologias, Difusão Setorial, Emprego e Trabalho no Brasil: Um Balanço".

BIB 31

Helena Hirata, "Elisabeth Souza Lobo 1943-1991"; *Elisabeth Souza Lobo*, "O Trabalho como Linguagem: O Gênero no Trabalho"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Interesses, Organizações e Políticas Sociais"; *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, "Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano".

BIB 32

Angela M. C. Araújo e Jorge R. B. Tapia, “Corporativismo e Neocorporativismo: O Exame de Duas Trajetórias”; *José Ricardo Ramalho*, “Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: Um Balanço do Debate”; *Marcos Luiz Bretas*, “O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente”.

BIB 33

Paulo Freire Vieira, “A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980-1990”; *Guita Grin Debert*, “Família, Classe Social e Etnicidade: Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento”; *Marco Antonio Gonçalves*, “Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul”.

BIB 34

Olavo Brasil de Lima Junior, Rogério Augusto Schmitt e Jairo César Marconi Nicolau, “A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Político: Balanço Bibliográfico”; *Arabela Campos Oliven*, “O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos”; *Wilma Mangabeira*, “O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica”.

BIB 35

Sérgio Adorno, “A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático”; *Christian Azais e Paola Cappellin*, “Para uma Análise das Classes Sociais”; *Guillermo Palacios*, “Campesinato e Historiografia no Brasil – Comentários sobre Algumas Obras Notáveis”; “Arquivo de Edgard Leuenroth”.

BIB 36

Maria Ligia de Oliveira Barbosa, “A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto”; *Maria da Glória Bonelli*, “As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro”; *Marieta de Moraes*

Ferreira, “O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes – 1930-1975”.

BIB 37

Fernando Limongi, “O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente”; *Nadya Araújo Castro e Marcia de Paula Leite*, “A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações”; *Maria Julia Carozzi*, “Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos”.

BIB 38

Theodore Lowi, “O Estado e a Ciência Política ou Como nos Convertemos Naquilo que Estudamos”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Primeira Parte – As Principais Interpretações Ocidentais)”; *Julia Silvia Guivant*, “Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola: Uma Revisão da Bibliografia”.

BIB 39

Marta T. S. Arretche, “Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Segunda Parte – As Principais Interpretações Marxistas)”; *Ronald H. Chilcote*, “Teoria de Classe”; *Adélia Engrácia de Oliveira e Lourdes Gonçalves Furtado*, “As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 Anos em Busca do Conhecimento Antropológico na Amazônia”.

BIB 40

“Florestan Fernandes: Esboço de uma Trajetória”; *Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho e Manuel Palacios Cunha Melo*, “As Ciências Sociais no Brasil: A Formação de um Sistema Nacional de Ensino e Pesquisa”; *Lats Abramo e Cecília Montero*, “A So-

ciologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos”.

BIB 41

Gustavo Sorá, “Os Livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt”; *Mario Grynszpan*, “A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada”; *Jorge Ventura de Moraes*, “Trabalhadores, Sindicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical”; *Maria da Glória Bonelli e Silvana Donatoni*, “Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras”.

BIB 42

Alba Zaluar, Antonio Augusto Prates, Claudio Beato Filho e Ronaldo Noronha, “Antônio Luiz Paixão, Intelectual e Amigo”; *José Maurício Domingues*, “Evolução, História e Subjetividade Coletiva”; *Marcia de Paula Leite e Roque Aparecido da Silva*, “A Sociologia do Trabalho Frente à Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica”; *Marco A. C. Cepik*, “Sociologia das Revoluções Modernas: Uma Revisão da Literatura Norte-Americana”; *Angela Alonso*, “De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro”.

BIB 43

Sérgio Costa, “Categoria Analítica ou *Passe-Partout* Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste III: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Parte Final – As Leituras Centradas na Prevalência do Capitalismo de Estado e/ou Burocrático e a Convergência Problemática no Conceito de Stalinismo”; *Eduardo C. Marques*, “Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos”; *Paulo J. Kriskke*, “Cultura Política e Escolha Racional na América Latina: Interfaces nos Estudos da Democratização”.

BIB 44

Luís Donisete Benzi Grupioni e Maria Denise Fajardo Grupioni, “Depoimento de

Darcy Ribeiro”; *Christina de Rezende Rubim*, “Um Pedaco de Nossa História: Historiografia da Antropologia Brasileira”; *Gláucia Villas Bôas*, “A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil: Notas para uma Discussão”; *Carlos Pereira*, “Em Busca de um Novo Perfil Institucional do Estado: Uma Revisão Crítica da Literatura Recente”; *Flávia de Campos Mello*, “Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um Balanço dos Debates”.

BIB 45

Eli Diniz, “Globalização, Ajuste e Reforma do Estado: Um Balanço da Literatura Recente”; *Terry Mulhall e Jorge Ventura de Moraes*, “Mapeando o Reino da Sociologia Histórica: Reflexões Acerca do Modelo Teórico-metodológico de Theda Skocpol”; *Alfredo Wagner Berno de Almeida*, “Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida (1995-1997)”; *Lúcio Rennó*, “Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes”.

BIB 46

Julia S. Guivant, “A Trajetória das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro da Teoria Social”; *Carlos Aurélio Pimenta de Faria*, “Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social”; *Aloísio Ruscheinsky*, “Nexo entre Atores Sociais: Movimentos Sociais e Partidos Políticos”; “Debates sobre Autonomia Universitária: *Carlos Benedito Martins e Sérgio de Azevedo*, “Autonomia Universitária: Notas sobre a Reestruturação do Sistema Federal de Ensino Superior”; *José Vicente Tavares dos Santos*, “A Construção da Universidade Autônoma”; *Gilberto Velho*, “Universidade, Autonomia e Qualidade Acadêmica”; *Tomaz Aroldo da Mota Santos*, “A ANDIFES e a Autonomia”.

BIB 47

Eduardo G. Noronha, “A Contribuição das Abordagens Institucionais-Normativas nos Estudos do Trabalho”; *Cecília Loreto Mariz*, “A Teologia da Batalha Espiritual:

Uma Revisão da Bibliografia”; *Mauro Guilherme Pinheiro Koury*, “A Imagem nas Ciências Sociais do Brasil: Um Balanço Crítico”; *Jawdat Abu-El-Haj*, “O Debate em Torno do Capital Social: Uma Revisão Crítica”.

BIB 48

Priscila Faulhaber, “Entrevista com Roberto Cardoso de Oliveira”; *Fernanda Wanderley*, “Pequenos Negócios, Industrialização Local e Redes de Relações Econômicas: Uma Revisão Bibliográfica em Sociologia Econômica”; *Celina Souza e Márcia Blumm*, “Autonomia Política Local: Uma Revisão da Literatura”; *Fabiola Rohden*, “Honra e Família em Algumas Visões Clássicas da Formação Nacional”; *Clarice Ehlers Peixoto*, “Antropologia e Filme Etnográfico: Um Travelling no Cenário Literário da Antropologia Visual”.

BIB 49

Licia Valladares e Roberto Kant de Lima, “A Escola de Chicago: Entrevista com Isaac Joseph”; *Marcos Chor Maio e Carlos Eduardo Calaça*, “Um Ponto Cego nas Teorias da Democracia: Os Meios de Comunicação”; *Luis Felipe Miguel*, “Definição de Agenda, Debate Público e Problemas Sociais: Uma Perspectiva Argumentativa da Dinâmica do Conflito Social”; *Mario Fuks e Karl Monsma*, “James C. Scott e a Resistência Cotidiana no Campo: Uma Avaliação Crítica”.

BIB 50

Marcus André Melo, “Política Regulatória: uma Revisão da Literatura”; *Roberto Kant Lima, Michel Misse e Ana Paula Mendes de Miranda*, “Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma Bibliografia”; *Alejandro Frigerio*, “Teorias Econômicas Aplicadas ao Estudo da Religião: Em Direção a um Novo Paradigma?”; *Angela Xavier de Brito*, “Transformações Institucionais e Características Sociais dos Estudantes Brasileiros na França”.

BIB 51

Maria Hermínia Tavares de Almeida, “Federalismo, Democracia e Governo no Brasil”; *Liszt Vieira*, “Notas Sobre o Conceito de Cidadania”; *Santuza Cambraia Naves e outros*, “Levantamento e Comentário Crítico de Estudos Acadêmicos Sobre Música Popular no Brasil”; *Lúcio Rennó*, “A Estrutura de Crenças de Massa e seu Impacto na Decisão do Voto”; *Priscila Faulhaber*, “A Fronteira na Antropologia Social: As Diferentes Faces de um Problema”.

BIB 52

Ângela Maria Carneiro de Araújo, “Globalização e Trabalho”; *Clara Araújo*, “Participação Política e Gênero: Algumas Tendências Analíticas Recentes”; *Fabiano Toni*, “Novos Rumos e Possibilidades para os Estudos dos Movimentos Sociais”; *Celso F. Rocha de Barros*, “A Transição para o Mercado no Leste Europeu: Um Balanço do Debate sobre a Mudança do Plano ao Mercado”; *Luiz Henrique de Toledo*, “Futebol e Teoria Social: Aspectos da Produção Científica Brasileira (1982-2002)”.

BIB 53

Gláucio Ary Dillon Soares, “Homenagem a Vilmar Faria”; *José Carlos Durand*, “Publicidade: comércio, cultura e profissão (Parte I)”; *Ângela Alonso e Valeriano Costa*, “Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico”; *Antônio Sérgio Araújo Fernandes*, “Path dependency e os Estudos Históricos Comparados”; *Leonardo Mello e Silva*, “Qualificação versus competência: um comentário bibliográfico sobre um debate francês recente”; *Carlos Benedito Martins, Gláucia Villas Boas, Maria Ligia de Oliveira Barbosa e Yvonne Maggie*, “Mestres e doutores em Sociologia”.

BIB 54

Maria Helena de Castro Santos, “Política Comparada: Estado das Artes e Perspectivas no Brasil”; *José Carlos Durand*, “Publicidade:

Comércio, Cultura e Profissão (Parte II)”; *Maria Lucia Maciel*, “Ciência, Tecnologia e Inovação: A Relação entre Conhecimento e Desenvolvimento”; *Leila da Costa Ferreira e Lúcia da Costa Ferreira*, “Águas revoltas. Um Balanço Provisório da Sociologia Ambiental no Brasil”; *Paolo Ricci*, “A medida das leis: do uso de noções genéricas à mensuração do imponderável”.

BIB 55

Fernando Limongi, “Formas de Governo, Leis Partidárias e Processo Decisório”; *João Feres Jr.*, “A Consolidação do Estudo Sociocientífico da América Latina: uma breve história cum estudo bibliográfico”; *Jorge Zaverucha e Helder B. Teixeira*, “A Literatura sobre Relações Cívico-Militares no Brasil (1964-2002): uma síntese”; *Delma Pessanha Neves*, “O Consumo de Bebidas Alcoólicas: Prescrições Sociais”; *Ana Maria Kirschner*, “A Sociologia Brasileira e a Empresa”.

BIB 56

Walquiria Leão Rêgo, “Norberto Bobbio, um Clássico das Ciências Sociais”; *Pedro Simões*, Religião, “Espiritualidade e Assistência Social”; *Paulo César Nascimento*, “Dilemas do Nacionalismo”; *Marcelo Ayres Camurça*, “Secularização e Reencantamento: a Emergência dos Novos Movimentos Religiosos”; *José Celso Cardoso Jr.*, “Fundamentos Sociais das Economias Pós-industriais: uma Resenha Crítica de Esping-Andersen”; *Diana Nogueira de Oliveira Lima*, “Antropologia do Consumo: A Trajetória de um Campo em Expansão”.

BIB 57

Maria Armanda do Nascimento Arruda, “Homenagem a Octavio Ianni”; *Giralda Seyferth*, “A Imigração no Brasil: Comentários sobre a Contribuição das Ciências Sociais”; *Christine Jacquet e Livia Alessandra Fialho da Costa*, “A Sociologia Francesa diante das Relações *Beaux-parents*: Enteados

nas Famílias Recompuestas após Divórcio ou Separação”; *Marcelo Medeiros*, “As Teorias de Estratificação da Sociedade e o Estudo dos Ricos”; *Marcia Contins*, “Objetivos e Estratégias da Ação Afirmativa: Uma Bibliografia”; *Cloves L. P. Oliveira*, “O que acontece quando um Cavalo de Cor Diferente Entra na Corrida? O Painel das Estratégias Eleitorais dos Políticos Afro-americanos nas Eleições Municipais nos Estados Unidos”.

BIB 58

Argelina Cheibub Figueiredo, “O Executivo nos Sistemas de Governo Democráticos”; *R. Parry Scott*, “Família, Gênero e Poder no Brasil do Século XX”; *Andrei Koerner*, “Direito e Regulação: uma Apresentação do Debate Teórico no Réseau Européen Droit et Sociétés”; *Sérgio Eduardo Ferraz*, “Os Dados do Normativo: Apontamentos sobre a Recepção das Teorias Contemporâneas de Justiça no Brasil (1990-2003)”; *Pablo Alabarces*, “Veinte años de Ciencias Sociales y Deporte en América Latina: un balance, una agenda”.

BIB 59

Luiz Felipe Miguel, “Teoria democrática atual: esboço de mapeamento”; *Alfredo Alejandro Gugliano*, “As democracias participativas através das lentes da pós-graduação: uma revisão da produção acadêmica no Brasil 1988-2002”; *Simone Bohn*, “Política comparada: um mapeamento do debate entre propostas teóricas e metodologias de pesquisa alternativas”; *Luis Antônio Francisco de Souza*, “Criminologia, direito penal e justiça criminal no Brasil: uma revisão da pesquisa recente”; *Carlos Eduardo Sell*, “Sociologia da mística: uma revisão de literatura”.

BIB 60

José Reginaldo Santos Gonçalves, Antropologia dos Objetos: Coleções, Museus e Patrimônios; *Fabiola Robden*, A constituição dos saberes sobre a sexualidade em diferentes perspectivas de análise; *Piero de Camargo Leirner*, Perspectivas Antropológicas da Guerra; *Artur Zimmerman*, Revisão Bibliográfica da Literatura Quantitativa sobre os Determinantes de Guerra Civil; *Paulo Sérgio Peres*, O Problema da Instabilidade Eleitoral na Europa: uma Análise do Debate Teórico, Empírico e Metodológico.

BIB 61

Elisete Schwade, “Neo-esoterismo no Brasil: Dinâmica de um Campo de Estudos”; *Ana Cláudia N. Capella*, “Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas”; *Ana M. F. Teixeira*, “A cigarra e a formiga: Qualificação e Competência – Um Balanço Crítico”; *Amâncio Jorge Oliveira*, *Janina Onuki* e *Manoel Galdino Pereira Neto*, “Modelos Espaciais na Teoria de Coalizões Internacionais: Perspectivas e Críticas”; *Tatiana Savoia Landini*, “Sociologia de Norbert Elias”.

NORMAS PARA A APRESENTAÇÃO DE COLABORAÇÕES À BIB

Os artigos apresentados devem ser entregues com original e cópia, com texto datilografado ou digitado em espaço duplo, com margens razoáveis e sem emendas. Não devem ultrapassar 30 laudas (de 20 linhas) ou 6 mil palavras.

O artigo deve ser acompanhado de seu resumo e de palavras-chaves, bem como de dados sobre o autor (instituição, cargo, áreas de interesse, últimas publicações etc.).

Os autores cujos textos forem aprovados para publicação entregarão seu trabalho em disquete, com cópia impressa em papel, no formato padrão IBM-PC, de preferência no programa Word for Windows, com a seguinte organização:

- Quadros, mapas, tabelas etc. em arquivo separado, com indicações claras, ao longo do texto, dos locais em que devem ser incluídos.
- As menções a autores, no correr do texto, seguem a forma (Autor, data) ou (Autor, data, página), como nos exemplos: (Jaguaribe, 1962) ou (Jaguaribe, 1962, p. 35). Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, eles são diferenciados por uma letra após a data: (Adorno, 1975a), (Adorno, 1975b) etc.
- Colocar como notas de rodapé apenas informações complementares e de natureza substantiva, sem ultrapassar 3 linhas.

- A bibliografia entra no final do artigo, em ordem alfabética.

Critérios bibliográficos

Livro: sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa alta e baixa) /PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ título da obra em *itálico* /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ nº da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO. Exemplo:

SACHS, Ignacy. (1986), *Ecode-senvolvimento, crescer sem destruir*. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2a edição, São Paulo, Vértice.

Artigo: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como no item anterior) / "título do artigo entre aspas /PONTO/ nome do periódico em *itálico* /VÍRGULA/ volume do periódico /VÍRGULA/ número da edição /DOIS PONTOS/ numeração das páginas. Exemplo:

REIS, Elisa. (1982), "Elites agrárias, state-building e autoritarismo". *Dados*, 25, 3: 275-96.

Coletânea: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) / "título do capítulo entre aspas" /VÍRGULA/ *in* (em *itálico*) / iniciais do nome, seguidas do sobrenome do(s) organizador(es)

/VÍRGULA/ título da coletânea, em *itálico* /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO. Exemplo:

ABRANCHES, Sérgio Henrique. (1987), "Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975", in O. B. Lima & S. H. Abranches (orgs.), *As origens da crise*, São Paulo, Iuperj/Vértice.

Teses acadêmicas: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) /VÍRGULA/ título da tese em *itálico* /PONTO/ grau acadêmico a que se refere /VÍRGULA/ instituição em que foi apresentada /VÍRGULA/ tipo de reprodução (mimeo ou datilo) /PONTO. Exemplo:

SGUIZZARDI, Eunice Helena. (1986), *O estruturalismo de Piaget: subsídios para a determinação de um lugar comum para a Ciência e a Arquitetura*. Tese de mestrado. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, datilo.

O envio espontâneo de qualquer colaboração implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais à ANPOCS. A revista não se obriga a devolver os originais das colaborações enviadas.

Publicações

ANPOCS

Associação Nacional
de Pós-Graduação e Pesquisa
em Ciências Sociais

A REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (RBCS) existe desde 1986 e já se consolidou como o periódico mais importante na área de ciências sociais *stricto sensu*. Assinar a RBCS é estar em contato com os temas atuais e as pesquisas recentes realizadas na Antropologia, na Ciência Política e na Sociologia por pesquisadores do país e bons autores estrangeiros. É um espaço de encontro das inovações na reflexão e no discurso das ciências sociais em que a herança dos clássicos da teoria social é desafiada pelos problemas postos à pesquisa contemporânea.

A REVISTA BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (BIB) é uma publicação semestral que já conta com 61 números que oferecem balanços criteriosos, elaborados pelos mais eminentes cientistas sociais, da bibliografia corrente sobre Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Resumos das teses defendidas, perfis de programas de pós-graduação e centros de pesquisa apresentados a cada edição transformam a BIB em ponto de partida para a investigação e para o conhecimento das instituições voltadas para as ciências sociais.

Assinatura anual da RBCS (3 edições)

Nacional: R\$ 60

Internacional: US\$ 70

Assinatura anual do BIB (2 edições)

Nacional: R\$ 40

Internacional: US\$ 60

Assinatura anual conjunta (RBCS e BIB)

Nacional: R\$ 90

Intenacional: US\$ 100

Envie cheque nominal à ANPOCS:

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - 1º andar - USP - 05508-900 - São Paulo - SP

Tel. (011) 3091-4664 Fax: (011) 3091-5043

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF: _____ Cep: _____

Data: _____ Tel.: _____



Impressão e Acabamento



Gráfica Banderantes S/A

A Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB – passou a divulgar recentemente endereços de fontes de pesquisa visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica. Depende, portanto, da colaboração dos leitores para a manutenção de um catálogo mais completo e atualizado. Envie suas contribuições para o endereço eletrônico anpocs@anpocs.org.br ou à sede da instituição.

ANPOCS

Editoria da Revista BIB
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – 1º andar
Universidade de São Paulo – FFLCH
05508-900 São Paulo - SP